



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Verônica Souza de Araújo

Mães da Resistência: Um olhar sobre o papel do racismo no processo de adoecimento de mães militantes que perderam seus filhos para a violência de Estado

Rio de Janeiro
2019

Verônica Souza de Araújo

Mães da Resistência: Um olhar sobre o papel do racismo no processo de adoecimento de mães militantes que perderam seus filhos para a violência de Estado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Violência e Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edinilsa Ramos de Souza

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Marques da Silva

Rio de Janeiro

2019

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

A663m Araújo, Verônica Souza de.
Mães da resistência: um olhar sobre o papel do racismo no processo de adoecimento de mães militantes que perderam seus filhos para a violência de Estado / Verônica Souza de Araújo. -- 2019.
128 f. : il. color.

Orientadora: Edinilsa Ramos de Souza.
Coorientadora: Vera Lucia Marques da Silva.
Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2019.

1. Mães. 2. Racismo. 3. Grupo com Ancestrais do Continente Africano. 4. Genocídio. 5. Violência. 6. Organização Social. 7. Apoio Social. 8. Saúde da Mulher. 9. Juventude. 10. Negros. I. Título.

CDD – 23.ed. – 303.6

Verônica Souza de Araújo

Mães da Resistência: Um olhar sobre o papel do racismo no processo de adoecimento de mães militantes que perderam seus filhos para a violência de Estado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Violência e Saúde.

Aprovada em: 29 de maio de 2019.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Sônia Maria Giacomini

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)

Prof.^a Dr.^a Roberta Gondim

Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.^a Dr.^a Edinilsa Ramos de Souza (Orientadora)

Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Marques da Silva (Co-orientadora)

Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2019

Dedico este trabalho aos meninos negros do Brasil e da Diáspora Africana e a suas mães. Dedico, também, a Marielle Franco, a memória da sua luta esteve presente durante a confecção de todo este trabalho. Nós somos, porque você foi.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas orientadoras Edinilsa Ramos de Souza e Vera Lúcia Marques da Silva por terem acolhido o desafio de compartilhar essa caminhada com tanto afeto e paciência. A leitura atenta de vocês, seus questionamentos e sugestões estão nas páginas deste trabalho, além de inscritas no meu percurso de aprendizado e me acompanharão daqui pra frente. Obrigada pela generosidade de dividir e multiplicar saberes.

Agradeço à Escola Nacional de Saúde Pública e à Fiocruz por terem sido o chão onde me tornei pesquisadora, desde a pós-graduação em Sexualidade, Gênero e Direitos Humanos até hoje, quando saio como Mestre em Saúde Pública. Agradeço e reconheço a força desta instituição, que sempre esteve ao lado de lutas tão importantes para a democracia brasileira e que hoje, mais uma vez, acolhe o pensamento de quem quer discutir um outro Brasil, com menos iniquidades e exploração.

Agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos que me permitiu realizar esta dissertação, recurso que viabilizou as muitas horas de trabalho e leitura aqui empregados.

Agradeço aos amigos e amigas que compreenderam as horas de ausência e acolheram os meus momentos de desespero e desesperança. Vocês foram um porto seguro para me reabastecer de amor, afeto, risadas e coragem. Agradeço a Pedro Melo, amigo da vida e irmão de alma pelo amor e pela escuta atenta. Aproveito para agradecer também às Equipocs (Paulo Vitor Santos, Lucas Prado, Vitor Albuquerque e Áquila Oliveira), equipe de vôlei das gays que teve um total de uma aula oficialmente, mas que me alimentou com horas de música e risadas nas areias da praia da barraca do Rasta. Aos amigos ora distantes, porque infelizmente a Bahia não é logo ali do lado, agradeço principalmente pela certeza do amor e da torcida de vocês. Larissa Freitas, Amanda Cútaló, Naiane Melo e Carlos Figueiredo, obrigada pela cumplicidade, minhas cacuras. A Ícaro Vidal, amigo cúmplice de inquietações de pesquisa, mas também de risadas, obrigada.

Às amigas Maíra Valério, Nanda Duarte, Suellen Guariento e Carmen Corato, agradeço pela escuta atenta, pelas discussões, sugestões, pelos *insights*... Obrigada por dividirem comigo a crença na construção de uma outra possibilidade de mundo, mais justo e construído por mulheres, principalmente pelas mulheres negras.

Agradeço às minhas duas (!) turmas de mestrado, das áreas de concentração Saúde e Sociedade e Violência e Saúde. Que sorte a minha de ter convivido com pessoas tão inspiradoras e devotadas à pesquisa, que partilharam generosamente suas inquietações, sonhos, dores e luta. Obrigada!

Agradeço a Violène Müller, minha companheira de vida, que me abasteceu de amor durante esses anos, que viu de perto meus momentos mais difíceis e se desdobrou pra tornar a vida mais leve durante esse percurso. Obrigada pela paciência e por compreender as horas de ausência. O seu olhar afetuoso para o mundo me inspirou e encheu de afeto o meu olhar.

Gratidão a todas as pessoas que conheci durante esse período ao lado dos Movimentos de Mães, vocês me transformaram profundamente. Aprendi sobre luta, força, resistência, coragem e amor. Obrigada a Mônica Cunha por ter me conduzido nesse percurso com tanto carinho. Tenho certeza de que vocês vão sim “parir um novo Brasil”. Agradeço especialmente às mães que concordaram em dividir comigo as suas histórias, espero que o meu esforço empregado aqui se aproxime, de alguma forma, da sua generosidade. Gratidão aos ativistas e pensadores do Movimento Negro que iluminaram a minha jornada. Por saberem da importância de terem vindo antes, partilham com generosidade o que aprenderam.

Agradeço a minha família, aquela multidão de gente lá na Bahia que torce sempre por mim. Agradeço, especialmente, aos meus pais, Sílvia e Sissinho, que viram no estímulo incansável ao estudo dos filhos uma forma de realização para si e uma possibilidade de nos permitir sonhar e ir mais longe. Agradeço infinitamente aos meus irmãos. A Fred, pela calma, atenção, afeto e por ser essa alma iluminada por uma sabedoria ancestral que torna tudo mais leve. E, principalmente, a Vanessa, que pegou a minha mão na hora mais difícil e me ajudou a percorrer os últimos metros dessa caminhada de mãos dadas, eu não teria conseguido sozinha. Agradeço pela sua leitura incansável, correções, sugestões e madrugadas de um trabalho de amor tão imenso que espero ser um dia capaz de retribuir.

RESUMO

O objetivo desta dissertação foi conhecer as experiências de mães integrantes de grupos de militância social que perderam seus filhos, em sua maioria jovens negros do sexo masculino, em decorrência da violência de Estado. Por objetivos específicos, buscou-se mapear suas trajetórias de militância; conhecer e dar visibilidade para os seus relatos de enfrentamento da violência de Estado; relatar as condições de morte de seus filhos; e lançar um olhar sobre os processos de adoecimento apresentados por elas. A escolha dessas mães se deu por elas representarem as vítimas preferenciais da violência institucional perpetrada na esfera pública, sendo os seus filhos os alvos recorrentes do sistema de segurança pública, de acordo com as estatísticas oficiais apresentadas na Introdução deste estudo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida utilizando-se o grupo focal e as entrevistas narrativas como ferramentas metodológicas para acessar as histórias dessas mulheres. Buscou-se avaliar o impacto gerado por essas mortes nas vidas dessas co-vítimas/sobreviventes de homicídio a partir dos caminhos que as trazem a esse desfecho. Para isso, foi realizado um levantamento teórico dos elementos essenciais para a discussão do tema, quais sejam: racismo, maternidade negra, militância de mães e genocídio negro, em um esforço para apontar os marcos históricos decisivos para entender a realidade sobre a qual discorre este estudo. A partir dessas histórias, os resultados foram discutidos na tentativa de apontar quais dos processos de adoecimento parecem ter ligação com a execução de seus filhos e quais mecanismos de enfrentamento surgem a partir desta nova conjuntura, destacando-se a importância da militância na vida dessas mães no processo de ruptura com as narrativas oficiais e de resistência na luta por justiça e reparação.

Palavras-chave: Maternidade negra, genocídio negro, movimento de mães, racismo, violência de Estado.

ABSTRACT

The aim of this dissertation was to learn about life experiences of social activist mothers who have lost their children, mostly young black males, due to state violence. This work, based on its specific objectives, sought to map their involvement in social and political activism; to get to know and give visibility to their personal testimonies on facing state violence; to report the circumstances of their children's death as well as to take a closer look at their illness processes. These mothers were chosen because they represent the favorite victims of institutional violence committed in the public sphere, and whose children are considered as "natural" targets for police brutality, according to the official statistics presented in the Introduction of this study. As this was a qualitative research, focus group and narrative interviews were used as methodological tools to access the stories of these women. This work has sought to assess the impact of these deaths on the lives of these homicide co-victims/survivors starting from the paths that brought them to this reality. In order to do so, a bibliographic review was conducted considering the essential elements on the subject, such as racism, black motherhood, maternal activism and black genocide, in an effort to identify the decisive historical milestones to understand the reality on which this study is based. From these stories, the results were then discussed in an attempt to identify which of the illness processes seem to be related to the execution of their children and which mechanisms of coping arise from this new reality, highlighting the importance of activism in these mothers' lives in the process of breaking with the official narratives and of resistance in the search of justice and reparation.

Keywords: Black Motherhood, Black genocide, mothers' activism, racism, state violence.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPM – Batalhão da Polícia Militar

CLAVES – Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

GF – Grupo Focal

MNU – Movimento Negro Unificado

MS – Ministério da Saúde

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde

OMS – Organização Mundial de Saúde

PNJ – Política Nacional da Juventude

PNAIPN – Política Nacional de Atenção Integral à População Negra

TEPT – Transtorno de Estresse Pós-Traumático

SINASC – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	21
1.1 GRUPO FOCAL.....	21
1.2 ENTREVISTAS NARRATIVAS.....	22
1.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	23
1.4 PROCEDIMENTOS UTILIZADOS.....	24
1.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	25
1.6 ASPECTOS ÉTICOS.....	25
2 SOBRE A CONSTRUÇÃO DA DIFERENÇA: SER NEGRO E NEGRA NO BRASIL.....	28
2.1 RACISMOS: REFLEXÕES TEÓRICAS.....	31
2.2 DEMOCRACIA RACIAL E ESTRATÉGIAS DE BRANQUEAMENTO POPULACIONAL.....	33
3 SOBRE A DIÁSPORA NEGRA E SENTIDOS DE MATERNIDADE.....	38
3.1 MATERNIDADE NEGRA: UM RESGATE HISTÓRICO.....	38
3.2 A MATERNIDADE NEGRA SOB UMA PERSPECTIVA FEMINISTA.....	40
3.3 MOVIMENTOS DE MÃES.....	45
4 GENOCÍDIO NEGRO NO BRASIL: SOBRE MENINOS ASSASSINADOS E MÃES ADOECIDAS.....	48
4.1 GENOCÍDIO: CONCEITUAÇÃO E DESCRIÇÃO DE PRÁTICAS.....	48
4.2 RACISMO E ADOECIMENTO.....	56
5 SOBRE MÃES, PERDAS E RESISTÊNCIA.....	61
5.1 DANDARA E LUIZ: <i>EU TÔ NA LUTA PRA MANTER VIVA A MEMÓRIA DO MEU FILHO.....</i>	<i>63</i>
5.2 LUIZA E ABDIAS: <i>EU PAREI NO TEMPO E FIQUEI COMO QUEM NÃO SENTIA NADA.....</i>	<i>68</i>
5.3 LÉLIA E MILTON: <i>ELES NÃO TÊM O DIREITO DE MATAR NINGUÉM, SE O RAPAZ ERA TRABALHADOR OU BANDIDO, NÃO IMPORTA!.....</i>	<i>71</i>
5.4 CAROLINA E ANDRÉ: <i>MINHA LUTA É PARA AS MÃES QUE PERDERAM SEUS FILHOS QUE TINHAM PASSAGEM PELO SISTEMA.....</i>	<i>77</i>
6 SOBRE MILITÂNCIA, ADOECIMENTOS E APOIO SOCIAL.....	83
6.1 MÃES EM LUTA: RESISTÊNCIA E IDA ÀS RUAS.....	83
6.2 O ADOECIMENTO DAS MÃES COMO FACE DO GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA.....	92

6.3	O PAPEL DAS REDES DE APOIO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA PERDA.....	100
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107
	ANEXO I – ROTEIRO DO GRUPO FOCAL.....	119
	ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MÃES ATIVISTAS.....	120
	ANEXO III – TCLE PARA AS ENTREVISTAS.....	122
	ANEXO IV – TCLE PARA O GRUPO FOCAL.....	125
	ANEXO V – A REDENÇÃO DE CAM.....	128

INTRODUÇÃO

Esta dissertação fala de mulheres, em sua maioria negras, que se reúnem em movimentos sociais articulados em rede para lutar por justiça para os casos de homicídio dos seus filhos. Em comum, essas mortes têm o fato de serem resultantes da ação direta da violência letal perpetrada pelo Estado brasileiro. O objetivo desta pesquisa é conhecer as experiências dessas mães em busca de justiça e reparação, mapear suas trajetórias de militância e apresentar as histórias das mortes dos seus filhos. Assim, procura-se, aqui, investigar os tipos de adoecimentos apresentados por essas mulheres após suas perdas. Por objetivos específicos, busca-se mapear as trajetórias políticas de mães militantes, conhecer e dar visibilidade para os seus relatos de enfrentamento da violência de Estado e investigar a natureza dos adoecimentos apresentados por essas mulheres, prévios e posteriores ao homicídio dos seus filhos.

O último Atlas da Violência, elaborado pelo IPEA (2018), evidencia que a violência urbana no Brasil vitima preferencialmente jovens negros do sexo masculino e residentes nas periferias empobrecidas das grandes cidades. Como consequência desse padrão demográfico, as mulheres negras, familiares desses jovens e em sua maioria suas mães, são o grupo que mais sofre com os impactos desta realidade. Esse fato gera diversos adoecimentos como ansiedade, transtorno de estresse pós traumático (TEPT), luto complicado, hipertensão arterial sistêmica, depressão, suicídio, dependência química, entre outros (CONNOLLY; GORDON, 2014; HANNAYS-KING; BAILEY; AKHTAR, 2015; RHEINGOLD; WILLIAMS, 2015; ROCHA, 2012; SMITH, J.; PATTON, 2016; SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006). Em levantamento da literatura realizado para a elaboração desta dissertação, a maior parte dos estudos encontrados foram escritos em língua inglesa e voltados para a realidade estadunidense e/ou canadense. Há, ainda, poucos estudos que interseccionem as questões de raça e classe sobre a realidade das mães brasileiras cujos filhos foram subtraídos precocemente por homicídio, e que sejam voltados para as questões de saúde enfrentadas por essas mulheres (BRITO, 2017; ROCHA, 2012).

Os homicídios são um problema de Saúde Pública no Brasil. Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (MS), em 2016 houve 62.517 homicídios no país, o que equivale a uma taxa de 30,3 mortes por 100 mil habitantes. Esse número é 30 vezes superior à realidade europeia, por exemplo (CERQUEIRA *et al.*, 2018, p. 3). Entre 2006 e 2016, 553 mil pessoas morreram vítimas de violência intencional no Brasil (CERQUEIRA *et al.*, 2018, p. 3). Essas mortes incidem de forma desigual sobre as

populações negra (pretos e pardos) e não-negra (branca, amarela e indígena) do país. A discrepância é tão acentuada que os negros e não negros experimentam existências absolutamente diferentes em relação à violência letal. Ainda segundo o Mapa da Violência, “é como se vivessem em países completamente distintos” (CERQUEIRA *et al.*, 2018, p. 40), e os dados comprovam essa afirmação ao se observar que, em 2016, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros, respectivamente 16,0% e 40,2% (2018, p. 40).

Esta realidade traz implicações para a saúde, para a dinâmica demográfica e, por conseguinte, para o processo de desenvolvimento econômico e social do país. Um dado emblemático que bem caracteriza essa questão é a participação do homicídio como causa de mortalidade da juventude masculina, de 15 a 29 anos. Em 2015, essa causa correspondeu a 47,8% do total de óbitos nessa faixa etária. Ao considerar apenas os homens entre 15 a 19 anos, esse percentual atinge a impressionante marca dos 53,8% do total dos óbitos (CERQUEIRA *et al.*, 2017). A pesquisadora baiana Vilma Reis cunhou a categoria jovens-homens-negros, grafada com hífen, em sua dissertação de mestrado intitulada “Atucaiados pelo Estado” (2013) para denunciar a indissociabilidade destas dimensões identitárias. Segundo a autora, elas são “vivenciadas de maneira interseccionalizada, e quando uma ou duas dessas dimensões são ativadas pelas forças de segurança do Estado, em geral, a coletividade negra está em risco” (REIS, 2013, p. 14).

Boa parte da violência letal da qual esses jovens-homens-negros são vítimas é praticada por agentes do Estado. Os dados sobre a letalidade decorrente de intervenção policial são, com frequência, subnotificados, especialmente quando coletados do SIM do MS, uma vez que boa parte dos legistas dos Institutos Médicos Legais não possuem informações sobre a autoria do homicídio para confeccionar seus registros de óbito. Confrontando os dados do SIM com dados do Fórum de Segurança Pública, observa-se uma subnotificação de cerca de 67,5% (CERQUEIRA *et al.*, 2018, p. 28). A análise de 5.896 boletins de ocorrência de mortes decorrentes de intervenção policial entre 2015 e 2016 pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelou que entre as vítimas cuja raça/cor estava disponível, 76,2% eram negras (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018).

Essa discrepância em relação ao impacto da violência policial sobre a população negra reitera as desigualdades estruturais geradas pelo racismo, repercutindo sobre toda essa comunidade. Essas pessoas, então, experimentam a vida de forma mais violenta, e, conforme se observa, expostas a mais adoecimentos. Continuamente, essa violência é banalizada pelos veículos de mídia e pelo senso comum, de modo que mortes de jovens negros nas favelas e

outras áreas precarizadas do país provocam pouca ou nenhuma comoção social, nem mesmo estranheza.

A presença constante da violência nas vidas dos moradores das favelas é também matéria da literatura produzida no país. A escritora brasileira Conceição Evaristo traz em seu livro de contos “Olhos d’água” a história de Zaíta, menina que esqueceu de guardar os brinquedos e que corria pelas ruas de sua favela:

Nos últimos tempos na favela, os tiroteios aconteciam com frequência a qualquer hora. Os componentes dos grupos rivais brigavam para garantir seus espaços e freguesias. Havia ainda o confronto constante com os policiais que invadiam a área. O irmão de Zaíta liderava o grupo mais novo, entretanto, o mais armado. A área perto da sua casa ele queria só para si. O barulho seco de balas se misturava à algazarra infantil. As crianças obedeciam à recomendação de não brincarem longe de casa, mas às vezes, se distraíam. E, então, não experimentavam somente as balas adocicadas, suaves, que derretiam na boca, mas ainda aquelas que lhes dissolviam as vidas. (EVARISTO, 2014, p. 76).

A maior parte dos estudos produzidos no Brasil sobre mães sobreviventes de homicídio vem das ciências sociais, principalmente estudos etnográficos (ARAÚJO, 2007; GRAÇA, 2014; ROCHA, 2014; VIANNA; FARIAS, 2011), e há pouca discussão sobre os adoecimentos enfrentados por elas, salvo os relatos de algum itinerário patológico, presente em poucos estudos (BRITO, 2017; DA COSTA, 2015).

Como resultados dessas mortes, as mães e demais familiares desses jovens são as pessoas que mais sofrem com o resultado dessa violência. Esse grupo é habitualmente conhecido na literatura produzida sobre o tema como co-vítimas ou sobreviventes de homicídio e são indivíduos que têm parentesco ou vínculo de amizade próximo com a vítima. Eles são, portanto, indiretamente vitimizados, primeiro pela perda de seu familiar e depois, pelas condições que acompanham o assassinato (MIRANDA; MOLINA; MACVANE, 2003). É difícil calcular o número de sobreviventes que cada homicídio gera. Estima-se que, em média, cada vítima deixe para trás pelo menos três familiares como sobreviventes da sua morte (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006; WELLMAN, 2014).

Por constituírem um grupo heterogêneo, os sobreviventes de homicídio podem assumir papéis diversos como forma de enfrentamento da nova realidade após a perda. Alguns assumem uma atitude marcada pelo medo, pela descrença nas instituições, pelo desamparo legal e pela falta de suporte técnico e emocional. Neste grupo, a depressão, o isolamento, a somatização e sintomas variados de TEPT são frequentes (BUSSINGER; NOVO, 2008; DA COSTA, 2015; SMITH; PATTON, 2016; WELLMAN, 2014).

Há também as mães sobreviventes que se colocam como protagonistas da busca pela elucidação dos homicídios dos seus filhos, especialmente nos casos em que a morte foi decorrente de ação policial. Nesse grupo, há o enfrentamento de medos e ameaças, e elas tornam-se militantes por justiça, visibilidade e reparação para a morte de seus filhos. A militância social aparece como uma forma de apoio psicológico e social frente à situação de extremo sofrimento e também como uma das únicas formas de alcançarem justiça.

Nesse percurso, essas mulheres são frequentemente caracterizadas como “mães de bandidos”, pecha habitualmente utilizada nos espaços policiais em que circulam para pressionar pela investigação dos assassinatos de seus filhos ou mesmo em programas de televisão de grande abrangência nacional (ALARCÃO; CARVALHO; PELLOSO, 2008; ARAÚJO, 2007; GRAÇA, 2014). Este enquadramento “mães de bandido” acaba por negar o direito ao luto das famílias envolvidas (ROCHA, 2012).

O ativismo de familiares de vítimas de violência institucional, principalmente as mães, vem surgindo como tema de investigação de diversos pesquisadores nos últimos anos, fomentando o debate e a visibilidade do tema. Entre essas produções, destacam-se a dissertação de mestrado de Fábio Alves Araújo, de 2007, “Do luto à luta: a experiência das mães de Acari”, que trata do “Caso Acari” ou “Chacina de Acari”. Em seu trabalho, Araújo analisa o desaparecimento de 11 jovens em 1990 no Rio de Janeiro e a luta das Mães de Acari, organização de mães desses jovens. Outro desses estudos é a dissertação de Mestrado de Alice Marta Belinello da Graça, intitulada “Da casa às ruas: o movimento de mães de São Paulo”, de 2014. Nele, a autora trata dos movimentos sociais de mães no Estado de São Paulo, que enfrentam a questão do desaparecimento de crianças e adolescentes e/ou crimes de execução sumária de jovens perpetrados por agentes policiais. A antropóloga Luciene de Oliveira Rocha, em sua tese de doutorado intitulada “Outraged mothering: Black women, racial violence, and the power of emotions in Rio de Janeiro’s African Diaspora”, traz uma etnografia com mães de vítimas de letalidade violenta no bairro da autora na Baixada Fluminense e também acompanha o movimento de mães que lutam por justiça.

Pode-se observar que uma intensa produção não só acadêmica, mas também de ativistas, jornalistas, cineastas e diversos apoiadores da luta das mães, vem se mantendo constante nos últimos anos. Nesse sentido, a Ponte Jornalismo editou em 2016 o livro intitulado “Mães em luta: dez anos dos crimes de maio de 2006” (CARAMANTE, 2016), que aborda as histórias de vida das Mães de Maio de São Paulo e de outras mães com histórias de perdas dos filhos pela ação policial. O documentário “Enquanto Viver, Luto!”, de 2017, dirigido por Iléa Ferraz, retrata dez casos de violências e de violações de direitos humanos das

mulheres negras, que foram relatados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH-OEA), Margarette Macaulay, em setembro de 2016. Outro documentário que vem encontrando relativo sucesso, tendo sido exibido em salas de cinema por todo o país, é “*Auto de Resistência*”, filme de 2018 de Natasha Neri que relata as histórias de mães e familiares em busca por justiça frente a casos de execução dos seus filhos pelo Estado no Rio de Janeiro.

Desse modo, a escolha pela via da militância social por essas mulheres ultrapassa barreiras como medo, estigma, negação, calúnia, incriminação, tentativas de intimidação e silenciamento. Esse grupo formado majoritariamente pelas mães cujos filhos foram mortos pela ação do Estado conforma o grupo de mulheres abordado nesta dissertação. O caráter interseccional da sua experiência de maternidade e perda, uma vez que se trata de um grupo formado principalmente de mulheres negras, pobres, moradoras de regiões empobrecidas das cidades brasileiras, é o fio condutor das análises realizadas nessa dissertação.

A violência possui impacto cada vez maior sobre a Saúde Pública no Brasil (MINAYO, 2013). A transição epidemiológica vivida no país nos últimos 60 anos modificou o padrão de morbimortalidade dos brasileiros, deslocando as causas infecciosas, que ocupavam historicamente o primeiro lugar, para dar lugar às causas cardiovasculares e aos agravos provocados por violência e acidentes como as principais causas de morbimortalidade (MINAYO, 2013). Dessa forma, a violência, que não é um problema médico típico, mas antes um problema fundamentalmente social, passa a afetar a saúde à medida que provoca morte, lesões e traumas físicos, mentais e espirituais; diminui a qualidade de vida das pessoas e das coletividades; e evidencia a necessidade de uma atuação muito mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e engajada para atender às necessidades da população (MINAYO, 2013, p. 21-22).

Dada a centralidade da questão da violência urbana no dia-a-dia carioca (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015; CANO; BORGES; RIBEIRO, 2012; CERQUEIRA *et al.*, 2018; CERQUEIRA; COELHO, 2017; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017; MATTOS, 2017), bem como a importância de se aprofundar o conhecimento sobre as particularidades da vida da população negra brasileira (BRASIL, 2017), especialmente a que reside em regiões vulnerabilizadas, o estudo sobre as mães de vítimas da violência letal pelo Estado, seus adoecimentos e estratégias de “luta” se faz necessário.

O meu desejo de falar sobre as lutas das mães que perderam seus filhos pela violência do Estado surgiu durante o meu primeiro contato com esse movimento social. Em julho de 2017, fui convidada pela ONG Criola para mediar uma oficina de autocuidado para mulheres

negras militantes. O convite se deu em função da minha formação como médica clínica, especialista em gênero, sexualidade e direitos humanos, que começava a apurar o olhar para questões raciais. O grupo era composto principalmente por mães que haviam perdido seus filhos por homicídio. Nessa oficina, a proposta era estabelecer uma conversa e dela tirar o componente terapêutico, pelo compartilhamento das histórias e pela escuta empática de todas as mulheres que compunham a roda. Com essa finalidade, foi escolhido o texto “Viver com câncer” de Audre Lorde (2006), por abordar a relação entre saúde e doença sob a perspectiva da autonomia sobre o corpo para usar como ferramenta para disparar as discussões.

Entendi, durante a oficina, que eu ocupava um lugar de escuta privilegiada para aquelas mulheres. De certa forma, a representação social do médico exerceu um efeito sobre aquelas relações. Elas compartilharam, uma após a outra, as suas histórias e os relatos sobre as perdas dos seus filhos em circunstâncias de extrema violência, além das violências que elas enfrentavam no seu embate diário com os diversos níveis institucionais do Estado. Muitos dos relatos, eu confesso, não sabia serem possíveis. Ofereci escuta e afeto e ressaltou que aquele era um espaço de acolhimento e não de pesquisa, sem relação com o mestrado à época. Mãe após mãe, cerca de quinze mulheres contaram-me as histórias sobre como perderam seus filhos, filhas, sobrinhos e irmãos. Elas dividiam seus relatos comigo, mas, em igual medida, entre si. Havia um componente racial nas suas falas. Afirmavam que seus filhos tinham sido mortos por um Estado racista e que estavam adoecidas, cansadas, porém, de alguma forma, seguiam lutando. Ao longo de suas falas, surgiam um ou outro exemplo de si mesmas, ou de alguma companheira que havia “caído”¹, ficado pelo caminho, por ora ou definitivamente, tragadas por um vasto elenco de doenças, em especial a depressão, que recortavam as suas vidas desde a violência letal que lhes tirou seus entes queridos e as colocou na posição de sobreviventes.

Tudo que estava posto já nesse primeiro contato viria a formar o projeto de pesquisa que me propus a investigar no mestrado: a militância social, os adoecimentos e estratégias terapêuticas, a violência e o genocídio da população negra.

As mortes desses jovens-homens-negros (REIS, 2013) raramente alcançam as manchetes de jornais ou noticiários e, quando alcançam, são com frequência acompanhadas da rápida criminalização das vítimas, como relatou Dandara² em relação ao seu filho Luiz:

¹ A queda, ou cair como sinônimo de depressão, surge como uma categoria nativa da militância e será analisada no capítulo 6.

² Os nomes das entrevistadas foram modificados para a manutenção de sua confidencialidade.

Quando ele foi assassinado, o Wagner Montes³ falou na televisão que meu filho era bandido. Eu me desesperei vendo o rostinho dele na TV, meu filho morreu uma segunda vez ali (Dandara, entrevista individual).

Desse modo, com a finalidade de discutir o genocídio do negro no Brasil, dentro do campo da saúde coletiva, decidi estudar as histórias, adoecimentos e a luta das mães, de modo a não só desnaturalizar essas mortes, como também entender de que forma o racismo contribui para a normalização do corpo negro como o corpo matável na sociedade brasileira. Após a experiência com o grupo de mães na oficina de autocuidado, eu estreitei o contato com Mônica Cunha, integrante da ONG Criola e uma das lideranças do movimento de mães⁴ no Rio de Janeiro que estava presente na oficina. Marcamos um reencontro e ela me contou a sua história de vida desde o seu nascimento, passando pela sua criação na casa da patroa da sua mãe, em um bairro de classe média da cidade do Rio de Janeiro, até a idade adulta. Uma história de mulher “preta fora da curva”, como ela se denomina, por ter crescido fora da favela. Ela contou que só descobriu que era negra quando seu filho do meio, ainda adolescente, foi privado de liberdade pela primeira vez no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE). Ao olhar a fila de mulheres que esperavam para visitar seus filhos, ela percebeu que o que as ligava era a cor da pele. Eram, em sua maioria, mulheres negras. Ela compartilhou que foi a privação de liberdade do filho o primeiro passo para seu despertar para as questões raciais. Posteriormente, passou a integrar o grupo Criola e a perda do filho, dentro do sistema socioeducativo, assassinado enquanto encontrava-se sob a tutela do Estado, colocou-a na centralidade da luta por justiça junto com outras mães na mesma situação. Ela me orientou que começasse a ir aos encontros de mães e familiares de vítimas do Estado e foi a minha informante-chave durante esse processo, colocando-me em contato com outras mães e familiares para poder realizar a pesquisa.

Cabe ressaltar aqui que sou uma mulher vinda do Nordeste do país. Não sou mãe, não resido em áreas ativamente precarizadas ou empobrecidas da cidade (e, portanto, alvo das maiores violências) e nasci e cresci em uma família de classe média baixa do interior da

³ Wagner Montes dos Santos foi um advogado, jornalista, jurado e apresentador de rádio e televisão e político brasileiro filiado ao PRB. Era deputado estadual do Rio de Janeiro e foi presidente da ALERJ. Desde 2003 apresentava os programas jornalísticos populares da Record da TV Rio, um tipo de programa jornalístico também chamado de “jornalismo mundo cão”, que acompanha as notícias policiais amplificando e naturalizando a violência urbana das grandes cidades. Para Biancharelli (2002), o que se observa com essa prática jornalística é a exposição da dor do outro, principalmente quando o outro é pobre e anônimo para a venda de tragédias anunciadas. Para mais informações sobre esse tipo de jornalismo, ver Filho (2019).

⁴ Nesta dissertação, a expressão “movimento de mães” será usada para designar o movimento de mães e familiares de vítimas de terrorismo do Estado, termo que vem sendo utilizado pelas mães e familiares para se autointitular, assim como denominam terrorismo as violências a que foram submetidas por ação do Estado. O encontro internacional que essas ativistas organizam anualmente é chamado de Encontro Internacional de Vítimas de Terrorismo de Estado (BOND, 2018).

Bahia, onde estudei em colégios particulares, e, posteriormente, me tornei médica, profissão de grande prestígio social no Brasil. Encontro-me, portanto, em posição privilegiada do ponto de vista econômico em relação às mulheres que entrevistei. Dessa forma, não me coloco no campo como uma intelectual orgânica no sentido gramsciano (GRAMSCI, 2001)⁵, uma vez que não falo de dentro do grupo analisado, porém busco trazer as falas, os questionamentos e analisar o material coletado levando em conta a importância de trazer o discurso de mulheres historicamente subalternizadas (SPIVAK, 2010) para a centralidade das discussões no campo da Saúde Coletiva. Escrevo a partir de um saber localizado (HARAWAY, 1995), a partir da experiência de uma pesquisadora negra em processo de enegrecimento epistemológico, que fundamenta o seu desejo de pesquisa tanto sobre o uso da solidariedade como ferramenta político-pedagógica (FERNANDES, 2016) quanto sobre o interesse de usar a raiva, sentimento gerado em face ao racismo, para a produção de ciência, conforme proposto pela escritora caribenha-americana Audre Lorde (1997).

Durante o primeiro semestre de 2018, passei a acompanhar diversos eventos e atos públicos realizados na cidade do Rio de Janeiro sobre terrorismo de Estado e ativismo político de familiares de vítimas do Estado. Os temas das discussões orbitavam principalmente em torno dos homicídios, encarceramento em massa e desaparecimento forçado. Essas temáticas se mostraram interligadas nos discursos dos atores sociais que traziam suas histórias e reivindicações.

Um evento importante para começar a entender as articulações políticas do movimento de mães foi o *III Encontro Internacional de Mães e Familiares de Vítimas de Terrorismo de Estado*, que aconteceu entre 17 e 20 de maio de 2018 na cidade de Salvador na Bahia. Neste evento, foi possível interagir diretamente com mulheres e famílias de todas as partes do país, que reivindicavam justiça, visibilidade e reparação para as violências perpetradas pelos agentes do Estado contra seus familiares. Tratava-se de um evento para intercâmbio de experiências, troca de afeto e articulação política. Assim, foi possível entender um pouco mais da dimensão desse campo de lutas e da interseccionalidade⁶ que marca o conjunto de opressões que esse grupo, formado majoritariamente por mulheres, enfrenta.

Foi possível observar nas análises que essas mulheres vêm fazendo sobre as violências a que são submetidas a presença das perspectivas de classe social, território, gênero e identidade racial como conceitos centrais para a sua discussão. O debate sobre negritude e

⁵ Essa discussão foi disparada para produção dessa dissertação pela leitura da tese de Luciane Rocha (2014).

⁶ Conceito cunhado por Crenshaw (1989) que trata da intersecção de níveis de opressão experienciados por mulheres negras. Para maior discussão, vide o Capítulo 3.

sobre as estratégias de genocídio da população negra apareceu em posição central nas suas falas, num processo que era também de despertar para as questões raciais no caso de militantes que estavam pouco familiarizadas com essa discussão.

As discussões vindas do próprio campo colocavam o racismo no centro da análise. Elas se correlacionavam com o pensamento do filósofo camaronês Achille Mbembe tanto na sua produção sobre racismo (2018) quanto na sua definição da categoria necropolítica (2016) – abordadas mais adiante na fundamentação teórica desta dissertação – para buscar entender como o racismo é fator estruturante desses processos.

Este trabalho está organizado em seis capítulos. No capítulo 1, é detalhado o percurso metodológico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa, abordando tanto as técnicas empregadas para a coleta de dados (entrevista narrativa e grupo focal) quanto a conceituação da análise de conteúdo, metodologia usada para a confecção das análises dos dados.

O capítulo 2 introduz a fundamentação teórica que serve de base para a compreensão do tema. Entendemos que o extermínio da juventude negra é parte do processo de genocídio a que está exposta a população negra. Foi, então, realizado um aprofundamento teórico sobre os conceitos de raça e racismo, branqueamento populacional e democracia racial.

O capítulo 3 aborda os sentidos de maternidade para mulheres negras. Realizou-se um levantamento histórico a partir do marco colonial da escravização até a atualidade, buscando situar as categorias raça e classe como componentes da opressão de mulheres negras e moradoras de favelas. Em seguida, empregou-se uma perspectiva epistemológica feminista negra para compreender as interseccionalidades que marcam essas experiências de maternidade. Por fim, foi realizado um breve perfil sobre a militância de mães de vítimas de violência de Estado.

No capítulo 4, a fundamentação teórica se conclui com a conceituação e descrição das práticas que compõem o genocídio da população negra. Foi feito um levantamento dos dados sobre o perfil de mortalidade por homicídio no Brasil, evidenciando seu impacto sobre homens negros e jovens. Ao final do capítulo, foi abordado o impacto do racismo sobre a produção de adoecimentos.

A apresentação dos resultados se inicia no capítulo 5. Nele, são expostos os relatos das mães entrevistadas nesta pesquisa, suas vivências de perda e sua construção de resistência. As histórias das mães e dos seus filhos foram resgatadas sob a forma de narrativa.

No capítulo 6, os resultados são discutidos na perspectiva da análise temática. Os temas centrais que emergiram durante a análise foram militância, adoecimentos e apoio

social. Nessa parte, abordam-se as práticas cotidianas de militância das mães entrevistadas, bem como a forma como elas enfrentam as consequências das mortes de seus filhos.

Por fim, tem-se o fechamento do trabalho com a apresentação das considerações finais levantadas após esse percurso de pesquisa. Foi feita uma reflexão sobre os resultados alcançados, bem como as limitações identificadas.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta dissertação consiste em uma investigação qualitativa, tipo de estudo que se ocupa com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado (MINAYO; DESLANDES; GOMES, R., 2013, p. 21). Ele visa a ampliar a compreensão sobre determinados fenômenos sociais complexos e não se pretende uma visão generalizada de toda a população, entretanto é útil para construir proposições teóricas sobre uma determinada realidade (BAUER; GASKELL, 2002).

Por se tratar de um tipo de estudo que se apoia na subjetividade dos discursos para formular inferências, proposições e análises, partimos da premissa de que as verdades que surgem dos discursos das participantes são relativas e de que esses enunciados não são neutros. Isso correlaciona-se com o proposto por Minayo, Deslandes e Gomes, para quem as Ciências Sociais diferem das demais pelo “fato de que elas são intrínseca e extrinsecamente ideológicas. Na verdade, não existe uma ciência neutra” (2013, p. 13) .

Foi realizada uma investigação do tipo estudo de caso com mães reunidas em grupos de militância social para lutar por justiça após os homicídios de seus filhos. As técnicas empregadas para a coleta dos dados de pesquisa foram o grupo focal e a entrevista narrativa. A entrevista narrativa permite “compreender a relação entre indivíduo e estrutura e o esquema conceitual construído de maneira significativa pelos sujeitos ao relatarem suas experiências e trajetórias” (WELLER; ZARDO, 2014, p. 132). O grupo focal difere da entrevista narrativa por basear-se na interação entre as pessoas para obter os dados necessários à pesquisa (TRAD, 2009).

1.1 Grupo focal

Para a confecção desta dissertação, foi realizado um grupo focal com cinco mulheres organizadas na militância de mães de vítimas de homicídio. A escolha desse método se deu pelo fato dessas mulheres já se organizarem em rede, sendo possível trazer as especificidades da vivência em grupo para a análise da realidade.

Para Gaskell (2002) e Minayo (2014), o grupo focal é uma derivação da entrevista em grupo. Minayo reforça a centralidade da interação dos participantes, afirmando que o valor principal do emprego desta ferramenta metodológica fundamenta-se na capacidade humana de formar opiniões e atitudes no intercâmbio com outros indivíduos, obtendo assim pontos de consenso ou explicitando divergências (MINAYO, 2014).

O principal objetivo deste método é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico a partir de um grupo de participantes selecionados (TRAD, 2009). Esta técnica possui importante papel complementar para a coleta de dados associada a outras formas como as entrevistas e observação participante. O pesquisador constrói uma série de possibilidades de acesso a informações que lhe permite triangular olhares e obter mais elementos sobre a realidade.

As principais desvantagens dos estudos com grupos focais são: não oferecerem boas estimativas de frequência dos fatos; a dificuldade de garantir um total anonimato; a susceptibilidade de interferência quanto aos juízos de valor do moderador; o risco de que as discussões sejam desviadas ou dominadas por poucas pessoas, enviesando os resultados (TRAD, 2009).

1.2 Entrevistas narrativas

Para Jovichelovitch e Bauer (2002, p. 91), a entrevista busca estabelecer uma atmosfera que encoraje e estimule um entrevistado a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social. Schütze (2011 *apud* WELLER; ZARDO, 2014) teoriza que a entrevista narrativa permite estabelecer uma ruptura com relação às entrevistas estruturadas, trazendo as narrativas sobre as experiências vividas. Desse modo, permite-se também observar as estruturas sociais que compõem essas experiências.

Ainda segundo Schütze (2011 *apud* WELLER; ZARDO, 2014), a entrevista narrativa desponta como um método que permite compreender o “mundo do senso comum”, o mundo que o sujeito experimenta e o contexto social no qual ele se insere. Cada indivíduo experimenta e interpreta o mundo a partir de uma perspectiva moldada por motivações, interesses e desejos próprios de modo que cada ator é único, pois sua narrativa se origina de uma experiência biográfica individual. Assim, além das experiências coletivas, buscamos compreender tanto as experiências individuais de cada entrevistada como também o contexto sócio-político-cultural de onde se originam essas vivências e que lhes permite situar suas experiências de vida. A entrevista narrativa nos permitiu acessar um conteúdo complexo de fatos/impressões/afetos das mães entrevistadas, possibilitando-nos um maior entendimento sobre os desdobramentos das perdas dos seus filhos sobre suas vidas e o impacto da organização militante em suas visões de mundo.

Conforme proposto por Schütze (2011 *apud* WELLER; ZARDO, 2014), a entrevista narrativa se inicia com a formulação de uma pergunta que aborde toda ou parte da história de

vida dos entrevistados. No nosso caso, a questão central se referia a como aconteceu a morte do filho da entrevistada. Em seguida, as perguntas seguiram uma estrutura que se aprofundou nas consequências percebidas pelas mães acerca da morte do filho sobre a sua saúde e como elas começaram a se organizar na militância social, bem como outros temas que foram surgindo de forma transversal ao longo das entrevistas.

A entrevista apresenta algumas vantagens, bem como desvantagens, para a sua escolha como método de coleta de dados. Uma desvantagem citada por Jovichelovitch e Bauer (2002, p. 100) é o conjunto de expectativas geradas nos informantes, visto que, ainda que o entrevistador se coloque de forma pretensamente ignorante no campo, emulando um desconhecimento dos fatos a serem narrados, cada informante construirá hipóteses sobre o que o entrevistador gostaria de ouvir. Dessa maneira, o entrevistador deve ser sensível ao fato de que a história que ele obtém é, até certo ponto, uma comunicação estratégica, isto é, uma narrativa com o propósito tanto de agradar o entrevistador quanto de afirmar determinado ponto, dentro de um contexto político complexo que está sendo discutido.

1.3 Participantes da pesquisa

A seleção das participantes foi feita com base no acesso a grupos sociais “naturais”, nos quais, segundo Gaskell, “as pessoas interagem conjuntamente, elas podem partilhar um passado comum, ou ter um projeto futuro comum e possuem interesses e valores mais ou menos semelhantes” (2002, p. 69). O grupo social abordado foi o de mães organizadas em militância social para lutar por justiça frente ao assassinato dos seus filhos. A aproximação com os grupos de mães militantes se deu a partir da relação da pesquisadora com os movimentos sociais e com o movimento negro. A escolha das participantes do estudo surgiu após conversa com a informante-chave, que indicou e nos colocou em contato com algumas mães militantes. Em seguida, a seleção das participantes da pesquisa seguiu o método “bola de neve”, uma forma de amostragem não probabilística que utiliza cadeias de referência para acessar os participantes (VINUTO, 2014). Após as indicações de participantes para a pesquisa, foi formado um grupo de conversa num aplicativo de celular onde constavam oito mães dispostas a participar. Em função da disponibilidade de tempo restrita para a realização da pesquisa de campo, da complexidade das entrevistas realizadas e da compatibilização de agendas para a realização do grupo focal e das entrevistas, ao final, cinco mães participaram do grupo focal e quatro participaram da entrevista.

1.4 Procedimentos utilizados

O primeiro passo para a realização desta pesquisa foi a realização de uma revisão da literatura em bases de dados nacionais e internacionais sobre co-vítimas/sobreviventes de homicídios⁷, enfatizando um recorte racial e priorizando estudos que discutissem os desdobramentos sobre as mães. A esta revisão, foi adicionado um levantamento sobre o tema que reuniu teses, dissertações, documentários e outros documentos. Em conjunto, essa revisão embasou o racional utilizado para construção deste trabalho.

Foi realizado um grupo focal com cinco mulheres, seguindo um roteiro (ANEXO I) que apresentava uma questão norteadora abordando inicialmente os efeitos causados pela participação na militância social na visão das mães acerca da morte do filho. Ao longo da conversa, as mães se aprofundaram na descrição das circunstâncias do homicídio e a moderação do grupo adicionou questões sobre a relação das mães com o Estado e os adoecimentos que elas passaram a apresentar.

Em princípio, todas as mulheres que se interessaram em participar do grupo focal eram mulheres negras. Posteriormente, uma delas solicitou que uma mulher branca, também mãe de vítima e militante, pudesse fazer parte do grupo focal. Optamos por adicioná-la à pesquisa, ampliando assim as perspectivas sobre o tema. Entretanto, quando da sua chegada para a realização do grupo focal, observamos que se tratava de uma mulher que vinha enfrentando diversos adoecimentos como decorrência da violência a que foi submetida, para a qual o contexto da conversa em grupo poderia funcionar como um gatilho para desencadear maior sofrimento. Ela nos informou que não gostaria de falar muito, porém solicitou a sua continuação na sala, respondendo pouco às questões levantadas. Optamos por não a entrevistar na segunda fase da pesquisa de modo a preservá-la, consoante com as disposições éticas elencadas no tópico final deste capítulo. Além disso, foi-lhe oferecido apoio psicológico durante o grupo focal, porém a participante já vinha em acompanhamento regular em um serviço externo à Fiocruz. Portanto, como a sua história não pôde ser coletada em profundidade durante a entrevista individual, não foi incluído o relato da sua história de vida nos resultados desta dissertação, porém mantivemos sua contribuição no capítulo sobre adoecimentos.

Após a realização do grupo focal, quatro participantes foram entrevistadas individualmente empregando o método de entrevista narrativa, já descrito anteriormente. O

⁷ Vide definição na Introdução.

roteiro da entrevista utilizado (ANEXO II) continha questões norteadoras que serviram para delinear nossa compreensão do fenômeno e foi dividido em quatro partes. Na primeira, realizou-se a coleta dos dados socioeconômicos das mães, sua autodenominação racial, bem como a classificação racial que atribuíam aos seus filhos, sendo finalizada pela coleta de parte da sua história de vida e relação com o território. Em seguida, partiu-se para o questionamento sobre a relação entre a mãe e o filho e sobre a dinâmica da morte do filho. Na terceira parte, a questão norteadora abordou a trajetória política, o percurso até o movimento social e o apoio social. Na parte final, os questionamentos centralizavam os adoecimentos que as mães apresentavam.

1.5 Análise dos dados

Para a análise dos dados coletados nesta pesquisa, foi empregado o método análise de conteúdo conforme proposto por Bardin (1979), na sua vertente “análise temática”, por ser a técnica mais simples de análise e considerada apropriada para investigações qualitativas em saúde (MINAYO, 2014). Para Romeu Gomes, o foco principal da análise dos dados em pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas sim “a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que se pretende investigar” (2013, p. 79). Trata-se de uma técnica que se volta para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação (BARDIN, 1979). Romeu Gomes (2013) destaca que com a análise de conteúdo é possível acessar os depoimentos de representantes de um grupo social para se levantar o universo vocabular desse grupo.

As transcrições do grupo focal e das entrevistas foram feitas na íntegra para preservar os sentidos e entonações das entrevistadas. Em seguida, foi feita uma leitura rigorosa do material de campo, buscando-se uma visão do conjunto dos relatos que fundamentaram a elaboração dos pressupostos iniciais para a interpretação e a formulação de categorias classificatórias por temas (GOMES, 2013, p. 91). Os temas principais levantados para a análise foram: relação com a perda por homicídio; relação com o Estado; militância social e apoio social; efeitos da perda sobre a saúde.

1.6 Aspectos éticos

O projeto de pesquisa que originou esta dissertação foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da ENSP/Fiocruz sob o título “Mães em Luta: um olhar sobre o ativismo político

de mães cujos filhos foram assassinados pelo Estado”, identificado pelo CAAE 90357918.9.0000.5240, número de parecer 2.703.350, aprovado em 29/06/2018.

Por tratar de um tema que envolve profundo sofrimento, como medida para manejo dos riscos envolvidos na pesquisa foi fornecido às participantes o contato de um serviço de saúde como referência de assistência para possíveis situações de crise, estresse psíquico ou desconforto que elas pudessem experimentar.

O TCLE assinado por todas as participantes (ANEXOS III e IV) estabelece a sua confidencialidade e a privacidade das informações prestadas quando da divulgação dos dados desta pesquisa. Para tal, os nomes das entrevistadas e dos seus filhos foram alterados e os bairros onde residem foram omitidos. Entretanto, entende-se que esse risco de identificação não pode ser completamente mitigado e que o fato de essas mães se mobilizarem politicamente de forma pública, tendo seus relatos já publicizados em outros meios, aumenta os riscos da sua identificação. Para a escolha dos nomes das entrevistadas, optamos por utilizar nomes de personagens de destaque para o movimento negro brasileiro: Dandara e Luiz Gama; Luiza Mahin e Abdias Nascimento; Lélia Gonzalez e Milton Santos; Carolina Maria de Jesus e André Rebouças; Tereza de Benguela e Antônio Rebouças.

A antropóloga indiana Veena Das (2008) assevera que existe uma energia moral profunda em se recusar a representar certas violações do corpo humano. Ao compartilhar a dor e as violações a que foi submetida com o antropólogo, a vítima compartilha um conhecimento “envenenado”; ao lidar com essas informações no cotidiano, o antropólogo precisa aprender a respeitar as fronteiras entre o dizer e o mostrar. Dessa forma, o trabalho antropológico possui um registro duplo de oferecer evidências que refutam a amnésia oficial, mas também testemunhar sobre as realidades de vítimas e sobreviventes acessando palavras e sentimentos que haviam sido retirados do seu cotidiano para que pudessem sobreviver. Nesse sentido, prestou-se redobrada atenção ao risco de reativação de dores e sofrimentos intensos nas participantes, buscando acolhê-las ao longo da pesquisa e respeitar os seus relatos para a confecção desta dissertação.

Durante a realização desta pesquisa, uma das mães que participaria do estudo faleceu, sucumbiu à tristeza, segundo afirmou sua família. Um pouco da sua história será abordado no capítulo 6, que aborda adoecimentos. Enquanto pesquisadora, esse evento foi decisivo para que eu me afastasse do campo e não conseguisse mais realizar entrevistas. Passei cerca de três meses sem conseguir retomar nada relacionado a este estudo. O processo de confecção desta dissertação acabou se tornando uma fonte de adoecimento para mim. A sensação de impotência frente às violências que eu vinha reunindo como dados de campo e a empatia

naturalmente construída em relação às mães que foram entrevistadas me colocou num estado de incapacidade produtiva que me impediu de seguir em frente. A sensação de culpa por não poder mudar radicalmente a realidade das pessoas diretamente expostas à violência investigada acabou me impedindo de continuar. Retomei os trabalhos meses depois tentando me manter temporariamente afastada da militância como forma de conseguir escrever a respeito. A minha possibilidade de acessar esse tipo de afastamento é um privilégio resultante da minha condição socioeconômica e territorial que a maior parte das mães que entrevistei e acompanhei não é capaz ou não quer acessar.

2 SOBRE A CONSTRUÇÃO DA DIFERENÇA: SER NEGRO E NEGRA NO BRASIL

Debruçar-se sobre os conceitos de raça e racismo na realidade brasileira, esbarrando no ainda atual mito da democracia racial, é, como sinalizou Abdias do Nascimento (2016), “tratar de uma questão fechada, terreno proibido sumamente perigoso”. Nesse capítulo, busca-se discutir os conceitos de raça, racismo, branqueamento e democracia racial, procurando localizar historicamente a experiência de mulheres negras no Brasil.

O conceito de raça é historicamente construído (ALMEIDA, 2018) e serve a uma contingência, ao jogo de poder decisório que separa o Eu dotado de subjetividade do Outro construído como “Não-Ser”. Para a filósofa Sueli Carneiro, a experiência negra no Brasil é marcada pelo assujeitamento da sua individualidade pela racialidade, de modo que a construção do negro como sujeito político é constituída “pela resistência a esse modo de subjetivação” (CARNEIRO, 2005, p. 9). A raça fundamenta o racismo, um dos pilares da investida colonial europeia sobre países das Américas, Caribe, África, Ásia e Oceania na Modernidade, que viabilizou o capitalismo mundial, a expropriação do trabalho dos indivíduos colonizados e dos recursos das colônias e a acumulação de riquezas na Europa (QUIJANO, 2009).

Para o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018), a raça não existe como fato natural físico, antropológico ou genético. Ela não passa de uma ficção útil, de uma projeção ideológica. Ele afirma, portanto, que a raça é:

(...) um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perfurações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. (...) consiste naquilo que se consolida odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, construindo o outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar o seu controle total (MBEMBE, 2018, p. 27).

As relações sociais criadas a partir da ideia de raça nas Américas produziram identidades diversas, destacando-se o índio, o negro e o branco, que configuraram relações de dominação e poder, hierarquizadas e caracterizadas pelo exercício do poder do branco sobre os “outros”. Esse processo nega a anterioridade dos povos dominados e estabelece o começo da sua história a partir do início do seu processo de dominação colonial, esforçando-se por apagar sua ancestralidade, desvalorizando sua produção cultural, científica e econômica ou apropriando-se delas (NASCIMENTO, 2016; WERNECK; FALQUET, 2005).

O marco que funda o início dessas relações que vão configurar o processo de escravização de africanos é o estabelecimento do contato direto entre os povos ibéricos e os povos da África ocidental e central via Oceano Atlântico. Mbembe relata que “os primeiros negros capturados em razias e convertidos em objetos em leilões públicos chegaram em Portugal em 1444. O número de ‘presas’ aumentou sensivelmente entre 1450 e 1500” (2018, p. 33). A partir de 1492, após a chegada dos espanhóis à América, inicia-se o comércio triangular no Atlântico, que reuniu a África, as Américas/Caribe e a Europa. Segundo Giacomini (1988), o comércio de africanos escravizados era uma condição essencial para a manutenção do colonialismo. Este sistema econômico se sustentava sobre a força de trabalho dessas pessoas reduzidas à condição de mercadoria.

Nesse tráfico atlântico, homens e mulheres originários de África foram transformados em “homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda” (MBEMBE, 2018), obrigados a viver afastados das suas raízes africanas, apartados das suas relações de amizade e parentesco. Foram submetidos ao apagamento ativo da sua língua e memória e condenados a trabalhar e produzir um mundo do qual não poderiam desfrutar, um mundo que pertencia aos outros. Como reforça Mbembe, apesar de proibidos de estabelecer relações como co-humanos, esses indivíduos não deixaram de ser sujeitos ativos. Os diversos processos de resistência para a manutenção de sua cultura e ancestralidade são exemplos disso.

Essa transformação de homens e mulheres em “mercadoria” necessitava de sua transformação em não-humanos, em seres bestializados, animalizados e infantilizados pela ideologia racista convertida em discursos e práticas. Para isso, foi necessária a invenção do negro, pois “o negro não existe enquanto tal. Ele é constantemente produzido. Produzi-lo é gerar um vínculo social de sujeição e um *corpo de extração*, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade do seu senhor” (MBEMBE, 2018, p. 42, grifos do original). O negro foi assim concebido como figura pré-humana, incapaz de fugir da sua animalidade. Segundo Mbembe, a noção de raça permitia “representar as humanidades não europeias como se tivessem sido tocadas por um ser inferior” (2018, p. 42).

A resistência negra às investidas desumanizadoras da colonização europeia está presente nas organizações de negros em quilombos; na invenção do samba e do *blues* como ferramenta para o enfrentamento do banzo⁸; nos temperos das comidas de lugares como a Bahia e a Jamaica; no sincretismo religioso encontrado na *Santería* cubana e no Candomblé

⁸ “Banzo é uma palavra que, segundo Nei Lopes, no Novo Dicionário Banto no Brasil, tem origem na língua QUICONGO, *mbanzu*: pensamento, lembrança; e no QUIMBUNDO, *mbonzo*: saudade, paixão, mágoa. Para ele, ‘Banzo é uma nostalgia mortal que acometia negros africanos escravizados no Brasil’” (NUNES, 2018, s.p.).

brasileiro; entre outras manifestações culturais. Essas ferramentas foram utilizadas para a manutenção da humanidade desses povos submetidos à diáspora forçada⁹. O historiador cultural britânico Paul Gilroy chama esse território compreendido pelas Américas e o Caribe de Atlântico Negro, palco de violências e extermínio, mas também de intensa produção cultural e de resistência (2001).

Por volta de 1530, os primeiros africanos escravizados, trazidos acorrentados em navios tumbeiros (ALENCASTRO; CONRAD, 1982) transatlânticos já constituíam a “força de trabalho” nas terras brasileiras, e em 1535 o comércio de escravizados já estava oficializado no Brasil.

O acesso a dados reais sobre a dimensão desse tráfico de pessoas foi comprometido especialmente porque em 1891, o então ministro das Finanças, Rui Barbosa, ordenou a destruição de documentos históricos e arquivos relacionados ao comércio de escravos no Brasil (NASCIMENTO, 2016). Essa medida visava ao apagamento da memória no período pós-abolicionista imediato, temendo a insurreição das massas de indivíduos legados ao desamparo e sem políticas de reparação, após terem sido postos numa liberdade instantaneamente marginalizada.

Estima-se, partindo-se dos dados remanescentes, que um número entre dois e quatro milhões de homens, mulheres e crianças africanos foram sequestrados de África e trazidos para realizarem trabalhos forçados no país, fazendo do Brasil a maior porta de entrada de escravizados do Atlântico Negro (NASCIMENTO, 2016; DODSON, 2001, *apud* WERNECK; FALQUET, 2005). O Cais do Valongo, localizado na cidade do Rio de Janeiro, foi o maior porto de entrada do país, por onde chegaram cerca de um milhão de africanos que seriam submetidos ao regime de escravidão.

Desse modo, a presença de um grande contingente de pessoas afrodescendentes na formação da sociedade brasileira torna essencial a discussão do racismo para entender as violências a que jovens meninos negros estão submetidos nas favelas e regiões precarizadas do país. Essas vidas são marcadas pelo *devir-negro* no mundo, ocupando o lugar de vítimas preferenciais de violências, explorações e desumanizações (MBEMBE, 2018).

⁹ A diáspora africana corresponde ao fenômeno histórico de imigração forçada de pessoas do continente africano para outras regiões do mundo para serem submetidas à escravidão durante os séculos XV a XIX. Esse fluxo de pessoas e culturas se deu principalmente através do Oceano Atlântico para as Américas. Para mais informações sobre a diáspora africana, vide “Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais” (HALL, 2003).

2.1 Racismos: reflexões teóricas

O racismo contra o negro não se apresentou sempre da mesma forma ao longo dos séculos de experiência colonial no Brasil e em outras partes do mundo. Uma ideologia de dominação sustentada ao longo de tantos anos sofreu modificações para se adequar às mudanças histórico-sociais sofridas pelo país. Porém, tal ideologia vem sendo reformulada e continua como fator estruturante da sociedade brasileira até os dias atuais.

Para o advogado e filósofo Silvio de Almeida, pode-se analisar o racismo segundo três concepções: a individualista, a institucional e a estrutural. Segundo a concepção individualista, o racismo é visto como um tipo de patologia, “um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados, ou ainda a uma irracionalidade a ser combatida no campo jurídico” (ALMEIDA, 2018, p. 28). Tal dimensão centraliza no indivíduo as práticas racistas, ao passo que mascara o papel ativo das sociedades ou instituições, reservando ao racismo um lugar de moralidade e falha individual.

A noção de racismo institucional representa um avanço analítico em que as práticas racistas deixam de ser vistas apenas como desvios de caráter de pessoas “mal-intencionadas” para serem analisadas como o resultado do funcionamento das instituições. Estas operam na perspectiva de conferir privilégios ou desvantagens a partir da raça. O racismo institucional é uma ferramenta de normalização do racismo, estabelecendo padrões discriminatórios para a manutenção da hegemonia de um grupo racial no poder.

O conceito de racismo institucional foi utilizado pela primeira vez em 1967 na obra “Black Power: politics of liberation in America”, dos ativistas do movimento Black Power Charles V. Hamilton e Kwame Ture (nome africano adotado por Stokely Carmichael), que o definiram como: “A falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” (CARMICHAEL; HAMILTON, 1967, p. 4 *apud* WERNECK, 2016, p. 542). Assim, esse tipo de racismo não se caracteriza por uma ação deliberada de vários brancos contra negros. O racismo institucional é operacionalizado de forma a garantir privilégios sistematicamente a um grupo racial em detrimento de outro.

Em sua análise sobre o racismo institucional na perspectiva da saúde da população negra, Werneck (2016) afirma que, apesar da intensidade e profundidade dos seus efeitos, o racismo produz uma naturalização das iniquidades geradas por ele mesmo, o que ajuda a explicar a forma como é descrito por muitos, como sutil ou invisível. Sobre o racismo institucional, ela declara:

O racismo institucional, que possivelmente é a dimensão mais negligenciada do racismo, desloca-se da dimensão individual e instaura a dimensão estrutural, correspondendo a formas organizativas, políticas, práticas e normas que resultam em tratamentos e resultados desiguais. É também denominado racismo sistêmico e garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados, atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeitos nesses grupos (WERNECK, 2016, p. 541).

Segundo a autora, o racismo institucional atua de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas. Porém atua, também, nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial. Para que seja efetivo, o racismo institucional deve dispor de plasticidade suficiente para oferecer barreiras amplas ou precisamente singulares, permitindo, assim, a existência de privilégio para uns, em detrimento de outros (WERNECK, 2016, p. 542).

A dimensão estrutural do racismo pode ser confundida com a institucional, ou mesmo se sobrepor a ela, e deve ser analisada pelo espaço que o poder assume na sua definição. Essa concepção é marcada pelas assimetrias de poder envolvidas nas relações raciais. Para Foucault, o racismo nos Estados modernos é uma ferramenta a serviço do biopoder, um mecanismo que estabelece um corte entre o que deve viver e o que deve morrer (2005, p. 304). Para Grosfoguel (2012), entretanto, o olhar foucaultiano é enviesado por sua enunciação centrada na experiência europeia, numa genealogia que, de certo modo, ignora o papel das relações intercoloniais para a concretização das relações racistas como são observadas hoje.

As instituições operam de forma racista para responder a uma estrutura racista. Elas são a materialização de uma sociedade racista (ALMEIDA, 2018, p. 36). Por ser estrutural e estruturante das relações sociais, o racismo é a forma “normal” de funcionamento da sociedade. O racismo estrutural compreende o conjunto de ações discriminatórias que incidem sistematicamente sobre grupos racialmente identificados e só pode ser combatido por práticas antirracistas (ALMEIDA, 2018). As políticas de promoção da diversidade e de reparação histórica para minorias, como a política de cotas raciais nas Universidades Federais, são exemplos de formas de combate ao racismo estrutural por incidirem na mudança da forma como os privilégios são conferidos aos diferentes grupos sociais.

Para seguir operando como estrutura de perpetuação de iniquidades, o racismo forjado nas Américas e em África se utilizou da fabricação de sujeitos raciais destituídos de poder e de direitos cívicos. Para tal, foi necessário construir a dita incapacidade jurídica do negro, que figura nesse campo como sujeito não-jurídico e, portanto, apartado de direitos (MBEMBE,

2018, p. 45). Os negros tornam-se, dessa forma, um grupo suscetível a maiores violações institucionais.

Como produto de uma sociedade estruturalmente racista, observa-se a naturalização das mortes de jovens, em sua maioria negros, no Brasil, bem como do sofrimento vivido por suas mães e familiares. Essa legitimação é resultado da desumanização imposta pelos diversos níveis de racismo que, em conjunto, se articulam para fundamentar o genocídio da população negra brasileira e integram um arcabouço ideológico complexo diluído em ações cotidianas lidas como inofensivas, mas que cumprem a missão de rejeição das marcas da negritude na população.

2.2 Democracia racial e estratégias de branqueamento populacional

As teorias que serviram de estímulo ao branqueamento da sociedade brasileira remontam ao período colonial escravagista. Em “Uma história do branqueamento ou o negro em questão”, Hofbauer (2006) faz um levantamento sobre as teorias e políticas de branqueamento no país. Ele demonstra que essa ideologia vem sendo reatualizada desde as pregações jesuíticas, passando pelos discursos políticos de estímulo à “modernidade” dos séculos XVIII e XIX, bem como pelo fortalecimento dessas práticas sob a ótica do racismo científico do final do século XIX e início do XX, até serem naturalizadas e se tornarem política de Estado. Dessa maneira, tal ideologia foi materializada no estímulo à emigração de europeus para o país entre os séculos XIX e XX. Nessa lógica, as tão sonhadas “modernidade” e “civilidade” da nação brasileira só seriam alcançadas mediante a eliminação do seu elemento “negro”, visto pelas elites como fonte de “empecilho” ao progresso nacional (WERNECK, 2004).

Frequentemente, o desejo ou estímulo ao branqueamento é analisado como um problema do negro brasileiro, como se ele, desejoso de alcançar o status de “branco”, vivesse em constante estado de busca pela “Redenção de Cam”¹⁰ e dele partisse a decisão de ter proles mestiças e cada vez mais embranquecidas como forma de atingir o ideal de existência

¹⁰ “A Redenção de Cam” (ANEXO V), tela do espanhol naturalizado brasileiro Modesto Brocos (1852-1936), representa a busca pelo branqueamento do negro via intercruzamentos com os brancos até a “redenção” da “raça inferior” pelo nascimento de uma criança branca. Essa obra é um marco do racismo científico oitocentista brasileiro, abordando o mito bíblico da maldição que Noé teria lançado sobre seu filho Cam (ou Cã), que teria seus descendentes amaldiçoados a serem “os servos dos servos”. Há versões do mito que descrevem os descendentes de Cam como negros. A interpretação de Brocos sobre o mito seria de que a salvação da raça negra se daria por meio da sua erradicação pelo branqueamento (RONCOLATO, 2018).

da branquitude, compreendida aqui como a racialidade branca. Nas palavras de Maria Aparecida Silva Bento, no seu clássico “Branqueamento e branquitude no Brasil”:

No Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais (BENTO, 2002, p. 1).

Por esse ângulo, o branqueamento, invenção ideológica do branco, é resultado da reunião de diversas teorias distintas que culminaram com a naturalização do “desejo de ser mais branco” como ideal social brasileiro. No plano internacional, Hofbauer aborda as teorias sobre mestiçagem de Georges-Louis Leclerc de Buffon, naturalista francês do século XVIII. Buffon postula que o tempo necessário para atingir o branqueamento do negro seria de quatro gerações de intercruzamentos, tornando-os, assim, “homens brancos” (HOFBAUER, 2006, p. 110). Posteriormente, a necessidade de manter indivíduos em condição de desumanização e inferiorização para sua exploração criou o chamado racismo científico do século XIX. A partir de então, as teorias sobre o racismo começam a conferir contornos científicos e biologizantes às diferenças humanas sob uma perspectiva positivista de ciência, de modo a criar modelos explicativos capazes de justificar comportamentos tidos como imorais, violentos, lascivos ou uma suposta pouca inteligência (ALMEIDA, 2018, p. 23).

Ainda na Europa, alguns dos principais expoentes desta corrente de pensamento argumentavam que a mestiçagem levaria a uma degeneração progressiva da raça caucasiana. Entre eles, destacaram-se Arthur de Gobineau, diplomata e escritor francês, e Cesare Lombroso, médico italiano conhecido por suas teorias sobre a antropologia criminal e racismo. No Brasil, tivemos as contribuições de Raimundo Nina Rodrigues, médico legista cuja produção se sustentava na criminologia médica e na visão da raça como um fenômeno biológico e não social. Para Rodrigues, os cruzamentos inter-raciais tinham potencial para degeneração da raça branca e deveriam ser evitados. Ele afirmava que os negros eram naturalmente predispostos à criminalidade, e que a inferioridade negra era um “fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto de uma marcha filogenética de desenvolvimento da humanidade desigual nas suas várias divisões e seções” (RAMOS, 1979, p. 5 *apud* ROCHA, 2014, p. 53).

No que tange à criminalização dos corpos negros, as ideias de Rodrigues tiveram importante papel para a construção de uma criminologia que colocava o negro como principal suspeito das contravenções cometidas no país (ROCHA, 2014). Rodrigues contribuiu para a

criação do mito do “homem negro bandido” e para o início das medidas de perseguição policial no pós-abolição imediato, que seriam essenciais para a configuração das práticas de extermínio da população jovem negra que ainda hoje são vistas de forma normalizada no país.

Outro médico brasileiro que endossou tal visão foi João Baptista Lacerda, que via os negros como primitivos e inferiores. Ele, ao contrário de Rodrigues, estimulava a mestiçagem e o cruzamento entre as raças na esperança de gerar o mestiço, “o sujeito em vias à transformação em branco” (HOFBAUER, 2006, p. 208). Passou-se a se estimular, então, uma nova organização social no Brasil para a construção de uma nação que reduzisse ativamente o seu elemento de origem africana em busca de uma população cada vez mais branca. Nesse sentido, era necessária a “eliminação dos indesejáveis (os negros) da sociedade brasileira, requisito essencial para a sua modernização” (WERNECK, 2004, p. 3). Para atingir esse fim, medidas como o fomento à emigração de “brancos” europeus ou de outras partes do mundo, como árabes e japoneses¹¹, bem como estímulo à mestiçagem como um “mal necessário” para branquear a população ao longo dos séculos, foram práticas eugenistas¹² empregadas para “melhoramento” da população brasileira rumo à tão sonhada branquitude.

O estímulo ao branqueamento passa pelo fortalecimento da autoestima branca, construindo a sua supremacia social pela apropriação simbólica do belo e do bom, ao passo que enfraquece o negro, visto como culpado pela degeneração, pela derrota, uma mancha nacional e empecilho ao progresso, fato analisado por Bento como central para a configuração das relações de poder do racismo:

(...) a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais. (BENTO, 2002, p. 3)

Cria-se como fato social a necessidade constante de ser cada vez mais branco e que a cada novo nascimento o “pé esteja menos na senzala”. É comum ainda hoje se ouvir esse tipo de comentário pelas famílias miscigenadas Brasil afora. A exemplo disso, a relação das

¹¹ Essa denominação de branquitude é uma referência à branquitude ampliada empregada no Brasil no início do século XX, descrita por Werneck como uma “versão adaptada, mais elástica de branco que vai se apoiar na importação sucessiva de trabalhadores italianos, japoneses, judeus, turcos, árabes, entre outras ao longo da primeira metade do século XX” (WERNECK, 2004, p. 5).

¹² A eugenia consiste em um conjunto de crenças e práticas cujo objetivo é selecionar as características de grupos humanos tidos como superiores, impondo o apagamento de grupos considerados inferiores. Para uma maior discussão sobre eugenia e racismo no Brasil, vide o artigo “Ou belo ou o puro? Racismo, eugenia e novas (bio)tecnologias” de Jurema Werneck (2004).

mulheres negras com o próprio cabelo é alvo constante de apagamento pelo ideal de branqueamento, tido como símbolo corporal do “negro, feio, inferior e primitivo”¹³. Seu uso ao natural é também um dos maiores símbolos de resistência simbólica e material negra contra a sua constante inferiorização que, segundo Franz Fanon¹⁴, só pode ser alcançada após um duplo processo “inicialmente econômico; em seguida, pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade” (2008, p. 28). As mudanças impostas aos cabelos e aos hábitos de forma a adequá-los a um ideal branco são exemplos dessa epidermização. Ele segue afirmando que é necessário que o negro tome consciência das suas realidades econômicas e sociais para atingir a sua desalienação racial em relação à supremacia branca.

Já na primeira metade do século XX, observou-se a construção de um novo mito nacional que tem em Gilberto Freyre seu maior teórico, o mito da democracia racial. Freyre, fundador do lusotropicalismo, era um entusiasta da miscigenação. Acreditava que os seres humanos originários dos trópicos seriam incapazes de erigir uma civilização “avançada” sem a presença do branco. Ele empregava o termo “morenidade” como um “eufemismo racial”, colocado como um ingênuo jogo de palavras que “representava uma mística racista perigosa cujo objetivo era o desaparecimento inapelável do descendente africano” (NASCIMENTO, 2016, p. 49) através do branqueamento deliberado da sua pele e da sua cultura. Freyre vai além e cunha o termo *metarraça* (FREYRE, 2005), entendido como a além-raça brasileira, construída sobre uma morenidade tropical que supostamente negaria o arianismo e a negritude em nome da brasilidade, entretanto não promovia a igualdade e “servia principalmente para reforçar o ideal de branqueamento” (NASCIMENTO, 2016, p. 52).

Essas são algumas das teorias que fundamentam o pensamento étnico e social no Brasil, no qual a ideia de cor prevaleceu sobre a ideia de raça. Como afirma Guimarães (2003, p. 100), “o anti-racialismo é uma das ideologias fundadoras dessa nação”, ou, nas palavras de Florestan Fernandes (2007), a hiperconsciência/negação da raça é um princípio que habita o senso comum brasileiro de ter “preconceito contra ter preconceito”. Criou-se uma ideia de boa convivência e harmonia racial, com negação ativa do racismo, de modo que a luta antirracista no Brasil esbarra numa sociedade que tanto não assume suas atitudes como racistas como não reconhece a existência do sistema que mantém as desigualdades raciais, as quais são habitualmente vistas como desigualdades de classe:

¹³ Para uma maior discussão sobre cabelo e negritude, ver Jardim (2018) e N. L. Gomes (2019).

¹⁴ Franz Fanon foi um médico e psicanalista negro martinicano, apontado como fundador dos estudos descoloniais.

Freyre fala em uma “democracia étnica” para dizer que, no Brasil, apesar de uma estrutura política muito aristocrática, desenvolve-se, no plano das relações raciais, relações democráticas. São essas ideias que foram traduzidas como “democracia racial” e ganharam, por um bom tempo, pelo menos dos anos 1940 até os 1960, a conotação de um ideal político de convivência igualitária entre brancos e negros (GUIMARÃES, 2003, p. 102).

A partir da década de 1950, intelectuais brasileiros passaram a escrever sobre a situação do negro no país. A UNESCO patrocinou investigações acadêmicas sobre as relações raciais no Brasil com a intenção aprofundar as discussões sobre o mito da democracia racial. Alguns desses pesquisadores, a exemplo de Florestan Fernandes (2008) e Guerreiro Ramos (2000), comprovaram as profundas iniquidades raciais presentes no país e romperam radicalmente com o paradigma freyriano, estabelecendo uma discussão já colocada desde a década de 1930 pelo movimento negro: há preconceito racial no Brasil. A negação do racismo esconde a intenção de negar a existência da diferença, tornando mais difícil a possibilidade de afirmação da identidade e a subversão das desigualdades:

Quando o Florestan Fernandes (1965) fala em mito da democracia racial, ele estava querendo dizer o seguinte: essa democracia racial seria apenas um discurso de dominação política, não expressava mais nem um ideal, nem algo que existisse efetivamente, seria usado apenas para desmobilizar a comunidade negra; como um discurso de dominação, seria puramente simbólico, sua outra face seria justamente o preconceito racial e a discriminação sistemática dos negros (GUIMARÃES, 2003, p. 102).

3 SOBRE A DIÁSPORA NEGRA E SENTIDOS DE MATERNIDADE

Neste capítulo, faremos um apanhado de algumas noções sobre maternidade negra. Ressalta-se que não se buscará esgotar os sentidos da maternidade para as mulheres negras, que são diversas e possuem subjetividades que as diferenciam, e sim lançar luz sobre teorias gerais que abordam as experiências de maternidade recortadas pelo racismo no Brasil e em outras experiências nas Américas.

3.1 Maternidade negra: um resgate histórico

A manipulação da capacidade reprodutiva das mulheres negras foi colocada na centralidade do processo de miscigenação brasileiro. Essas mulheres foram objeto da exploração sexual pelos seus senhores e seus corpos foram violados como um “bônus” da escravização. Sobre elas era imposta a condição de mulher subjugada pela servidão, tanto pelas atividades que exerciam na “casa grande”, como babá, faxineira, ama-de-leite, cozinheira, quanto por serem usadas como escravas sexuais. Dessa forma, parte importante do legado da miscigenação brasileira, para além de teorias que estimulassem sua existência visando o branqueamento, se deve ao estupro puro e simples de mulheres negras escravizadas. Para Giacomini, “a apropriação do conjunto das potencialidades dos escravos pelos senhores compreende, no caso da escrava, a exploração sexual de seu corpo, que lhe pertence pela lógica da escravidão” (1988, p. 65). A autora descreve essa relação a partir de uma notícia do jornal “O Americano”, de 2 de abril de 1851:

Uma escrava é obrigada a ceder aos desejos libidinosos de seu senhor para não se expor, com a recusa, a toda a sorte de torturas; não poder guardar a honra de sua filha (se tem) nem mesmo a sua contra tentativas de seu poderoso senhor: um escravo não pode queixar-se da infidelidade de sua mulher, e vingar-se de seu sedutor. Em geral é isto que acontece (GIACOMINI, 1988, p. 70).

Os filhos dessas mulheres poderiam ser nutridos, a fim de serem posteriormente usados como força de trabalho escravo, ou poderiam ser descartados, a depender das necessidades do seu senhor. Esse processo era perpassado por demandas econômicas, o que denuncia o extremo da coisificação da condição do negro no Brasil no período escravocrata, como pontua Jurema Werneck (2004):

Ou seja: recém-nascidos negros eram jogados fora de modo a evitar o prejuízo econômico decorrente de sua necessidade de alimentação e vestuário até a idade de trabalho (...) as “crias” resultantes eram *commodities* vendidas ou incorporadas ao contingente de propriedade do senhor. Ou matéria indesejada, abandonada à morte, caso a premência financeira não requisitasse renovação da mão de obra por estes meios (WERNECK, 2004, p. 1-2).

Além de estarem sob o risco constante de exploração sexual, as mulheres negras escravizadas foram incorporadas à dinâmica da família branca colono-patriarcal na figura da mãe-preta, da cuidadora da família. A produção acadêmica sobre a maternidade negra no Brasil costuma partir da investigação do mito ou das representações sociais da “mãe preta” para entender como essa maternidade foi forjada (EVARISTO, 2003; RONCADOR, 2008; SILVA, 2017).

Para Roncador (2008), o mito da “mãe preta” é construído sobre uma promessa de uma maternidade ideal, “símbolo da fidelidade incondicional e servilismo absoluto à classe senhorial”. Ela servia ao filho do seu senhor com amor e devoção, ainda que apartada do convívio com seu próprio filho. Silva (2017) afirma que o estereótipo da mãe preta brasileira teria uma correspondência com o papel da “mammy” no imaginário norte-americano, representando “a trabalhadora negra doméstica que sendo escravizada ou liberta, era destituída das relações com seus próprios filhos” (SILVA, 2017, p. 134).

O pensamento produzido sob influência do mito da democracia racial no Brasil aborda a mãe preta como essa fonte de bondade infinita e de devoção incontestável à branquitude. Para Freyre (2013), ela contribuiu para a mestiçagem brasileira servindo como veículo de assimilação branca da cultura negra, tornando brasileiro e mestiço o que antes era negro:

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo, (...) a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e do negro. (...) A influência direta, ou vaga e remota, do africano. (...) em tudo o que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado (FREYRE, 2013, p. 367).

Lélia Gonzalez (1984) destaca a importância da “mãe-preta” para a cultura brasileira e sua centralidade histórica na figura da mucama, da ama de leite, da “bá” para a criação do *infans* brasileiro:

O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a

outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira (1984, p. 235).

O binômio mãe preta/filho branco alienava a mãe do convívio com o seu próprio filho, que poderia estar afastado por força da venda, abandono ou mesmo do seu assassinato determinado pelo seu senhor (RONCADOR, 2008; SILVA, 2017; WERNECK, 2004). Segundo Roncador (2008), essas relações foram se fragilizando e se desfazendo à medida que o racismo científico e suas teorias eugênicas começavam a se fortalecer. É possível traçar um paralelo hoje entre a figura dessas mães e a precariedade das suas relações de trabalho com as babás das grandes cidades brasileiras, grande parte delas mulheres negras que deixam o cuidado dos seus filhos a cargo de uma rede de cuidado familiar e/ou comunitária para cuidar dos filhos da classe média e das elites do país.

A exemplo das reminiscências de Gilberto Freyre, citadas anteriormente, a maternidade da mulher negra foi descrita por homens e, posteriormente, em posição secundária, por feministas brancas. Esta hegemonia discursiva passa a mudar a partir da década de 1970, quando se dá o crescimento da perspectiva feminista negra entre as norte-americanas, e nas décadas de 1970 e 1980 pelas feministas negras brasileiras, com especial destaque para a produção de Lélia Gonzalez.

3.2 A maternidade negra sob uma perspectiva feminista

O feminismo negro colocou no centro da discussão a questão da interseccionalidade de opressões, conceito cunhado por Crenshaw (1989) para discutir a condição de invisibilidade histórica da mulher negra nas discussões sobre raça e gênero. Por abordarem raça e gênero como categorias de análise mutuamente excludentes, os estudos sobre esses temas não davam conta de analisar a realidade da mulher negra, que vive sob a intersecção dessas duas categorias. Para Crenshaw, as conclusões produzidas eram incompletas, pois analisavam as opressões segundo uma categoria de análise isolada. O foco residia, portanto, sobre os membros mais privilegiados de cada grupo e marginalizava aqueles com múltiplas categorias de opressão.

As concepções operacionais sobre raça e gênero se tornaram fundamentadas em experiências que, na verdade, representam apenas uma parte de fenômenos muito mais complexos. Isso contribuiu para a marginalização das mulheres negras na teoria feminista e

no movimento negro antirracista. Esse problema criado pela exclusão das mulheres negras não pode ser resolvido apenas incluindo estas mulheres em estruturas de análises já estabelecidas, uma vez que a natureza da experiência interseccional é maior do que a soma do racismo e sexismo. Qualquer análise que não leve a interseccionalidade em conta não será capaz de reconhecer os meios pelos quais as mulheres negras são mantidas em condição subordinada (CRENSHAW, 1989)

Já em 1984 Lélia Gonzalez discutia o racismo e o sexismo na cultura brasileira, assinalando a necessidade de se incorporar as categorias raça e sexo nas análises sociais no Brasil. Gonzalez afirma que as análises priorizavam as discussões pela ótica da luta de classes e sinaliza que essa medida mantinha as mulheres negras sempre como objetos, sendo-lhes negado o estatuto de sujeito humano (GONZALEZ, 1984). Lélia já reforçava a ideia de interseccionalidade, ainda que sem nomeá-la, ao questionar o confortável esquecimento das questões raciais nas análises elaboradas pelo feminismo branco, o qual teria suas raízes numa visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade. Para Lélia, “o eurocentrismo e seu efeito neocolonialista são formas alienadas de uma teoria e de uma prática que se percebem como liberadoras” (2011, p. 14).

Angela Davis resume o conceito de interseccionalidade e a dinâmica entre as relações de gênero, raça e classe da seguinte forma:

É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, A., 2011, s.p.).

Para Hill Collins (2000), uma das formas de vivência da maternidade por mulheres negras em comunidades afroamericanas se dá de modo compartilhado entre as mães de “sangue” e as mães “de criação” e costuma ter limites pouco precisos entre elas. As mulheres desses arranjos comunitários participam da criação dos filhos biológicos e da criação de crianças da comunidade em que vivem, ocupando o lugar de figura materna não só as mães biológicas, mas também irmãs, avós, primas, tias, especialmente quando em condições de maior vulnerabilidade econômica. Segundo Collins, pode-se observar essas práticas de criação coletiva de crianças em sociedades nas Américas, no Caribe e outras comunidades diaspóricas negras. De acordo com a autora, esses arranjos conferem elevado status às mães, reforçando a importância da maternidade para povos de ascendência africana.

Segundo Lélia Gonzalez (BAIROS, 2006), esse fenômeno transnacional de manutenção de uma identidade africana nos países da diáspora nas Américas pode ser chamado de *amefricanidade*, que consiste no “processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretação, criação de novas formas) referenciada em modelos africanos e que remete à construção de uma identidade étnica.” (BAIROS, 2006, p. 50-51).

Esse tipo de experiência de maternidade pode ser comparado com o observado em comunidades empobrecidas e marginalizadas brasileiras, majoritariamente ocupadas por pessoas negras, a exemplo das favelas/comunidades cariocas, em que irmãs, avós, tias e mesmo vizinhas, com frequência, assumem parte da criação coletiva das crianças. As mulheres ouvidas nesta pesquisa são todas moradoras ou ex-moradoras de favelas e relataram o hábito de deixar seus filhos com suas mães, irmãs, filhos mais velhos e vizinhas para que pudessem trabalhar e sustentar a família.

A criminalização da existência dessas mulheres e da sua fertilidade está presente no senso comum brasileiro e é reproduzida por figuras políticas do país, como por exemplo, o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral¹⁵. Cabral defendeu em 2007 a legalização do aborto como forma de contenção da violência e da criminalidade no estado, por considerar que a fertilidade das mulheres das favelas cariocas as transforma em “fabricas de produzir marginais” (CARNEIRO, 2011). Nesse episódio, uma bandeira histórica dos movimentos de efetivação dos direitos reprodutivos das mulheres era usada de forma eugenista para evitar o nascimento de indivíduos indesejados pelo Estado.

Ainda nesse sentido, o atual presidente eleito do Brasil, Jair Bolsonaro, afirmou em abril de 2017, em uma palestra para a comunidade judaica no Rio de Janeiro, que acabaria com todas as reservas de terra de indígenas e quilombolas: “eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais” (“BOLSONARO...”, 2019). Nesta fala, os afrodescendentes são reduzidos à condição de animal e, ao contrário do esperado para os animais, nem a sua procriação pode ser aproveitada. Esse discurso reforça o caráter eugenista do racismo brasileiro que se dá diretamente sobre os corpos das mulheres negras.

Uma das principais obras literárias que aborda a experiência de maternidade de mulheres em condição precarizada por negligência do Estado foi escrita por Carolina Maria de Jesus “Quarto de despejo – diário de uma favelada”. Carolina foi uma mãe solteira, catadora de papel e moradora de uma favela da cidade de São Paulo, que escreveu suas impressões sobre a

¹⁵ Sérgio Cabral foi governador do estado do Rio de Janeiro entre 2007 e 2014. Atualmente encontra-se preso pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e chefia de organização criminosa.

vida e seu cotidiano durante os anos 1950 e 1960. Sobre a maternidade, ela escreveu: “refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não têm ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição da mulher sozinha sem um homem no lar” (JESUS, 2014, p. 22).

Para Marielle Franco¹⁶, a vivência das mulheres “faveladas” é recortada por especificidades que têm como consequência diferentes escalas de desigualdades sociais, econômicas e culturais, quais sejam:

1) local de moradia com poucos equipamentos do Estado (...); 2) a diferença de condições na classe, pois, ainda que sejam todas trabalhadoras, vivem efeitos e consequências diferenciadas impulsionadas por precários direitos trabalhistas (...); 3) a exposição a situações de violência letal e de discriminação, com grande impacto de estigmatizações; 4) a potência criativa e inventiva, motivada pela necessidade de superar as condições objetivas e para conquistar espaços distintos de convivência na cidade (FRANCO, 2017, p. 90).

Outro aspecto frequentemente observado no exercício da maternidade negra diaspórica é a monoparentalidade. Essa característica tem raízes históricas que remetem ao período colonial, quando era comum a existência de famílias formadas por mães negras vítimas dos estupro frequentes e seus filhos. Estão também nas raízes dessa monoparentalidade os casos resultantes da separação de famílias escravizadas, por meio da venda de alguns dos seus membros, desfazendo-se os vínculos e desrespeitando os laços preexistentes. Desse modo, a paternidade não reconhecida se configura como um fenômeno comum da sociedade brasileira e, nas camadas populares, a descendência se dava de forma preferencialmente matrilinear:

A possibilidade sempre presente da omissão paterna fazia da relação mãe-filho o núcleo estável da relação familiar. Na luta pela sobrevivência, as mulheres pobres contavam, além do concurso de parentes, comadres e amigas, com o trabalho dos

¹⁶ Marielle Franco foi uma mulher negra, favelada, mãe e vereadora eleita pela cidade do Rio de Janeiro em 2016, brutalmente assassinada em 14/03/2018 em um crime que segue ainda sem resolução quanto à identificação dos seus mandantes. Adicionamos aqui o perfil da Marielle escrito pela própria antes de ser assassinada, disponível no seu capítulo do livro “Tem saída? Ensaio crítico sobre o Brasil” (FRANCO, 2017, p. 89): “Marielle Franco é cria da favela da Maré. É socióloga formada pela PUC-Rio e mestra em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua dissertação de mestrado teve como tema: ‘UPP: a redução da favela a três letras’. Trabalhou em organizações da sociedade civil, como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), ao lado de Marcelo Freixo. Tem 39 anos e foi eleita Vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro pelo PSOL. Mulher, negra, mãe, favelada, Marielle Franco foi a quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro nas eleições de 2016, com 46.502 votos. “Iniciou sua militância em direitos humanos após ingressar no pré-vestibular comunitário e perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. Ao se tornar mãe aos 19 anos, de uma menina, Marielle também começou a se constituir como lutadora pelos direitos das mulheres e debater essa temática na periferia. “As questões do feminismo, da luta contra o racismo, bem como a defesa dos direitos humanos nas favelas do país modulam o perfil de seu mandato e seus projetos em busca de um modelo de cidade mais justo para todos e todas”

filhos que, desde muito cedo, começavam a exercer as mais diversas formas de pequenos serviços (FERREIRA FILHO, 1998, p. 122-123).

Na atualidade, mudanças do padrão sociodemográfico levaram a um aumento progressivo do número de famílias chefiadas por mulheres. A monoparentalidade é exercida majoritariamente por mulheres no Brasil. Segundo dados do último censo do IBGE, de 2010, que indicaram que havia 22,2 milhões de unidades domésticas chefiadas por mulheres e para 72,7% destas unidades, elas eram as únicas responsáveis pelo sustento, sem compartilhamento com parceiro ou qualquer outra pessoa. Vitale (2002) sinaliza ainda que “a noção de monoparentalidade tem ficado associada não só à questão de gênero, mas também à pobreza”: “o censo 2000 aponta que a média da renda dos homens chefes de famílias é de R\$ 827,00, enquanto que a das mulheres é R\$ 591,00. Mas para 5,5 milhões de mulheres chefes de famílias, o rendimento não ultrapassa R\$ 276,00” (VITALE, 2002, p. 50). Desse modo, a monoparentalidade é consistentemente um fator que intersecciona o gênero feminino e a pobreza. Todas as mães ouvidas nesta pesquisa encontravam-se em condição de monoparentalidade quando da realização do grupo focal e das entrevistas individuais.

Outros indicadores que denotam as desigualdades entre homens e mulheres no Brasil estão no relatório “Estatísticas de gênero – indicadores sociais das mulheres no Brasil” do IBGE (2018). Os resultados mostram que as mulheres dedicam cerca de 18,1 horas semanais aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, ao passo que os homens dedicam pouco mais da metade desse tempo a esses serviços, 10,5 horas semanais. Desagregando esse dado por raça, as mulheres negras ocupam 18,6 horas semanais com essas atividades, ao passo que as brancas fornecem 17,7 horas. Esse trabalho de reprodução social¹⁷ é frequentemente invisibilizado pela estrutura patriarcal da sociedade brasileira.

Com frequência, mulheres negras vindas de bairros populares das grandes cidades brasileiras são as responsáveis por esse trabalho de reprodução social nos lares da classe média. Esse trabalho é reiteradamente mal remunerado, o que reforça o aspecto colonial das relações raciais, na medida em que inscreve no imaginário social um lugar predeterminado para as mulheres negras, atribuindo-lhes uma expectativa de servidão.

¹⁷ Para Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019) a reprodução social pode ser definida como o trabalho de produzir pessoas, na verdade vital e complexo. Essa atividade não apenas cria e mantém a vida no sentido biológico, ela também cria e mantém nossa capacidade de trabalhar – ou o que Marx chamou de “força de trabalho”. E isso significa moldar as pessoas com atitudes, disposições e valores, habilidades, competências e qualificações “certas”. Em resumo, o trabalho de produção de pessoas supre algumas das condições – materiais, sociais e culturais – fundamentais para a sociedade humana em geral e para a produção capitalista em particular. Sem ele, nem a vida nem a força de trabalho estariam encarnadas nos seres humanos (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

O perfil das mães ouvidas nesta dissertação encontra-se no espectro formado por mulheres empobrecidas, em condição de monoparentalidade e sem ocupação no mercado de trabalho formal. Esse perfil não abrange todas as diferenças sociais entre as mulheres negras, como já mencionado no início deste capítulo, por se tratar de um grupo diverso. Porém, buscou-se trazer dados que reforçam o caráter estrutural das desigualdades experimentadas pelas mães negras no Brasil, que tornam as suas vidas consistentemente mais difíceis e sujeitas a adversidades.

3.3 Movimentos de mães

O movimento político-social de mulheres passou a se organizar no Brasil a partir das décadas de 1960 e 1970 (MIGUEL; BIROLI, 2015). No início da década de 1990, como reação ao crescente número de casos de assassinatos e desaparecimentos de jovens, observa-se a organização de uma militância de mães em torno da luta por investigação e justiça. Os precursores desse movimento foram os grupos Mães de Acari (1990) e o grupo das Mães da Cinelândia (1993) (GRAÇA, 2014, p. 18). Além desses grupos, no Rio de Janeiro, por força da continuidade das ações violentas estatais que culminam com a repetição de homicídios e chacinas, organizaram-se outros grupos de mães de vítimas do Estado, a exemplo das Mães de Manguinhos, Mães da Maré, Mães da Baixada e Movimento Moleque. Elas trazem nas suas falas um discurso cada vez mais impregnado pela luta antirracista e contra o genocídio da população negra¹⁸.

Outro grupo que ganhou destaque no país foi o das *Mães de Maio*, organizado por quatro mulheres da Baixada Santista do estado de São Paulo, como resposta aos Crimes de Maio de 2006, que ocorreram entre os dias 12 e 26 de maio, quando policiais militares e grupos de extermínios (paramilitares) assassinaram 493 jovens. A ação foi identificada como uma represália efetuada por agentes de segurança pública e paramilitares como resposta contra os ataques coordenados realizados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Os mortos eram principalmente homens, jovens e negros e moradores de favelas e periferias do Estado. Os casos seguem ainda hoje sem a devida investigação (GRAÇA, 2014).

Esses grupos surgem em face da ausência de respostas dos órgãos oficiais diante das mortes e desaparecimentos dos seus filhos. Segundo Graça, (2014), essas mães buscam na

¹⁸ Sobre o posicionamento antirracista presente nos discursos das ativistas do movimento de mães, Mônica Cunha, uma das líderes do movimento de mães do Rio de Janeiro, declarou à Ponte Jornalismo: “porque esse é o objetivo, colocar para o mundo que o Brasil é um país racista, e que o primeiro motivo para os nossos filhos terem sido mortos é serem negros, filhos de mulheres negras” (SANSÃO, 2017, s.p.).

militância social uma forma de pressionar agentes públicos e de denunciar para os demais setores da sociedade as frequentes violações de direitos a que estão submetidas: “É através da ação coletiva que os movimentos sociais desafiam seus oponentes, e se tornam visíveis, angariando apoio e solidariedade, disseminando significados, simplificando as experiências para maior entendimento público” (GRAÇA, 2014, p. 53).

Para se manterem no ativismo, essas mulheres enfrentam diversas dificuldades. Destaca-se a falta de recursos para os deslocamentos, tanto para realizar suas próprias investigações, quanto para irem a audiências ou eventos públicos da militância. Muitas delas são responsáveis pelo cuidado de outros filhos, de modo que seu afastamento para cumprir uma agenda de atividades de militância por vezes não pode ser conciliado com seus trabalhos formais e informais. Há, ainda, as que enfrentam adoecimentos que as impedem de atuar como militantes. Além disso, a estigmatização social do papel de mães que passam a lutar pela elucidação dos casos das mortes dos seus filhos também contribui para o distanciamento de muitas delas dos espaços de luta. Por fim, o medo de participar dessa militância é justificado pelas perseguições que algumas dessas mulheres passaram a enfrentar depois que denunciaram os crimes (ARAÚJO, 2007; GRAÇA, 2014).

Em sua dissertação de mestrado intitulada “Do luto à luta: a experiência das mães de Acari”, Fábio Araújo traz um trecho do livro do então coronel Emir Lorangeira, comandante do 9º Batalhão da Polícia Militar (BPM) à época da Chacina de Acari¹⁹ e acusado de chefiar o grupo de extermínio “Cavalos Corredores”, apontado como suposto responsável pela chacina:

Pois bem, as “Mães de Acari” (eis mais um neologismo), decerto sem culpa, resumem-se a uma arguta tentativa midiática e prosélita de reedição do exemplo argentino (alusão às Madres de la Plaza de Mayo), mas com uma retumbante diferença: as daqui não passam de mães de bandidos e de suas desavisadas (ou avisadas) namoradas (LARANJEIRA, 2004, p. 155 *apud* ARAÚJO, 2007, p. 41)

Uma das “Mães de Acari” foi Edméia da Silva Euzébio. Sua morte em janeiro de 1993 segue como um caso emblemático para a perpetuação da cultura de medo e silêncio entre os familiares das vítimas de homicídio pela força policial. Mãe de Luiz Henrique, um dos 11

¹⁹ Em 26 de julho de 1990, 11 pessoas, sendo sete menores de idade, em sua maioria residentes da favela de Acari e proximidades, foram retiradas de um sítio localizado em Suruí, bairro do município de Magé (estado do Rio de Janeiro), por um grupo de homens que se identificaram como policiais, e levadas para destino desconhecido. Até hoje seus paradeiros não foram descobertos e os responsáveis não foram levados à Justiça. A Anistia Internacional relatou, em 1994, que as pessoas que levaram os jovens haviam sido identificadas pelo Setor de Inteligência da Polícia Militar como policiais do 9º Batalhão da Polícia Militar, em Rocha Miranda, e como detetives do Departamento de Roubo de Carga da 39ª Delegacia de Polícia da Pavuna, ambos na cidade do Rio de Janeiro. A investigação indicava que os policiais militares envolvidos vinham extorquindo algumas das vítimas antes do seu desaparecimento forçado (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p. 38).

desaparecidos da Chacina de Acari, Edméia era uma das mais empenhadas na luta por justiça. Ela foi assassinada por supostamente ter conseguido novas informações que levariam à localização dos jovens desaparecidos (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015).

Este caso ainda é lembrado nas falas de mães ativistas do Rio de Janeiro como um evento decisivo para o afastamento de várias delas da luta por justiça. Houve tentativas, sobretudo de setores da polícia, de rotulá-las como “mães de bandido” com o objetivo de deslegitimá-las diante da opinião pública (ARAÚJO, 2007, p. 37).

Como pontuam Vianna e Farias em “A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional” (2011), essas mulheres frequentemente trazem a categoria nativa “luta” como a síntese das linguagens corporais de afetos, das idas a julgamentos, das manifestações em espaços públicos, enfim, do conjunto de ações que fazem parte da vivência ativista. Elas trazem, também, a presença recorrente de uma alusão à interdição ao direito à maternidade em suas falas, como se sua maternidade fosse menos legítima em função da lógica da interdição à categoria “mãe de bandido”.

Atualmente, há uma articulação nacional de mães e familiares de vítimas de terrorismo de Estado (forma como se autodenominam) que traz uma heterogeneidade de pautas de luta contra violências, como o combate ao encarceramento em massa, assim como a denúncia aos desaparecimentos forçados e às execuções extrajudiciais. Eles organizam, anualmente, durante o mês de maio, o Encontro Internacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado²⁰.

A militância dessas mães representa, ainda, uma tentativa do resgate, no debate público, da humanidade negada aos seus filhos no momento de suas mortes. A busca por reparação moral diante da opinião pública ganha, para essas mulheres, um lugar tão importante quanto a própria luta por punição dos envolvidos nesses crimes. A preservação da memória de seus filhos é uma das razões que fazem essas mulheres continuarem em militância.

²⁰ Sobre o último encontro nacional, realizado em Salvador entre 16 e 21 de maio de 2018, vide “Mulheres...” (2018).

4 GENOCÍDIO NEGRO NO BRASIL: SOBRE MENINOS ASSASSINADOS E MÃES ADOECIDAS

Neste capítulo, iremos abordar o conceito de genocídio da população negra, partindo das suas raízes históricas. Discutiremos o perfil de mortalidade de jovens-homens-negros (REIS, 2013) como um dos componentes do processo de genocídio. Abordaremos, também, os desdobramentos do racismo sobre a saúde como gerador de adoecimento, para localizar o espectro de ações genocidas sobre a população negra.

4.1 Genocídio: conceituação e descrição de práticas

A definição moderna do termo genocídio foi cunhada em 1944 pelo jurista polonês Raphael Lemkin, no final da Segunda Guerra Mundial, e compreendia uma perspectiva ampliada de violências, incluindo ataques a instituições políticas, culturais e econômicas. O genocídio, como definido por Lemkin, não necessitava de assassinatos, bastando, para a sua definição, a presença de ações que atacavam a dignidade e a segurança de um grupo (VARGAS, 2010). A conceituação mais restrita de genocídio que temos hoje é resultado do tensionamento político ocorrido na ONU no final da década de 1940. Segundo Vargas (2010, p. 37), representantes dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e União Soviética, entre outros, advogaram pela restrição da definição, levando em conta seus empreendimentos colonialistas em confronto direto com a definição de Lemkin.

O uso do termo genocídio para se referir aos diversos níveis de violência, tanto simbólica (BOURDIEU, 1989) quanto factual, sofridas pelos afrodescendentes no Brasil é uma bandeira do Movimento Negro brasileiro há décadas. Tal conceituação parte do princípio de que o racismo estrutura a violência no país e que esta possui cor e classe social (NASCIMENTO, 2016; ROCHA, 2012; SMITH, C., 2016; VARGAS, 2005, 2010; VARGAS; AMPARO ALVES, 2010).

Há dois episódios que marcam o emprego de “genocídio” pelos ativistas dos direitos dos negros para denunciar tais violências. O primeiro, em 1951, descrito por Vargas (2005), trata da experiência de William Patterson ao liderar uma delegação à ONU que acusou o governo dos Estados Unidos da América de genocídio contra sua população afrodescendente. No documento intitulado “We Charge Genocide” a delegação americana utilizou como estratégia de acusação a resolução da Assembleia Geral da ONU de 9 de dezembro de 1948,

que define genocídio como qualquer um dos atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso:

- a) Assassinato de membros do grupo;
- b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo;
- c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial;
- d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo.

O segundo marco da luta pela denominação de genocídio à experiência dos negros nas Américas se refere à obra intitulada “Democracia racial no Brasil: mito ou realidade?” de Abdias do Nascimento, cuja apresentação foi proibida no Colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Cultura Negras em Lagos, na Nigéria, em 1977, após intervenção feita por agentes da Ditadura Militar brasileira junto ao *establishment* do Colóquio (NASCIMENTO, 2016). No texto original, Nascimento pretendia discutir o “fardo” da vida dos negros em solo brasileiro. O livro, posteriormente editado, foi chamado de “O genocídio do Negro brasileiro: um processo de racismo mascarado” (NASCIMENTO, 2016 [1978]). Neste trabalho, Nascimento aborda a história do lugar do negro na sociedade brasileira e as diversas estratégias empregadas pelas elites e pelo poder institucional para o apagamento, assimilação e/ou eliminação do elemento negro no país. Os processos de operacionalização do genocídio do negro, descritos por Nascimento, vão desde a oficialização do mito da democracia racial como principal teoria para a discussão de raça e racismo no Brasil, passando pelo estímulo à miscigenação, pela exploração sexual da mulher negra e pela política de Estado de branqueamento populacional e branqueamento da cultura negra (NASCIMENTO, 2016).

Para Vargas (2010, p. 44), a consciência do genocídio negro que se consolida nas parcerias transnacionais entre ativistas das Américas, em especial brasileiros e estadunidenses, tem raízes numa marginalização historicamente imposta e nos esforços que os negros fizeram para conceituar e enfrentar sua desumanização. As entidades civis do movimento negro, bem como os ativistas e moradores de favelas e áreas precarizadas de cidades como o Rio de Janeiro, se referem aos efeitos cumulativos das operações policiais nas áreas pobres e majoritariamente negras de genocídio (FOPIR, 2016; VARGAS, 2005).

Vargas (2010) afirma que, no contexto brasileiro, o genocídio antinegitude também conta com outros fenômenos que vão além da violência letal policial: elevados índices de mortalidade infantil, morte prematura decorrente de falta de acesso a serviços de saúde, ausência de competitividade educacional e de oportunidades econômicas, altos e persistentes

índices de desemprego, incidência desproporcionalmente aumentada de doenças como HIV/Aids, tuberculose e sífilis, encarceramento maciço de homens e, nos últimos 15 anos, também de mulheres negras, além de depressão crônica. A esterilização de mulheres negras estimulada nos anos 1980 e 1990 (SCAVONE, 2007), bem como a maior mortalidade materna neste grupo, também são aspectos do genocídio negro.

Prevalece, portanto, o entendimento de que as comunidades da diáspora negra são vítimas preferenciais de processos socioestruturais relacionados que resultam de uma política pública ativa (como é o caso da brutalidade policial) ou passiva (da qual a assistência médica inadequada é um exemplo), que tem como desfecho a precarização e abreviação das suas vidas (VARGAS, 2010, p. 44).

Esses processos se estruturam como um *continuum* genocida, noção elaborada pela antropóloga Nancy Sheper-Hughes (2003, p. 373 *apud* VARGAS, 2010, p. 47) e definida como um fenômeno “socialmente ratificado e frequentemente experimentado por autores, colaboradores, espectadores – e mesmo pelas próprias vítimas – como esperado, rotineiro e até mesmo justificado”. Observa-se, portanto, que parte da estrutura que permite que o genocídio negro continue operando se deve à naturalização das práticas que compõem esse *continuum*. Como sintetiza Vargas:

A existência de um conjunto de valores dominantes e de representações que desumanizam os negros, restringem o acesso a direitos e recursos, os excluem da cidadania plena, e justificam o desrespeito, o sofrimento e a morte constantemente. Um aspecto crucial do genocídio antinegro é que ele traz consideráveis vantagens aos seus perpetradores: intimidação e morte de negros onde estavam claramente ligados ao poder político (impedindo os negros de votar) e ao poder econômico (impedindo os negros de competirem com brancos no mercado de trabalho e de empréstimos) (VARGAS, 2010, p. 45-46).

O uso da violência institucionalizada na ação policial contra determinados grupos sociais é um tema discutido e mapeado por diversos estudos (CANO, 2010; CARA; SILVA; PAPA, 2006; CERQUEIRA; COELHO, 2017; FLAUZINA, 2006; MINAYO, 1994; BRASIL, 2017; REIS, 2013). Dá-se o nome de violência institucional ao tipo de violência cometida por agentes do Estado, dentro das instituições, sobretudo por meio de suas regras, normas de funcionamento e relações burocráticas e políticas, reproduzindo as estruturas sociais injustas (MINAYO, 2013, p. 33).

O sociólogo francês Michel Wieviorka (1997) redimensiona o conceito de violência dentro do atual estado de globalização mundial, partindo da afirmação de que “a violência não é a mesma de um período a outro”, ela muda, se transforma e, contemporaneamente, assume

características que, segundo o autor, definem um novo paradigma. Ele estabelece alguns níveis de análise da violência para propor essa mudança paradigmática; entre elas, destacamos o papel do Estado.

Wiewiorka parte da conceituação de Estado proposta por Max Weber para discutir o componente estatal para a gênese da violência. Para Weber, o Estado “só pode ser definido sociologicamente pelo meio específico do que lhe é próprio, assim como a todo grupo político, a saber, a violência física (...) (o Estado) reivindica com sucesso para seu próprio benefício o monopólio da violência física legítima” (WEBER, 1963, p. 124 *apud* WIEVIORKA, 1997, p. 18). Wiewiorka afirma que, por vezes, o Estado contemporâneo recua ou abre mão do seu monopólio sobre a violência, se distanciando assim da definição weberiana de 1919. É o que ocorre, por exemplo, frente a certas atividades informais, ao mercado ilícito de drogas, ao trabalho clandestino e às atividades paramilitares, a exemplo das milícias. Por outro lado, “o Estado, pela intervenção dos seus agentes, pode praticar ou encobrir uma violência ilegítima, contrária ao seu discurso oficial, como acontece em países democráticos onde existe a tortura, os abusos policiais ou militares de todo gênero” (WIEVIORKA, 1997, p. 19).

Essa violência direcionada contra parte da população é de tal forma naturalizada no Brasil que é comum a presença de discursos políticos que estimulam a violência letal realizada por agentes públicos. Exemplos desse tipo de discurso podem ser observados nas falas dos dois últimos governadores eleitos pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, João Doria e Wilson Witzel, respectivamente. Doria afirmou em 2018, durante sua campanha eleitoral, que “Se fizer o enfrentamento com a polícia e atirar, a polícia atira. E atira para matar” (ADORNO; MARTINS, 2018, s.p.). No mesmo tom, Wilson Witzel afirmou em entrevista para o *Estado de São Paulo*, de 01/11/2018, também durante a campanha eleitoral, que “o correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro” (“WILSON...”, 2018, s.p.). Ambas as afirmações estão em desacordo com a função da própria polícia, que é a de conter a violência e elevar gradativamente os níveis de força, de modo que a violência letal deveria ser a última opção a ser empregada (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015).

Essas declarações fornecem um panorama de como boa parte dos governantes brasileiros se relaciona com a população das camadas mais empobrecidas da sociedade, que geralmente habitam nos territórios onde esses embates acontecem. Uma parte central da necropolítica praticada pelo Estado é a violência policial institucionalizada que vitima principalmente os homens negros (CERQUEIRA *et al.*, 2018) e tem como vítimas

secundárias, ou sobreviventes, as suas mães e familiares (CONNOLLY; GORDON, 2014; ROCHA, 2012; SMITH, C., 2016). Por necropolítica, conforme conceituação de Achille Mbembe, entendem-se as práticas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte e que reconfiguram profundamente as relações de resistência, sacrifício e terror (MBEMBE, 2016, p. 146). Para o autor, o Estado exerce o seu poder de soberania, definindo “quem tem importância e quem não tem, quem está desprovido de valor e pode ser facilmente substituído e quem não pode” (2016).

O antropólogo Jaime Amparo Alves (2011) discute as relações entre as categorias necropolítica de Mbembe (2016) e biopoder de Foucault (2002), reforçando o lugar que a primazia da morte sobre a vida ocupa na experiência de populações empobrecidas no Brasil:

Se biopoder diz respeito à produção calculada e otimizada da vida, necropoder enfatiza a primazia da morte como estratégia de exercício do poder moderno em territórios e populações tidos como ameaça latente. Não que tal categoria esteja em oposição ao conceito empreendido por Foucault – uma vez que o biopoder diz respeito precisamente à imposição da morte em nome da vida –, mas ela capta com mais precisão a centralidade da morte na experiência urbana das populações empobrecidas brasileiras (ALVES, 2011, p. 118).

Sinhoretto *et al.* (2014) fizeram uma análise da desigualdade racial nas abordagens pela segurança pública em São Paulo quanto à letalidade policial e prisões em flagrante, e seus resultados apontam para uma maior letalidade policial sobre a população negra. Sobre o impacto do racismo institucional na orientação da ação policial, os autores afirmam que:

Os dados apontam maior vigilância policial sobre a população negra, que se reflete na concentração do número de prisões em flagrante sobre este grupo. Este tipo de prisão não decorre de uma investigação criminal prévia, executada por meio de mandado judicial, sendo muito mais recorrente em casos de abordagem policial. Os dados indicam que, no cometimento de delitos, os negros são flagrados com maior frequência do que brancos, pois são mais visados pela ação policial (SINHORETTO; SILVESTRE; SCHLITTLER, 2014, p. 25).

Em conformidade com os achados de Sinhoretto *et al.* (2014), Cano (2010) investigou o viés racial no uso de força letal pela Polícia Militar, analisando dados do Rio de Janeiro e de São Paulo e observou que a proporção de pretos e pardos²¹ entre as vítimas fatais de intervenção policial é mais alta do que seus respectivos percentuais populacionais.

O uso da força física distingue os policiais dos cidadãos comuns, entretanto a chancela do uso dessa força como aparato do Estado precisa se dar dentro da legalidade. O que se

²¹ A cor é a categoria oficialmente utilizada para a classificação racial pelo Censo Demográfico no Brasil, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Há cinco opções de classificação: branco, amarelo, pardo, preto e indígena. O negro é definido pela junção das categorias preto e pardo.

observa no Brasil, no entanto, é uma subnotificação dos dados reais sobre a letalidade policial. A maioria das mortes realizadas por agentes do Estado não chega a ser notificada e, mesmo quando essas mortes geram dados passíveis de serem coletados nos registros policiais, boa parte delas se encontra no espectro da ilegalidade do uso da força (CERQUEIRA *et al.*, 2018). Outro agravante da atuação policial no campo da ilicitude é o fato de que poucos casos chegam a ser apurados e há pouca transparência sobre os dados coletados (CERQUEIRA *et al.*, 2018).

Desta maneira, para o movimento negro e a epistemologia negra antirracista, esses homicídios, especialmente os denominados como “auto de resistência”, são parte de uma política genocida do Estado brasileiro, que está alinhada com a política racial de outros Estados que foram, também, colônias nas Américas e que tem como objetivo subjugar a vida ao poder da morte, existindo, assim, numa lógica necropolítica (MBEMBE, 2016).

Em relatório elaborado pela Anistia Internacional sobre os homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro, intitulado “Você matou meu filho!: Homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro” (2015), observa-se que as execuções extrajudiciais cometidas por policiais são frequentes no Brasil. No contexto da chamada “guerra às drogas”, a Polícia Militar (PM) tem usado a força letal de forma desnecessária e excessiva, provocando milhares de mortes ao longo da última década. As autoridades utilizavam até 2015 os termos “auto de resistência” ou “homicídio decorrente de intervenção policial” para registrar as mortes provocadas por policiais em serviço, justificadas com base na legítima defesa. Porém, os dados e as denúncias sobre essas formas de registro indicam que elas também são utilizadas para encobrir execuções extrajudiciais promovidas pelos policiais (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015).

Desde 2015, adotam-se oficialmente os termos “lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial” ou “homicídio decorrente de oposição à ação policial” para tratar das mortes cometidas por policiais, em lugar da nomenclatura “auto de resistência”, buscando coibir execuções extrajudiciais (BRASIL, 2016a). Apesar de essa mudança sinalizar uma aparente modificação da postura em relação às investigações, e uma tentativa de redução dos habitualmente chamados “autos de resistência”, a introdução do termo “oposição” em “homicídio decorrente de oposição à intervenção policial” deixa subentendido que para todo homicídio praticado pela polícia houve uma situação de oposição que motivaria o uso da violência. Essa ideia serviria, portanto, como justificativa para o uso da força letal em legítima defesa pelo agente público, ampliando, assim, a legitimação do uso de violência institucional.

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública indicam que no ano de 2016, 4.222 pessoas foram mortas como resultado de intervenção de policiais (CERQUEIRA *et al.*, 2018), e a polícia militar segue como o responsável pelo maior número de mortes cometidas por agentes do Estado no Brasil. A polícia militar do Rio de Janeiro, segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), é a que mais mata e também a que mais morre no mundo (PEZÃO *et al.*, 1998). Além disso, nesse estado também foram introduzidas as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), preferencialmente nas favelas e comunidades da capital, sem o devido fomento a mudanças sociais como melhoria da educação e saúde (FRANCO, 2014). Outro agente implicado na letalidade aumentada no Estado é a ação das milícias, principalmente em territórios da Baixada Fluminense, onde, eventualmente, atuam se confundindo com o próprio Estado²².

A ação do Estado como perpetrador de violência letal em determinados territórios pauperizados, a exemplo das favelas, vem sendo denunciada por diversos pesquisadores. Porém, segundo Vargas e Alves (2010), o componente racial desse tipo de ação que se dá em territórios onde habita uma população majoritariamente negra é frequentemente invisibilizado, privilegiando-se a classe como categoria central para a análise (VARGAS; ALVES, 2010). A letalidade policial é distribuída de forma desigual sobre os territórios, estabelecendo uma geografia particular da morte que desenha espaços sociais profundamente racializados e desiguais (VARGAS; ALVES, 2010).

Considerando que a maior parte das vítimas dessas ações são jovens-homens-negros (CERQUEIRA *et al.*, 2018; REIS, 2013), após pressão da sociedade civil, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado sobre o assassinato de jovens no Brasil (BRASIL, 2016b). No relatório elaborado como resultado da CPI, tem-se, em documento oficial do Estado brasileiro, o reconhecimento do componente racial do extermínio da juventude no Brasil:

Esta CPI, criada para investigar o assassinato de jovens, apurou que o verdadeiro massacre que vitima meninos e meninas se concentra na juventude negra, vítima principalmente da ação e inação do Estado brasileiro (BRASIL, 2016b, p. 6).

²² Zaluar e Conceição (2007) afirmam que o termo milícia refere-se a policiais e ex-policiais, bombeiros e agentes penitenciários, com passado de treinamento militar e pertencentes a instituições do Estado. Eles assumem o controle de comunidades e favelas, oferecendo “proteção” em troca de taxas pagas por comerciantes e residentes. Segundo as autoras, estes grupos de ex-policiais constituem o mesmo fenômeno conhecido como “grupo de extermínio” nas décadas de 1960, 1970 e 1980 na Baixada Fluminense e na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Esses grupos passaram também a lucrar com a venda de serviços clandestinos como televisão a cabo, venda de gás e transporte. Para uma maior discussão sobre a milícia no Rio de Janeiro, vide: “No sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)” (CANO; DUARTE, 2012).

A cada 23 minutos ocorre a morte de um jovem negro no Brasil (BRASIL, 2016b, p. 32).

Ao se analisar as idades das vítimas de homicídio no Brasil, observa-se que a mortalidade violenta de afrodescendentes é dilatada no período da juventude (entre 15 e 29 anos), de modo que “aos 21 anos de idade, quando há o pico das chances de uma pessoa sofrer homicídio no Brasil, pretos e pardos possuem 147% a mais de chances de serem vitimados por homicídios, em relação ao conjunto dos indivíduos brancos, amarelos e indígenas” (CERQUEIRA; COELHO, 2017, p. 9).

A juventude é um conceito que varia em função da sua época e assume diferentes significados a depender do contexto histórico, social e econômico. Habitualmente, a juventude é conceituada como uma fase de transição entre a adolescência e a vida adulta, “um momento de preparação para um devir” (SODRÉ DA SILVA; DA SILVA, 2011, p. 664), um período transitório no qual o jovem é um “vir a ser”. A juventude é marcada, portanto, por uma expectativa de futuro, uma preparação para a idade adulta.

O impacto da violência letal sobre a juventude é um problema que vem sendo abordado por pesquisadores brasileiros há algumas décadas. Vermelho e Mello Jorge (1996) estudaram a evolução histórica do perfil da mortalidade de jovens das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, entre 1930 e 1991, e documentaram a transição epidemiológica das doenças infecciosas para as causas violentas na mortalidade das pessoas da faixa dos 15 aos 24 anos. Dentre as causas de morte violenta, as autoras destacam o homicídio como a que apresentou a maior taxa de mortalidade no grupo:

As doenças infecciosas, especialmente as tuberculosas, foram responsáveis pela mortalidade elevada, principalmente até a década de 50. Após 1960 a transição se tornou evidente e as causas violentas passaram a ocupar a primeira posição, principalmente acidentes de trânsito e homicídios (VERMELHO; MELLO JORGE, 1996, p. 319).

A proposta do atual Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Sérgio Moro, para redução da violência no país, intitulado “Pacote Anticrime”, vem sendo duramente criticada por diversas organizações civis do movimento negro²³ justamente por, segundo essas entidades, representar um risco para o aumento do encarceramento, bem como das mortes cometidas por agentes do Estado, fatos que se dão consistentemente sobre a população negra no país.

²³ Sobre a articulação do movimento negro contra o pacote anticrime do Ministro Sérgio Moro, vide Borges (2019).

Assim, observa-se que os altos e desproporcionais índices de mortalidade da juventude negra brasileira, baseados nos dados previamente expostos, são uma face de uma política genocida contra essa população, o que se desdobra sobre as suas famílias e comunidades, desestabilizando-as. Além disso, o sofrimento e os adoecimentos acumulados pelas mães e familiares destas vítimas após a perda violenta do ente querido são também parte de um *continuum* de ações deliberadamente tomadas contra os afrodescendentes deste país. A seção seguinte aborda esses adoecimentos que incidem sobre a população negra de forma desigual, em especial das mães de vítimas de violência de Estado.

4.2 Racismo e adoecimento

O Ministério da Saúde (MS) instituiu, em 2009, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNAIPN), por meio da Portaria GM/MS nº 992. Essa portaria é um reconhecimento pelo Ministério da necessidade de se implementar mecanismos de promoção da saúde integral da população negra e do enfrentamento ao racismo institucional no SUS, com vistas à superação das barreiras estruturais e cotidianas que incidem negativamente sobre indicadores de saúde dessa população: precocidade dos óbitos, altas taxas de mortalidade materna e infantil, maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas e altos índices de violência (BRASIL, 2017, p. 8). A proposição desta política se correlaciona com uma produção acadêmica crescente que assinala importantes disparidades raciais impactando a saúde da população negra no Brasil (TRAVASSOS; WILLIAMS, 2004).

Há doenças genéticas ou hereditárias que são mais prevalentes entre a população negra, como anemia falciforme, diabetes mellitus tipo II, hipertensão arterial sistêmica e deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase (BRASIL, 2017, p. 10). Entretanto, entre as doenças e agravos que afetam esta população, há aquelas cujas determinações são construídas socialmente, sendo o racismo estrutural parte essencial para a sua manutenção. Para a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população (BUSS; FILHO, 2007).

Algumas das condições de saúde socialmente determinadas mais prevalentes entre os indivíduos da raça negra já foram destacadas anteriormente neste projeto, como a morte prematura por doenças preveníveis, especialmente as infecciosas, a exemplo do recrudescimento da sífilis, principalmente entre mulheres negras e pobres; a incidência

aumentada de HIV/AIDS e tuberculose entre pessoas negras, principalmente as que se encontram em situação de privação de liberdade; e a exposição a maiores índices de letalidade violenta entre outros (BRASIL, 2017; VARGAS, 2010; WERNECK, 2016). Esse conjunto de agravos compõe parte do *continuum* do genocídio negro e a naturalização das diferenças nas distribuições dessas doenças entre as raças pelo próprio sistema de saúde é uma característica essencial para a perpetuação dessas iniquidades.

A saúde das mulheres negras apresenta especificidades, como pode ser observado pelo levantamento da PNAIPN. Dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) de 2013 mostram que as mães indígenas, pardas e pretas são mais jovens que as brancas. Também há diferenças com relação ao número de consultas pré-natal. A proporção de mães negras com, no mínimo, seis consultas, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde, foi de 69,8%; ao passo que, entre as brancas, essa proporção foi de 84,9%. De acordo com dados notificados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do total de 1.583 mortes maternas em 2012, 60% eram de mulheres negras e 34% de brancas. A mortalidade materna ganha contornos ainda mais graves quando se percebe que cerca de 90% dos óbitos poderiam ser evitados, muitos deles por ações dos serviços de saúde (BRASIL, 2017, p. 15-16).

O campo da saúde, tanto na produção de suas normas quanto na execução das suas práticas, é um importante espaço para a observação da reprodução do racismo institucional. A exemplo disso, o Programa de Combate ao Racismo Institucional, implementado no país em 2005, tinha como foco principal a saúde (LÓPEZ, 2012). Em pesquisa de 2017 que avaliou as iniquidades raciais na atenção ao pré-natal e ao parto no Brasil, utilizando os dados do estudo “Nascer no Brasil: Pesquisa Nacional sobre Parto e Nascimento”, Leal e colaboradores (2017) observaram que as mulheres pretas possuíam maior risco de ter um pré-natal inadequado, de não serem vinculadas a uma maternidade, de peregrinarem por mais de uma maternidade para ter o seu parto, de não terem acompanhante durante o seu trabalho de parto e de receberem menos anestesia local quando submetidas a episiotomia (LEAL *et al.*, 2017, p. 5). Esses resultados foram obtidos analisando-se a variável raça/cor após o controle de outras variáveis sociodemográficas. Os autores também observaram que há uma gradação da percepção de qualidade do serviço prestado, partindo de menos para mais satisfatório, diretamente relacionada à gradação da cor entre a mulher preta, a parda e a branca. Esses dados apontam para a presença de racismo institucional como um dos fatores para a produção de cuidado no SUS.

Baseado no exposto e no comprometimento do Estado via política pública com as especificidades de saúde da população negra, destacam-se como problemas de saúde pública os desdobramentos da violência sobre a saúde dos familiares e, notadamente, das mães das cerca de sessenta mil vidas ceifadas por homicídio por ano no país, 70% das quais são vidas negras finalizadas precocemente.

Nesse sentido, uma das únicas publicações dedicadas à saúde da mulher negra no Brasil, “O Livro da saúde das Mulheres Negras” (WERNECK *et al.*, 2006), possui um capítulo dedicado exclusivamente às perdas para a violência e doenças decorrentes dessa realidade. Bridgett M. Davis descreve experiências compartilhadas de sofrimento na sua comunidade:

Acredito que as mulheres negras estão profundamente acostumadas com a tragédia. Nós esperamos a tragédia. A morte não é uma estranha em nossas vidas, em nossos mundos. Perdemos nossos pais devido a hipertensão e ataques do coração; perdemos nossos maridos e amantes vitimados pela violência policial; perdemos nossos filhos nas prisões ou no tráfico de drogas (DAVIS, B., 2006, p. 108-109).

Ainda sobre o tema, Brito (2017) traz relatos de doenças apresentados por duas mães com quem realizou sua pesquisa. Os achados vão desde a perda de memória a agravamento de doenças crônicas como o Alzheimer, presença de sintomas de depressão e transtorno de estresse pós-traumático. Neste depoimento, uma das mães relata o surgimento de episódios de perda de memória:

Depois da morte do meu filho, tenho tido muito esquecimento... Às vezes, estou aqui na sala e vou buscar alguma coisa na parte de cima da casa. De repente, não lembro o que ia fazer. Eu converso com outras mães e elas falam que isso acontece com elas também. Acho que os convites para participar de debates também mexem comigo, com meus sentimentos, com a minha memória. É uma sensação horrível esquecer o que estava falando. Eu esqueço completamente. Isso é bem nítido (BRITO, 2017, p. 51).

Em seu trabalho, Soares *et al.* (2006) mostraram que os sobreviventes de homicídio continuam a experimentar sofrimento físico e psicológico pelo menos três anos após a ocorrência do evento. Por se tratar de um crime perpetrado com ódio e intenção de matar, o processo de compreensão e ressignificação da morte é muito difícil para os pais.

Uma das principais ativistas do movimento de mães do Rio de Janeiro e fundadora do Movimento Moleque, Mônica Cunha escreveu um texto intitulado “A negação da maternidade negra” no qual ela pontua que essa vivência recortada por violências leva a adoecimentos e serve como uma estratégia de aniquilação, de modo que a pedagogia

produzida no seio da militância gera questionamentos e discussões que centralizam os adoecimentos dessas mulheres como parte do genocídio da população negra:

Nós mulheres negras, quando assumimos todas as situações, adoecemos de uma forma que não tomamos conhecimento por conta dessa vivência totalmente violada, desrespeitada, não só pelo Estado, e sim por uma sociedade que tem certeza que a mulher negra é culpada e responsável por tudo: até o nosso ex-governador, atualmente preso, já falou que somos fábricas de parir marginais. O nosso adoecimento começa de uma forma lenta, nos dando alarme não muito importante, e quando percebemos já estamos com depressão, síndrome do pânico, perda de memória, até desenvolvermos AVC, câncer, dependência química (CUNHA, 2017, p. 2).

Apesar de compartilharem a dor da perda violenta de um ente querido, os efeitos dos homicídios sobre os familiares são variáveis e as formas como eles vivenciam essa perda são diversas. Em revisão sistemática sobre sobreviventes de homicídio elaborada por Connolly e Gordon (2014), os autores observaram que os efeitos psicológicos são os mais comuns, principalmente o TEPT, depressão e ansiedade. Outra característica levantada nesta revisão é o processo de luto, que tende a ser prolongado para as co-vítimas, porque frequentemente tiveram seu luto restringido ou obstruído por eventos relacionados ao homicídio, como os procedimentos da justiça criminal, ameaças e estigma relacionado a esse tipo de morte.

Parte das pessoas atingidas pela perda de um familiar ou amigo íntimo de forma violenta desenvolvem o TEPT (BUSSINGER; NOVO, 2008; CONNOLLY; GORDON, 2014; DOMINGUES; DESSEN; QUEIROZ, 2015; SMITH, J.; PATTON, 2016; TUCK *et al.*, 2012). Esse transtorno é uma resposta a um acontecimento inesperado, irreversível e traumático, definido como um conjunto de sintomas envolvendo altos níveis de ansiedade e momentos em que o indivíduo tem a impressão de estar revivendo o evento traumático experienciado, o que gera esquiva/entorpecimento emocional e hiperestimulação autonômica (insônia, irritabilidade, dificuldade para concentrar-se) que culminam num comprometimento social e ocupacional significativos (APA, 2014; FIGUEIRA; MENDLOWICZ, 2003).

Historicamente, o TEPT foi estudado entre pessoas que vivenciaram diretamente eventos violentos como soldados em guerra, vítimas de estupro ou pessoas que estavam presentes em áreas de catástrofes naturais (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006). Atualmente, o transtorno é investigado e diagnosticado em situações traumáticas encontradas na vida cotidiana, como assaltos e sequestros. Para a definição desse diagnóstico, tem-se que os indivíduos acometidos estão apartados da situação violenta que gerou o trauma, entretanto, para as entrevistadas desta pesquisa, moradoras de territórios precarizados do Rio de Janeiro,

a violência de que foram vítimas continua acontecendo ao seu redor, o que por si só justificaria a persistência dos seus sintomas de estresse.

Além do TEPT, outras condições como o estresse, hipertensão arterial sistêmica e depressão são relatadas na literatura como achados frequentes entre as mães de filhos vítimas de morte por causa violenta (BUSSINGER; NOVO, 2008; CONNOLLY; GORDON, 2014; DA COSTA, 2015).

Outro reflexo da interferência do racismo em processos de morbimortalidade entre a população negra é o observado nos índices de suicídio entre jovens de 10 a 29 anos no Brasil. Segundo levantamento realizado pelo Ministério da Saúde e a Universidade de Brasília (2018), a cada 10 jovens que tiram sua própria vida, 6 são negros. Ainda segundo o mesmo levantamento, o índice de suicídio entre essa população subiu de 4,88 a cada 100 mil para 5,88 entre 2012 e 2016, enquanto entre os brancos permaneceu inalterada no mesmo período. Os fatores relacionados a esses eventos incluem mecanismos de agravo à saúde mental que podem ser atribuídos à ocorrência do racismo em diversos âmbitos da vida da população negra.

A saúde mental da vítima de racismo é objeto de estudo de diversos autores (BENTO, 2002; FANON, 2008; WERNECK, 2016) que tentam relacionar a gênese de aspectos como a baixa autoestima e introjeção de inferioridade na personalidade do negro como resultado direto da ocorrência do preconceito, discriminação e racismo na sociedade. Nesse sentido, a discussão sobre branqueamento realizada no capítulo 2 desta dissertação contribui para entender essas relações. Por vezes, a denúncia do absurdo das situações cotidianas de racismo que integram o genocídio negro tende a ser interdita e silenciada pelos defensores do “mito da democracia racial”. Esse silenciamento compreende uma estratégia do “pacto narcísico da branquitude”²⁴ e contribui para o processo de adoecimento.

Identificar esses fatores de risco sociais para o adoecimento e morte dos negros é mais uma forma de entender o modo como o genocídio negro opera. Assim, esta dissertação se coaduna com o proposto pela PNAIPN, reconhecendo as desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde. A iniquidade gerada pela desigualdade racial na sociedade brasileira é estruturante da maior dificuldade de acesso da população negra aos serviços públicos de saúde, e mesmo da maior invisibilidade

²⁴ Para Bento (2012), o pacto narcísico da branquitude opera como se houvesse um pacto entre brancos, que implica na negação e no evitamento do tema racismo com vistas à manutenção de privilégios raciais. Os medos da perda desses privilégios e o da responsabilização pelas desigualdades raciais constituem o substrato psicológico que gera a projeção do branco sobre o negro, carregada de negatividade.

das suas questões específicas pelo sistema de saúde, como é o caso das demandas de saúde de familiares e, mais especificamente, das mães co-vítimas de homicídio.

5 SOBRE MÃES, PERDAS E RESISTÊNCIA

Acessar os relatos das mães sobre as perdas violentas dos seus filhos foi um trabalho difícil, permeado por dúvidas e sofrimento. Ainda que seja feita uma imersão nas histórias levantadas por outros pesquisadores, lidar com o nível de violência que essas mães relatam mobiliza afetos no pesquisador que ultrapassam qualquer possibilidade de manutenção de uma suposta neutralidade científica. Essa dificuldade foi compartilhada por Araújo (2007), Brito (2017) e Rocha (2014). Esta última debruçou-se sobre o aspecto visceral dessa experiência, relatando episódios de pesadelos, taquicardia e crises de pânico durante a coleta dos relatos das mães, momentos que ela descreve por vezes como um “pesadelo etnográfico”: “I panicked in the days following my conversation with Daniela. I slept until eleven in the morning. I could not leave the house. I could not look at my fieldwork material. I could not talk on the phone. I was shaking and having heart palpitations” (2014, p. 181)²⁵.

A relação de proximidade desenvolvida ao longo das idas aos eventos da militância foi uma ferramenta que utilizei tanto para me habituar às histórias quanto para me auxiliar na tomada de coragem para convidá-las a dividir seus relatos. Não é fácil acessar pessoas e solicitar que elas revivam episódios de sofrimento e tive dúvidas éticas sobre como e por que fazer isso. Nesse sentido, utilizei a perspectiva da antropóloga Veena Das para acessar esses “conhecimentos envenenados” partilhados por essas mulheres, marcados por intensa dor, sofrimento e violência, e transitar entre o que se pode dizer e mostrar (DAS; ORTEGA, 2008)

Um aspecto importante para a realização desta pesquisa é trazer a denúncia contida nesses relatos, especialmente frente à invisibilização dessas histórias dentro da Saúde Coletiva, além de acessar a oralidade característica dessa militância. Elas costumam repetir que seus filhos estão vivos por meio das suas vozes (PONTE JORNALISMO; CARAMANTE, 2016; ROCHA, 2014; VIANNA; FARIAS, 2011). Foram essas as razões que me permitiram contatar as mães e convidá-las para participar da pesquisa. Em função dos choques de horário, desistências, da minha própria dificuldade para acessar essas histórias e da situação de intensa violência a que estava submetido o Rio de Janeiro durante o segundo semestre de 2018²⁶, especialmente os territórios favelizados, ao final, consegui realizar quatro entrevistas individuais e o grupo focal com cinco mães.

²⁵ Tradução livre: “Eu surtei nos dias seguintes à minha conversa com Daniela. Eu dormia até as 11h da manhã, eu não conseguia sair de casa, não conseguia olhar meu material de campo, não conseguia falar ao telefone. Eu tremia e tinha palpitações”.

²⁶ O estado Rio de Janeiro encontrava-se sob a Intervenção Militar Federal desde fevereiro de 2018, de modo que houve uma intensificação dos tiroteios e operações policiais neste período. O laboratório de dados Fogo Cruzado

Três das entrevistadas tiveram seus filhos jovens assassinados por agentes de segurança pública do Estado e uma delas não soube informar ao certo se os assassinos eram milicianos ou agentes policiais no momento do óbito, dadas as peculiaridades do território onde reside e por uma aparente interposição entre os dois grupos. Todas elas partiram para a luta (VIANNA; FARIAS, 2011), categoria diversas vezes acessada como a síntese das ações tomadas na busca por justiça.

Em comum, elas pareciam temer que algo pudesse acontecer com seus filhos antes do desfecho final das suas mortes. Lélia, uma das entrevistadas, relatou que saiu da favela onde morava com os filhos ainda crianças por medo de que eles fossem vítimas da violência que começava a se intensificar no início dos anos 2000:

Eu saí de dentro da favela, levei meus filhos pra morar num lugar onde não tinha favela, afastei eles da violência, e quando eu via essas reportagens na televisão, “ah, morreu fulano num tiroteio” ou coisa assim, eu ficava imaginando, eu ficava muito penalizada daquela pessoa ali, daquele parente daquela pessoa morta e eu falava assim: “graças a Deus que meus filhos tão longe disso” (Lélia, entrevista individual, 2018).

O temor de Carolina pela morte do filho também estava presente, porém ela refere um medo “do asfalto, da cidade” em contraposição à segurança que sentia na favela até a chegada da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora):

Então assim, eu ficava tranquila, sabia que era um local (a favela) que ele andava, poderia andar tranquilo que não ia ter problema, mas nunca imaginei que ele ia ser morto dentro da favela. Poderia assim, quando ele fazia “as artes” dele na rua, vinha na minha mente assim “pô, ele vai acabar sendo morto na cidade, como que vou achar esse moleque?” (Carolina, entrevista individual, 2018).

Rocha (2014, p. 155) definiu esse temor como “Iminência Ansiosa”, que compreende o período em que as mães tentam desesperadamente tirar seus filhos da criminalidade ou outros processos perigosos que podem os levar à morte. Esse medo parece pairar de forma constante sobre essas mães negras, gerando um estado de atenção e cuidado recortado pelo medo de uma morte iminente.

Outra característica que essas mães compartilham é o surgimento de uma relação de embate com o Estado que, a exemplo do observado por Vianna e Farias (2011), passa a assumir uma posição quase corporificada e masculina. Ele passa a ser apontado como o responsável por ter trazido a guerra para dentro das suas casas, assumindo, assim, uma relação

registrou um total de 8.613 tiroteios e disparos de armas de fogo durante a intervenção, um aumento de 56,6% em relação ao mesmo período de 2017 (OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO, 2019, p. 11).

antagônica em relação ao feminino representado pelas mães. Dessa forma, estabelece-se uma relação de contraste Mãe x Estado, constantemente reforçada pelas experiências dessas mulheres com a institucionalidade estatal, levando-as à constatação de que o Estado está interessado em lhes eliminar. Essa constatação encontra ressonância no conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2016), para quem a expressão máxima da soberania reside na capacidade de submeter a vida ao poder da morte:

A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2016, p. 123).

Um exemplo dessa constatação sobre poder necropolítico do Estado foi relatado por Dandara durante o Grupo Focal:

Essa rede de mães se organiza e isso vai muito contra o Estado, porque é isso, eles vão certeiros ali nos nossos filhos. Esse Estado, esse sistema criminoso é bem organizado, no momento em que eles tiram a vida dos nossos filhos, eles desestruturam toda a família. E aí a gente se levanta, essas mães que eles queriam que fossem embora junto com os filhos, “o negócio é elas adoecerem também, a família adoecer e morrer!”. Acho que é bem por aí que eles tão pensando, é uma forma de acabar com os pobres, os favelados, os periféricos. (...) Esse mesmo Estado que não ajuda a gente em nada, não apoia a gente em nada, é o mesmo Estado que vem e tira a vida dos nossos filhos, destrói a nossa família, nos adoce... qual a relação positiva que eu vou ter com esse Estado? (Dandara para o Grupo Focal, 2018).

Essa nova realidade é marcada, por fim, por diversos adoecimentos relatados por todas elas. Luíza, uma dessas mães, contou que observou o surgimento de hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, insônia e depressão após a perda do filho.

A seguir trago um pouco da história de vida de cada mãe, bem como os relatos das perdas dos seus filhos, sua relação com o Estado e com familiares e o apoio social que encontraram nessa trajetória. Em seguida, faço uma análise mais detalhada sobre seus envolvimento com a militância e os adoecimentos que acumularam ao longo dos últimos anos.

5.1 Dandara e Luiz: *Eu tô na luta pra manter viva a memória do meu filho*

Dandara é uma mulher de 41 anos que se autodefine negra. Moradora de uma favela da Zona Norte do Rio de Janeiro, ela teve dois filhos, uma menina e um menino. Sua história

foi marcada por remoções impostas pelo Estado. Seus pais vieram de remoções de diferentes favelas e foram reassentados na favela onde Dandara nasceu e cresceu. Durante a realização das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)²⁷, chegou a vez de Dandara, por imposição do Estado, ser removida com sua família da rua onde nasceu e cresceu para outra área na mesma favela. A família não queria se mudar, mas, devido a tal imposição estatal, acabaram se mudando.

E a nossa vida toda a gente morou ali junto. A vida toda moramos juntos, a vida toda. E aí quando a gente começou a ver os vizinhos indo embora, os vizinhos adoecendo também, era um chororô, era demais, sabe? Muito sofrimento (Dandara, entrevista individual, 2018).

Luiz foi o primeiro em tudo na vida de Dandara. Ainda na adolescência, Dandara teve muito medo de contar para a mãe que não era mais virgem e que, mais do que isso, tinha engravidado. Ela tinha 17 anos quando ficou grávida. Seus pais estavam no meio de uma separação conturbada e, para Dandara, Luiz foi o menino que uniu a família, que selou a paz entre os avós, que o traziam todo dia de volta para casa no horário do almoço para aproveitar todo o tempo possível com o neto. Luiz cresceu cercado do amor da família materna. Ele cresceu, também, com a presença em casa do pai, que, segundo Dandara, brincava com o filho durante a infância, mas que não gostava muito de conversar “as coisas da adolescência”, que ficaram como assunto para a mãe. Assim, pai e filho foram se afastando.

Mesmo após a descoberta da gravidez, ela conta que fez questão de terminar o Ensino Médio. “Todo mundo achava que eu ia trancar, eu falei: ‘se eu trancar eu não volto mais, né?’”. Seu primeiro emprego foi aos dezenove anos numa creche comunitária do bairro. Ainda na creche, surgiu a possibilidade de voltar às aulas, fazer uma universidade se formar pedagoga. A creche, entretanto, fechou as portas um ano após a sua formatura. À época da pesquisa, ela estava desempregada e sonhava em ter um emprego novamente.

O sonho de Luiz era ser paraquedista, inspirado por um vizinho que contava aos meninos da rua que fazia muito dinheiro no Exército atuando nessa posição. Os olhos do Luiz brilhavam com as histórias, lembra a mãe. Assim que pôde, aos dezessete anos, ele se alistou. Aos dezoito, começou a servir no quartel. O período foi conturbado, Luiz não gostava da disciplina militar, do favorecimento de alguns colegas que tinham relações com militares superiores, das punições. Tudo isso o fez abandonar o quartel dez meses após a sua entrada.

²⁷ O PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi implementado em 2007 em diversas cidades do país com vistas a promover a retomada do planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país (BRASIL, 2019a).

Depois de abandonar o quartel, Luiz brincava com a mãe que todo dia à noite ele arrastava o guarda-roupa para isolar a porta do seu quarto, para o caso de algum militar vir lhe buscar para levá-lo de volta para o Exército. A mãe insistia para que o filho voltasse e ele prometeu a ela, no dia das mães, que voltaria, completaria o ano de serviço e estaria livre das obrigações militares. Três dias depois da promessa, numa quarta-feira à tarde, em 14 de maio de 2014, Luiz foi assassinado voltando da casa da sua avó na favela onde moravam. Ele havia levado um pavê para o jantar em família que aconteceria mais tarde. No caminho de volta, deixou sua namorada em casa e entrou em um beco mais estreito. Um vizinho contou à mãe que havia perguntado se ele estava com a sua identidade no bolso, porque os policiais da UPP, que havia sido implantada há pouco tempo na favela, estavam fazendo uma ronda pelo local, “esculachando”, batendo e xingando os moradores. Iniciou-se, então, uma revolta dos moradores, que começaram a jogar pedras contra os policiais, que revidaram atirando. Uma dessas balas encontrou o cóccix de Luiz. Ele foi socorrido pelos vizinhos, porém já chegou ao pronto-atendimento sem vida.

A organização da vizinhança revoltada em torno das mortes, do uso desproporcional da força policial e da tentativa de criminalização das vítimas é frequentemente relatada como uma das únicas formas que essas pessoas têm de serem ouvidas ou chamar algum tipo de atenção para além do seu território (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015; PONTE JORNALISMO; CARAMANTE, 2016). Não raro, a própria existência da investigação e a proteção da cena do crime, bem como o impedimento de que a polícia forje provas para incriminar as vítimas, só ocorre por conta da organização da vizinhança.

A incursão violenta das UPPs nas favelas cariocas vem sendo denunciada há anos. Em 2014, ano do assassinato de Luiz, já havia 38 UPPs instaladas no Rio de Janeiro (FRANCO, 2014, p. 51). Dandara relatou em sua entrevista violências e denúncias similares às elencadas por Marielle Franco em sua dissertação de mestrado:

(...) há as constantes denúncias de violação e abusos nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs): são desacatos, xingamentos, utilização de chaves-mestras sem mandado de busca e apreensão, agressões, abuso de autoridade, até a culminância no assassinato do ajudante de pedreiro Amarildo (FRANCO, 2014, p. 96).

Quando Dandara chegou à UPA²⁸ em que o filho foi atendido, os policiais já estavam na porta fazendo uma barreira, isolando a “sala vermelha”²⁹. Não deixaram ninguém entrar,

²⁸ UPA: Unidade de Pronto Atendimento.

²⁹ Denominação atribuída ao setor do serviço de emergência onde são atendidos os pacientes com maior gravidade clínica e risco potencial de morte.

inclusive ela, que confessa agora que, na verdade, não queria entrar na sala, não queria ver o filho morto. Ela já havia recebido a notícia de que ele não havia resistido ao ferimento e queria guardar a lembrança dele com vida, “queria ficar com a lembrança dele com aquele sorriso, bem vivo, sabe? Bem saudável, bem lindo”.

Os vizinhos começaram a chegar na UPA gritando, e Dandara lembra de ter gritado também para os policiais: “assassinos, vocês mataram meu filho!”. Os vizinhos foram se avolumando, chegando revoltados, e os policiais entraram nas viaturas e partiram. A família de Dandara foi orientada na UPA a correr para a delegacia de polícia e se antecipar, pois os policiais já haviam chegado na unidade de saúde informando sobre uma suposta troca de tiros, que as testemunhas negaram que tenha acontecido, e que o homicídio seria autuado como “auto de resistência”. Uma funcionária perguntou ao cunhado de Dandara se Luiz tinha algum “envolvimento” (com o crime organizado), ao que o tio respondeu que não. Ela então informou: “então procura a delegacia, faz um boletim de ocorrência, porque os policiais tão aqui falando que ele foi morto porque estava trocando tiros”. Graças à ação do cunhado de Dandara e à mobilização da comunidade, o crime não foi lavrado nos autos como auto de resistência. O delegado acionou a Delegacia de Homicídios para examinar a cena do crime e o corpo de Luiz, e para colher depoimentos caso alguma testemunha se apresentasse.

Toda a investigação só iniciou por causa da rápida movimentação e apoio dos vizinhos, que conheciam Luiz desde que nasceu e que se disponibilizaram a ajudar. “A favela tava revoltada, Luiz já era a terceira vítima dessa UPP”, “ele era muito querido, muito amado pela comunidade”. E Dandara continua: “a favela me abraçou, mas por mais que eu tinha a minha família e toda aquela comunidade ali me abraçando, parecia que eu tava sozinha”.

A história da morte de Luiz traz muito do *modus operandi* do poder policial e da presença do Estado na favela. O *esculacho*³⁰, prática comum que impõe humilhação e força sobre os civis; o uso de força letal sobre a comunidade; a rápida tentativa de incriminação alegando uma troca de tiros que não existiu; e a intenção de intimidar as famílias nas unidades de saúde são parte da realidade enfrentada pelos familiares que tentam buscar justiça pelas mortes dos seus filhos.

Para Dandara, esse tipo de ação policial conta com a certeza da impunidade. Ela afirma que o cargo público não só confere essa certeza, como legitima essas mortes provocadas por policiais:

³⁰ Sobre as práticas que compreendem o esculacho/enquadro, o site Periferia em Movimento define: “Mãos pra trás, cabeça baixa, tem passagem, mexe com droga, sim senhor, não senhor, circulando... Expressões comuns numa abordagem. Isso quando não rola assédio, agressão ou até ameaça” (SILVA, L; ROSA; BORGES, 2017).

São assassinos com certeza da impunidade, certeza de que pode matar, com a certeza de que podem se utilizar de uma farda pra ter poder pra, né, pra ter mais legitimidade mesmo pra matar (Dandara, entrevista individual, 2018).

Para Franco, os grandes investimentos em metrópoles, a exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro, deixam em evidência o tratamento desigual da polícia e da política de segurança pública, a depender do território e classe social. Para ela:

Isso dá uma visão dúbia, que muitas vezes leva a crer que há alguma impunidade nas grandes cidades e nos países em que o neoliberalismo alçou patamares hegemônicos. Contudo, as punições é que são desiguais entre pobres e ricos, ampliando-se em quantidades elevadas o número de pobres que sofrem as diversas punições por esse modelo de Estado Penal. (FRANCO, 2014, p. 22).

Após a morte do seu filho, Dandara conta que foi amparada por uma associação comunitária da favela, que a colocou em contato com outra mãe que também havia perdido seu filho para a violência policial (Carolina, também entrevistada nessa pesquisa). Ela conta que, frente ao que estava passando, naquele momento ela só queria gritar, independentemente de estar sozinha ou não.

Mas aí eu encontrei com a Carolina, né? Eu encontrei a Carolina e a gente tá aí até hoje nessa luta aí, a gente juntou forças. Do mesmo jeito que a gente se encontrou e a gente juntou nossas forças, hoje a gente procura compartilhar essa força com outras mães (...) A gente só queria gritar, botar pra fora a nossa dor, a nossa indignação. Era só isso que a gente pretendia fazer, gritar, gritar, gritar, até alguém ouvir a gente. Até alguém ouvir o que a gente tinha pra dizer, o que a gente queria dizer, a gente queria jogar na cara da sociedade isso que tá acontecendo. A gente quer gritar mesmo e jogar na cara dessas pessoas e dizer que todo mundo é responsável (Dandara, entrevista individual, 2018).

Essa cumplicidade aparece como componente central para essa militância (ARAÚJO, 2007; ROCHA, 2014). Elas acessam um tipo de dor que referem só ser possível de ser entendida por outra mãe que passou pela mesma situação. A militância surge, também, como uma forma de partilhar sentimentos entre si que, segundo ela, outras pessoas achariam repetitivos ou que não suportariam ouvir. Foi dessa forma, amparada por outra mãe, que Dandara entrou para a militância, com a intenção de lutar por justiça, para manter viva a memória do seu filho:

Pra mim, em primeiro lugar, é manter viva a memória do meu filho, é manter viva a memória dele. É... pra mim a maior reparação que poderia ter pra mim é esse policial não ficar impune. É ele não ficar impune.

É porque pra sociedade, né, pra essa mídia que taí, eles tratam sempre de colocar o caso como se as pessoas que moram na favela pudessem ser mortas, assassinadas, é só mais um. E é muito isso que eu busco através dessa minha luta, é que meu filho não vai ser um número. Nunca que eu ia deixar ele ser apenas tachado como mais um número, um número que nem ninguém sabe o que que é, o que que significa, nada disso! Uma das coisas que eu mais me ponho de pé nessa luta é isso. É eu poder colocar a camisa com a foto dele, estampar o rosto dele no meu peito e levar ele pras pessoas saberem, ele tem família, ele tem mãe, ele tem amigos, pessoas que sofrem até hoje pela ausência dele. E eu acho que é isso, a gente não tem que se esconder, a gente não pode deixar nossos filhos, a imagem deles escondida não, quem tem que se esconder são esses assassinos mesmo.

Antes dessa entrada para a militância, Dandara nunca havia participado de nenhuma organização social, sindicato ou qualquer associação política. Hoje ela segue como uma das lideranças cariocas desse movimento e informa que muito do que aprendeu sobre o país e a sociedade foram ensinamentos vindos da luta. Ela continua aguardando o julgamento dos culpados pelo assassinato do seu filho e sonha que as mães vítimas de terrorismo de Estado tenham um local, uma associação, para poderem se reunir e trocarem suas experiências. Após a perda do seu filho, Dandara contou que passou a apresentar sintomas recorrentes de humor depressivo, palpitações, alterações do sono e episódios de perda de memória. Esses adoecimentos serão abordados no capítulo 6, onde são abordados os adoecimentos das mães.

5.2 Luiza e Abdias: *Eu parei no tempo e fiquei como quem não sentia nada*

Luiza é uma mulher que se autodefine como preta, 59 anos, nascida e criada numa comunidade empobrecida da Zona Norte do Rio de Janeiro hoje dominada pela milícia. Ela trabalhou a vida toda como guardadora de carros e precisou, desde cedo, da ajuda da sua mãe e de instituições de auxílio social para criar seus três filhos homens. Como é realidade para outras mulheres negras brasileiras, Luiza não teve a presença do pai dos filhos para dividir o cuidado das crianças. Ela recorda que precisou colocá-los na Casa do Pequeno Jornaleiro³¹ quando eles ainda eram pequenos. Mais tarde, o seu filho do meio, Abdias, morou um tempo com a avó em outra comunidade do Rio de Janeiro, até retornar para o bairro da mãe para terminar os estudos e iniciar sua vida profissional. Hoje Luiza se mantém com a ajuda de uma pensão deixada pelo pai dos seus filhos.

³¹ A Fundação Darcy Vargas/Casa do Pequeno Jornaleiro foi uma instituição criada pela então primeira-dama Darcy Vargas em 1938 para acolher as crianças e adolescentes que trabalhavam como entregadores de jornais pelo centro do Rio de Janeiro e acabavam ficando em situação de rua. A instituição já foi um orfanato e sofreu modificações estruturais após a implementação do ECA em 1992, e passou a funcionar como um centro social para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilização social (FUNDAÇÃO DARCY VARGAS, 2019).

Abdias exerceu diversas ocupações após o fim do ensino médio. Trabalhou um período numa empresa de ônibus, em seguida como vendedor ambulante num estacionamento, posteriormente como ajudante de serviços gerais. Com o salário, ele ajudava a mãe, complementando uma parte da renda familiar. Luiza recorda que o sonho de Abdias era se tornar jogador de futebol. Ele e a mãe estavam se organizando para que ela o levasse novamente a um clube para tentar a carreira no esporte. Já haviam tentado antes sem sucesso, mas os planos de mãe e filho foram interrompidos precocemente.

Luiza é uma mulher religiosa que frequenta a igreja evangélica onde congrega a sua fé com suas “irmãs” e conta que vai ao local sempre que pode. Lembra que um dia ouviu de uma mulher que ficasse atenta ao seu filho Abdias, pois poderiam fazer algo para prejudicá-lo. Meses depois, Luiza conta que Abdias foi preso, no que ela hoje encara como uma emboscada, mas cuja motivação ela desconhece. Ele foi preso pelo roubo de um celular, que ele afirmou reiteradas vezes para a mãe que não havia roubado. Abdias foi privado de liberdade por um ano pelo suposto roubo de um celular. Assim, Luiza vivenciou a realidade das mães e de muitas outras mulheres negras que passam a acompanhar seus filhos em situação de privação de liberdade, enfrentando filas, humilhações e sofrimentos relacionados ao sistema carcerário brasileiro.

Quando Abdias foi liberado após o fim do cumprimento da sua pena, Luiza relata que um policial/agente penitenciário (ela não sabe informar ao certo), do qual se recorda como um “homem branco, do cabelo liso”, falou para ela: “seu filho vai morrer lá fora”. Religiosa, Luiza se culpa de certo modo por não ter “repreendido” essas palavras na hora que as ouviu. Parecia querer voltar no tempo e anular, de alguma forma, as palavras que se concretizaram pouco depois.

A recorrência de relatos permeados por premonições e sonhos é frequentemente observada nas histórias desse grupo de mães. Vianna e Farias ressaltam o seu papel ativo sobre o luto e o reordenamento da vida cotidiana. Também apontam esse fenômeno como uma via para se organizarem para novas possibilidades de ação ou “simplesmente aplacarem parte do sofrimento que, segundo suas falas, está na base das doenças constantes que lhes atingem” (2011, p. 107).

Numa tarde de abril de 2008, Abdias, estava de folga do serviço. Tinha recebido o salário naquela data e aproveitou para passar o dia com a sua filha, então com três anos. Ele e a mãe da pequena não mantinham um relacionamento afetivo-amoroso, mas Abdias se esforçava para fazer parte da vida da filha. Nesse dia, eles almoçaram na casa de sua tia e, depois, ele a deixou na casa da avó materna. No caminho de volta para casa, Abdias, então

com vinte anos, desapareceu. Um vizinho contou para Luiza que ele havia sido assassinado, sem dar maiores detalhes. Ela foi em busca de mais informações pelo bairro e soube que um grupo de homens, o qual ela hoje tem dificuldade de caracterizar como um grupo de milicianos ou de policiais, dada a intersecção desses grupos em certos territórios do Rio de Janeiro, havia dado um tiro nas costas do seu filho e o colocado dentro de um barco. Luiza iniciou a partir daí uma peregrinação pelo bairro, pelas ruas, e até no Instituto Médico Legal (IML) em busca de notícias sobre seu filho. Nesse processo, que durou dias, ela registrou em um boletim de ocorrência o desaparecimento de Abdias e contou que, por vezes, já de madrugada, seguia procurando por ele pela cidade. Ela relata que essa busca se misturava de certo modo com a sua fé e que ela entoava cânticos religiosos enquanto procurava pelo filho. Um dia, uma companheira da Igreja a alertou: “irmã, vai pra casa, não fica andando assim não, tarde da noite, já mataram seu filho! Vá pra casa descansar! Você fica louvando por aí, eles vão achar que você tá afrontando eles”.

Luiza experimentou, assim, a realidade de mães cujos filhos desapareceram. Elas têm informações de que eles foram sido assassinados, mas não têm o corpo do filho, não têm nada além de saber que eles seguem sumidos. No nono dia de buscas realizadas por Luiza, ela chegou ao IML e pediu para ver os corpos que haviam dado entrada no serviço, como fazia todos os dias desde o desaparecimento de Abdias. Ela conta que, nesse processo, primeiro são mostradas fotos dos pertences encontrados para os familiares, seguidas de mais fotos que ajudem a identificar o corpo. Luiza conta que viu o chaveiro onde se lia “Jesus” que ela havia dado para o seu filho no dia do último aniversário dele. Sabia que era o corpo dele que havia acabado de encontrar. Ela passou pela dor de reconhecer o corpo do filho e conta que, nesse momento, atingiu o seu limite e não conseguiu mais continuar e que outros familiares começaram a ajudá-la frente aos trâmites para o enterro.

Luiza relata que tentou proteger os outros filhos, pois não queria que eles soubessem o que estava acontecendo. Queria preservá-los do sofrimento que ela vinha aguentando sozinha, e guardou tudo que viveu naqueles dias para si, num processo doloroso em que recorda ter vivido como se estivesse experimentando uma existência extracorpórea, de anestesia frente à dor extrema. Vivía como se estivesse “parada no tempo”:

Eu fiquei, parece que eu fiquei aérea, assim, eu não sentia o movimento, a vida parou, eu não sentia o movimento de nada, eu parei no tempo e fiquei como quem não sentia nada. Sabe o que é nada? Eu ficava paradinha, eu não sentia nada. Uma coisa horrível.

A anestesia emocional foi relatada como resultado da perda violenta de um filho por homicídio na revisão bibliográfica sobre co-vítimas de homicídio realizada por Connolly e Gordon. Os relatos são de incapacidade de sentir qualquer tipo de emoção, incluindo até mesmo amor pelo filho perdido ou outros membros da família (RINEAR, 1988 *apud* CONNOLLY; GORDON, 2014, p. 487).

Luiza seguiu assim até começar a ter consultas com uma psicóloga disponibilizada pela rede de ativistas, na qual ingressou por indicação do defensor público que passou a acompanhar o seu caso. Essa rede é formada majoritariamente por mulheres vítimas de violência. A partir daí, ela passou a fazer parte de diversos grupos de militância e começou a sua luta para tentar trazer visibilidade para o caso e conseguir levar à frente as investigações.

Desde os primeiros sintomas de depressão, Luiza acumulou diversas doenças. Ela me relatou que não possuía nenhuma doença anteriormente à morte do filho e que hoje se acumulam diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica, depressão, angústia, palpitações, insônia, perda de memória. Retomando a revisão sistemática de Connolly e Gordon (2014), os estudos revelaram a presença principalmente de sintomas e doenças psicológicas entre os investigados. Observaram também que o processo de luto é consistentemente mais difícil para mães e familiares que enfrentaram o sistema de justiça.

Luiza continua morando na comunidade onde nasceu e passou toda a sua vida, onde seu filho foi assassinado e onde ainda vive com medo das ameaças dos homens envolvidos com a morte do seu filho, que seguem exercendo o poder de Estado na região em que ela mora. Ela tem vontade de ir embora, mas não quer “ir de uma favela pra outra”. Queria viver em uma casa fora da cidade do Rio de Janeiro. Ela pensa que a reparação do Estado, quando vier, poderia lhe ajudar a realizar esse desejo. Sonhava também em fazer aula de natação: “eu tenho a maior vontade de fazer uma natação, isso não é luxo, isso é necessidade! E nós precisamos.”. Nos reencontramos em um evento da militância meses depois dessa entrevista. Ela me contou animada que tinha conseguido um curso de natação gratuito não só para ela, mas também para outras mães e que estava bastante animada com as aulas duas vezes por semana.

5.3 Lélia e Milton: *Eles não têm o direito de matar ninguém, se o rapaz era trabalhador ou bandido, não importa!*

Lélia é uma mulher de 50 anos que se classifica como negra e que cresceu numa favela do centro do Rio de Janeiro. Lá, ela se casou e se separou alguns anos depois, ficando

responsável pela criação dos dois filhos, uma menina e um menino, frutos desse casamento. O pai das crianças a ajudava financeiramente, mas ela seguia como responsável principal pela sua educação e cuidado. Quando seus filhos começaram a entrar na adolescência, Lélia conta que o medo de que a filha se envolvesse com algum traficante ou de que o filho Milton acabasse entrando para o tráfico de drogas fez com que ela decidisse se mudar, fugindo da violência crescente do território onde parte da sua família continuou morando. A família acabou indo morar em um município da Baixada Fluminense no início dos anos 2000. Lélia queria um lugar mais seguro para criar os dois filhos e, na época, “as crianças podiam brincar na rua, o portão de casa nunca ficava trancado e no verão, colocavam colchonete no quintal, dormiam com tudo aberto”.

Lélia e Milton eram os melhores amigos. Mãe e filho sonhavam juntos, dividiam projetos, imaginavam o futuro. Desde a adolescência, Milton sempre quis trabalhar. Aos treze anos, já estava inscrito no programa “Jovem Aprendiz” e esperava ansioso pelo primeiro emprego. Lélia lembra que um dia ele falou que queria abandonar a escola, que não levava jeito e “que vivia chegando atrasado”. Ela, que trabalhava como vendedora numa loja de móveis e que também não havia terminado o ensino médio, se desesperou. Decidiu então voltar para a escola, matriculou-se na mesma série que o filho e começou a estudar com Milton. Juntos, completaram o Ensino Médio. Milton, que sempre foi de sonhar junto com a mãe, decidiu que agora fariam uma faculdade juntos. Ele queria que fizessem Administração de empresas. Outro dos sonhos de Milton era ser empresário e que Lélia o ajudaria a tocar os negócios.

Lélia lembra sorrindo que “ele havia ficado mal-acostumado e só queria estudar comigo!”. Antes de iniciar a faculdade como havia planejado, Milton começou a trabalhar fazendo entregas pela cidade do Rio de Janeiro. Pegou inicialmente o carro do pai emprestado, abriu uma pequena empresa de entregas e falava para a mãe que tinha planos de sair das ruas: “quando tivesse dez clientes ele sairia da rua, a cidade tava muito violenta”. Seu plano era tornar-se um empresário, ter funcionários, melhorar de vida. Além das entregas da sua empresa, Milton trabalhava também como entregador de pizza aos finais de semana para complementar a sua renda. Lélia lembra que ele gostava tanto de trabalhar que começava o dia às quatro da manhã ajudando a carregar a mercadoria de um feirante, em seguida começava o turno de entregas pela sua empresa e, aos finais de semana, trabalhava de moto para a pizzaria. Lélia conta que Milton sonhava grande e queria muita coisa. Uma das coisas que ele queria era dar uma casa para a mãe: “eu vou te dar um neto e uma casa. Antes de comprar a minha casa eu vou te dar uma”, recorda a mãe a promessa feita pelo filho.

Anos depois, Lélia vinha com dores no pé e um inchaço que não se resolvia já há alguns meses. Nenhum tratamento funcionava e seu médico indicou uma biópsia. Ela foi, então, internada num domingo, 28 de junho de 2015, para fazer o procedimento no dia seguinte. Milton foi visitar a mãe junto com a namorada. Lélia lembra que o achou estranho e que a namorada revelou que ele estava apreensivo, com medo da cirurgia: “eu tô sentindo uma coisa muito ruim, como se fosse acontecer uma coisa ruim com você”. Lélia tranquilizou o filho, explicou que o procedimento era muito simples, só uma biópsia no pé, que ele ficasse tranquilo. Mãe e filho se despediram e ele prometeu voltar no dia seguinte para levá-la para casa.

Nessa noite, Milton saiu para trabalhar fazendo as entregas da pizzaria. Um dos chamados o levou de volta para o bairro onde nasceu, a favela no centro do Rio, onde ainda moravam seus avós, sua namorada e boa parte dos seus amigos. Depois de feita a entrega, Milton descia uma ladeira do bairro quando avistou os policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) subindo. Ouviu tiros, viu pessoas correndo. Ele tentou, então, voltar para a casa do cliente de onde havia saído há pouco e se abrigar até ter condições de sair. Quando voltava, Milton foi atingido por quatro tiros, dois na perna, um na virilha e outro na mão. Os vizinhos correram para socorrê-lo e foram proibidos pelos policiais do BOPE. Uma testemunha do caso contou para Lélia que ele pedia por socorro e que os vizinhos eram impedidos de ajudar aos gritos de “aqui não tem trabalhador, só tem bandido!”. Lélia soube também que outro rapaz havia sido assassinado com um tiro na cabeça pela mesma equipe do BOPE a uma distância de cerca de 50 metros de Milton. Sobre esse rapaz, ela relata: “mas esse eu soube que era bandido mesmo...”. Questionada sobre se esse fato justificaria a morte do rapaz ela nega de forma enfática, porém, antes de ser questionada, havia em seu discurso uma naturalização da morte do indivíduo no qual se cola a pecha de “bandido”.

Não, não! Eles não têm o direito de matar ninguém, se o rapaz era trabalhador ou bandido, não importa, eles têm é que levar pro hospital. Eu não aceito isso que eles dizem que o policial do BOPE é treinado para matar. Uma pessoa tem que ser treinada para matar?

O pai de Milton foi informado pelos vizinhos de que seu filho se encontrava ferido na rua e que os policiais não permitiram o socorro. Ele foi, então, para o morro tentar socorrer o filho. Chegando lá, recebeu a mesma informação “aqui só tem bandido, não tem trabalhador e quem foi ferido já foi levado para o hospital”. Milton continuava no chão pedindo por socorro. O pai, que foi impedido de subir o morro, seguiu para o hospital em busca do filho,

onde foi informado que não havia ninguém ferido a bala. Continuando sua peregrinação em busca do filho ferido, retornou à favela, onde viu o tênis do filho ensanguentado no chão. Todavia, continuou sendo impedido de subir. Os vizinhos permaneciam tentando levar Milton, pelo menos, para dentro da casa de algum deles. Entretanto, todas as tentativas continuaram sendo negadas. “Ninguém vai tirar ele daqui!”, gritou um dos policiais, conforme contou uma testemunha para Lélia. Em seguida, Milton foi arrastado para um canto e colocado numa pequena vala, onde recebeu mais três tiros fatais nas costas.

Lélia, que estava internada e sem sinal no celular, seguiu incomunicável na noite de domingo; não sabia o que estava acontecendo. Acordou no dia seguinte e esperava ser encaminhada ao centro cirúrgico, quando uma enfermeira veio informá-la que o procedimento estava suspenso porque havia ocorrido um problema na sua casa. Em seguida, recebeu uma ligação da pastora da sua igreja, pedindo que ela fosse forte. Lélia seguia sem entender o que estava acontecendo, até que seu cunhado a informou sobre a morte do seu filho, fato que ela se recorda de ter tido grande dificuldade para entender e aceitar inicialmente. Ela revela que não esperava que isso acontecesse com o Milton. Ela, que se mudou de território como resposta à ansiedade gerada pela iminência de um acontecimento trágico envolvendo seus filhos, abandonando assim as suas raízes na tentativa de protegê-los, acreditava que poderia estar livre desse tipo de desfecho. Retomamos aqui o conceito de “Iminência Ansiosa”, descrita por Rocha (2014), para explicar parte da trajetória de Lélia. Para Rocha, a iminência ansiosa trata do período em que as mães tentam desesperadamente tirar seus filhos da criminalidade ou outros processos perigosos que podem abreviar as suas vidas.

Para construir o caso contra o Estado, Lélia e sua família tiveram que sair em busca de testemunhas. Precisavam conseguir que pessoas já em constante estado de tensão e medo pelas frequentes violações dos seus direitos e das suas vidas concordassem em depor sobre o que havia acontecido. A namorada de Milton, que era moradora daquela favela, começou a buscar alguém para depor entre os vizinhos, até que um dia Lélia recebeu a ligação de uma senhora que assistiu tudo e se ofereceu para testemunhar em favor da família. Questionada por Lélia sobre por que concordou em ajudá-la, a mulher respondeu que também tinha um filho da mesma idade e o mesmo nome que o de Lélia, e que “se eles não parar, hoje foi o seu filho, amanhã pode ser o meu. Eles não entram pra resolver problemas com os bandidos, eles estão preocupados em entrar ali pra matar”. A testemunha era uma mulher negra. Mais tarde, Lélia ficou sabendo boatos de que dois dias antes da morte do seu filho um grupo de policiais havia sido “esculachado” por criminosos do morro. Eles teriam então voltado mais tarde e iniciado uma intervenção violenta na favela da qual Milton foi uma das vítimas.

A generosidade expressada pela vizinha que se ofereceu como testemunha do caso parece se dever à dororidade, conceito cunhado por Vilma Piedade (2017) que trata de uma cumplicidade entre mulheres negras por conta da dor que só elas reconhecem. Dor essa construída quando experienciam conjuntamente a solidão afetivo-amorosa, a mortalidade aumentada de mulheres negras, a perseguição dos seus símbolos sagrados e racismo religioso e, principalmente, a perda desproporcional dos seus filhos. Vilma assevera que a sororidade não alcança a definição desse tipo de solidariedade que perpassa a experiência de vida de mulheres negras historicamente localizadas:

Tem uma dor constante que marca as Mulheres Pretas no cotidiano – a dor diante de uma perda. E, nesse jogo cruel do Racismo, quem perde mais? Quem está perdendo seus filhos e filhas? Todos Pretos. Todas Pretas. A resposta tá estampada nos dados oficiais sobre o aumento do genocídio da Juventude Preta. Dororidade. (...) Dororidade carrega, no seu significado, a Dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo (...) quando se trata de nós, Mulheres Pretas, tem um agravo nessa Dor, agravo provocado pelo Racismo. Racismo que vem da criação Branca para a manutenção do Poder. E o Machismo é Racista. Sai a Sororidade e entra a Dororidade (PIEDADE, 2017, p. 18; 46).

Após a morte de Milton, os policiais colocaram um coldre com balas ao lado do seu corpo, retiraram a sua roupa, o sapato, o capacete, levaram a sua moto, retiraram tudo e deixaram-no apenas de calça, de bruços, na vala. Nos documentos gerados pela polícia, a causa da sua morte consta como “auto de resistência”. A morte de Milton foi como a morte de Luiz, filho de Dandara: espetacularizada e comemorada no programa de televisão vespertino que aborda as manchetes policiais cariocas. “Quando meu filho morreu, ele foi chamado de bandido pelo Wagner Montes³². Uma pessoa que acordava às quatro da manhã ser tachada de bandido? É muito difícil”. O enredo em torno da sua morte traz, mais uma vez, o quadro típico do *modus operandi* da polícia para a criminalização da vítima. A ele foi negado socorro e, após sua morte, os sinais que o ligavam ao trabalho foram prontamente escondidos; uma arma foi adicionada à cena do crime; o corpo de Milton foi preparado para servir, sem ressalvas, à categoria do corpo matável, do “bandido bom é bandido morto”, cuja morte não só é esperada e naturalizada como comemorada pelo senso comum no Brasil.

A construção da ideia de que a vida de Milton era descartável parte do que para Mbembe é o princípio básico que confere funcionalidade à ideologia racista: a de criar a diferença, “o excedente, isto é, uma espécie de vida que pode ser desperdiçada ou dispendida sem reservas” (2018, p. 73). É pela definição desse excedente desperdiçável que se procura

³² Vide nota número 3, à página 16.

estigmatizar, desqualificar moralmente, internar, expulsar e matar de maneira que o Estado não precise prestar quaisquer contas.

Segundo Zaverucha (2010, p. 46), o fato de as polícias militares estaduais persistirem sob o controle parcial do Exército no texto da “Constituição Cidadã” de 1988 diferencia o Brasil de outros países democráticos, de modo que os responsáveis pela ordem interna não estão separados dos responsáveis pela ordem externa no país. Tal medida se assentava em uma suposta necessidade de controle sobre os possíveis contestadores da ordem social. Para Carvalho (2016, p. 104), com o passado colonial do Brasil e frente ao racismo estruturante das relações de poder, essa marca do autoritarismo serve também aos valores escravocratas vigentes.

O BOPE, batalhão de policiais que matou Milton, ganhou fama no país após o filme *Tropa de Elite*, em cujo enredo se desenrolam as ações desses policiais nas favelas do Rio de Janeiro. Apesar de o filme ter suscitado uma discussão sobre a corrupção e desvios criminosos do grupo na trama, o que se observou no imaginário social foi o surgimento de uma admiração da população, e até entre as crianças, por sua conduta frente ao crime. Esse mito do herói policial era, inclusive, reproduzido por Lélia antes da morte do seu filho: “Pelo BOPE eu tinha respeito e quando eu vi isso acontecer com meu filho, eu vi que eles são todos parecidos (com a Polícia Militar)”. O uso desproporcional da força e a própria ação criminosa dos policiais em toda a dinâmica envolvendo a morte de Milton podem não ser a regra, mas certamente não constituem uma exceção no Rio de Janeiro (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015); são uma forma de ação de grupos militares em territórios favelizados. Para a legitimação dessas ações, eles recorrem à construção das categorias bandido/favelado e envolvimento/passagem para justificar execuções extrajudiciais. Essas categorias serão abordadas na primeira seção do capítulo 6, que aborda a militância de mães.

Após a morte de Milton, Lélia conta que a família iniciou uma peregrinação por instituições públicas para que fossem feitas as investigações e para devolver ao seu filho o status de “trabalhador”, que lhe foi subtraído quando da produção oficial da narrativa sobre a sua morte. Nesse percurso, por indicação do seu psicólogo, ela entrou em contato virtual com a “militância de mães”. Inicialmente, sua relação se deu por meio de redes sociais, passando em seguida a frequentar reuniões e se fazer presente nos atos, julgamentos e outros tipos de eventos públicos que compõem as atividades dessas mães.

Lélia relatou que a dor no pé, que vinha investigando e que foi interrompida pela perda violenta da vida do seu filho, foi diagnosticada posteriormente como artrite reumatoide, uma doença crônica autoimune que pode ser tratada e controlada com drogas imunossupressoras

em boa parte dos casos. Para Lélia, entretanto, a “crise” inflamatória em que ela entrou à época da morte do seu filho nunca remitiu, apesar das constantes mudanças de terapias e associações medicamentosas a que vem sendo submetida. Por conta da doença, Lélia está afastada do trabalho e sua renda hoje consiste no benefício por incapacidade. Além da artrite reumatoide, Lélia revela que, após a perda do seu filho, observou o surgimento de insônia e episódios frequentes de perdas de memória, além de ter sido diagnosticada com hipertensão arterial sistêmica e gastrite, além de sintomas intermitentes de humor depressivo.

O caso de Milton segue aguardando o julgamento. Já se passaram três anos desde o seu assassinato e os policiais envolvidos continuam trabalhando normalmente. Um deles, inclusive, foi promovido a um cargo superior na hierarquia militar do BOPE. Depois que começou a assistir audiências, ela pensa que talvez devesse seguir o conselho do filho e voltar para a faculdade, fazer Direito, “mas com essa cabeça que tenho hoje, não ia guardar uma lei”.

5.4 Carolina e André: *Minha luta é para as mães que perderam seus filhos que tinham passagem pelo sistema*

Carolina, mulher autodeclarada preta, 49 anos, mãe de nove filhos negros, conta que na infância teve uma vida de “cigano”. Nasceu na capital do estado do Rio de Janeiro, mas sua família morou em alguns municípios da Baixada Fluminense. Ela lembra que quando era criança, seu pai ficou desempregado e se viu na obrigação de vender a casa em que eles moravam para usar o dinheiro para sobreviver. A família começou, então, a peregrinar pela capital do estado e pela Baixada até que Carolina “arrumou família” numa favela da Zona Norte do Rio de Janeiro, onde vive há 23 anos. Ela teve diversas ocupações ao longo da sua vida adulta, como outras mulheres negras em situação de precariedade social. Não tendo conseguido terminar o ensino médio, Carolina conta que trabalhou como babá, cozinheira e faxineira, profissões ocupadas majoritariamente por mulheres negras como ela no Brasil. Hoje cuida dos seus filhos menores com a ajuda dos filhos mais velhos e revela que os pais nunca foram presentes nas vidas dos filhos.

André era um dos filhos mais velhos de Carolina. Ele costumava ajudá-la com a banquinha que ela montava na porta de casa para vender artigos diversos para a vizinhança. Quando ela precisava ir para o sinal de trânsito vender balas para conseguir se sustentar, ela costumava levá-lo. André cresceu assim, acostumado com a vida de trabalho desde criança, contribuindo para garantir a sobrevivência da família. Numa dessas andanças pela cidade

durante os dias de Carnaval, Carolina o levou para ajudá-la com a venda de chapéus em Copacabana. A dupla se dividiu e o menino seguiu com seu estoque de chapéus em busca dos foliões. À noite, ela dormiu apreensiva porque o filho não voltou para casa. No dia seguinte, começou a procurar o filho sem sucesso, até que recebeu um telefonema que informava sobre a detenção de André sob a alegação de que o menino, então com cerca de treze anos, estava roubando na praia. Carolina conta que o filho tinha uma outra versão, contou que os policiais o pegaram na rua, ficaram com a sua mercadoria e resolveram detê-lo. A partir de então, se iniciou uma rotina de pequenos furtos e nove detenções entre o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), enquanto ainda era menor de idade, e uma última, já maior de idade, em um presídio também por furto, onde ficou detido por quatro meses. A mãe conversava, orientava e lembra que quando brigava com ele sobre as pequenas infrações que cometia, André, que “era um menino grandão, chorava igual uma criança”.

André era o “braço direito” de Carolina, ajudava com a segunda banca que ela tinha em outra favela, cuidava dos irmãos menores quando ela precisava sair e defendia os irmãos em qualquer circunstância, inclusive enfrentando a polícia. Carolina lembra de quando esteve com dois dos filhos menores internados, de modo que precisou ficar fora de casa e André dava um jeito de furar a segurança, inventar uma desculpa e ir visitar a mãe e os irmãos. Queria saber se eles estavam melhorando, queria estar por perto. Ele gostava também de ir ao centro espírita com a mãe aos sábados. Tinham uma relação de companheirismo e cuidado.

Entre as entradas e saídas do sistema socioeducativo, André acabou parando de estudar. Carolina relata que “no socioeducativo não tem aula frequente, passava um mês sem aula às vezes”. O filho foi “perdendo o gosto” e abandonou na sétima série. Seguiu fazendo uns “bicos” quando estava em liberdade, mas não chegou a ter um emprego formal.

Para Carolina, a entrada da UPP na favela piorou a sua vida. As vendas das bancas despencaram, os fregueses sumiram, o movimento das ruas mudou e, para ela, a UPP “trouxe a violência para dentro da favela”. Ela compara a realidade sob a ação da UPP com a realidade da vida sob o impacto do tráfico de drogas, que apesar de existir no território, nunca foi uma fonte de problemas ou preocupação para ela. Ela recorda que nunca foi vítima de violência diretamente pelos traficantes, “nunca sofri violência pela parte do tráfico, mas pela parte da polícia, vai fazer cinco anos que eu sofri violências”. Questionada sobre quais tipos de violência ela vinha sendo vítima, ela discorre:

(...) as abordagens violentas que meus filhos sofrem, e depois de instalar essa UPP, a violência com os moradores, né, que com toda a dificuldade que a gente tem na

favela, a gente nunca foi humilhado ou xingado pelo tráfico, mas pela polícia sim (Carolina, entrevista individual, 2018).

Ela continua lembrando que antes da instalação da UPP, ela ensinava aos filhos que “quem deve, corre; quem não deve, não corre. Eles nunca bateram, xingaram ou humilharam meus filhos, mas depois da UPP, você correndo ou não, é a porrada direto. Não dá nem pra você pegar a identidade”.

A UPP foi instalada na favela em que Carolina mora em outubro de 2012, no Dia das Crianças. Ela relembra que “a favela ia fazer uma grande festa pras crianças e eles tiraram tudo, não deixaram nada. Já entraram com o caveirão”. Eles entraram impondo novas regras, toque de recolher, mudando a rotina entre vizinhos e, o que Carolina relembra com mais força, com as abordagens violentas sobre seus filhos – meninos negros, jovens e pobres. André não aceitava os xingamentos e as agressões. Ele revidava, gritava e a mãe temia pela vida do filho, que “teimava” em não se encaixar na rotina de violações. Ele costumava falar “mãe, a senhora que é minha mãe não bate na minha cara, eu não vou deixar homem nenhum bater na minha cara!”. André não se adequava a regras que existiam também para lhe atacar.

Segundo Marielle Franco, a entrada da UPP num território é frequentemente acompanhada da ideia de “guerra”, ainda que os simbolismos ligados a essa política pública, principalmente no início da sua instalação, reforcem uma ideia de via para a paz. Um exemplo do reforço dessa entrada belicosa nas favelas é o fato de se hastearem bandeiras quando da chegada da UPP:

Não é por menos que, ao chegar às favelas que recebem as UPPs, a polícia trata imediatamente de colocar a bandeira como marca de controle territorial. Isso porque os territórios em questão não são vistos como dos moradores, e sim como um território inimigo tomado pelo poder dos criminosos. Desta forma, também se reforça a concepção de guerra e se estimulam os conflitos constantes dos grupos criminosos, ao buscarem reocupar e controlar novamente tais territórios (FRANCO, 2014, p. 47).

Nesse sentido, o marco fundacional da instalação de uma UPP é a ocupação militar, utilizando-se, para isso, tropas especializadas, batalhão de choque e forças armadas. Em seguida, num plano secundarizado, passa-se a instalar políticas sociais. Ainda segundo Franco (2014), a polícia passa, então, a funcionar como força reguladora e mantenedora da “ordem” nas favelas. Essa combinação entre o policiamento e projetos sociais promovidos pela UPP tem sido questionada por pesquisadores, segundo Franco, e o que se observa, na prática, é um acirramento da militarização da vida cotidiana, sob a justificativa de uma guerra contra o tráfico de drogas, cujo território de combate é preferencialmente as favelas. Para ela:

A UPP, deste modo, é apresentada por seus defensores como condição para superar a falaciosa “guerra ao tráfico”, uma vez que nem as drogas ilícitas, nem os armamentos de pequeno ou grande porte são produzidos nos territórios, aos quais é declarada uma guerra em que os inimigos são os que vivem nas favelas. Não há qualquer garantia ou indício de que o enfrentamento ao varejo do tráfico represente uma efetiva desmobilização do comércio de drogas. O que é vivido nesses territórios de permanência militar pode ser conceituado como uma “guerra aos pobres” (FRANCO, 2014, p. 73–74).

A experiência de Carolina com a entrada do Estado na sua vida por meio da UPP foi marcada pela violência, como ela relatou. A primeira coisa que ela observou foi a queda do movimento pelo bairro. Ela começou a vender pouco, quase nada, precisou abrir mão da segunda banca e passou a depender do Bolsa Família como fonte principal para a sua sobrevivência e a de seus filhos. Além disso, o ir e vir passou a ser ostensivamente interdito pela imposição do toque de recolher e pelas constantes paradas para averiguação. Como sinalizou Carolina, em diversas oportunidades seus filhos apanharam sem poder ao menos se identificar, nem puderam tirar a carteira de identidade do bolso.

Essa demanda por identificação aparece de forma recorrente entre os moradores das favelas. Uma campanha iniciada em 2003, após a Chacina do Borel, na qual quatro jovens foram executados com tiros nas costas e na nuca por policiais, chama-se “Posso me identificar?” e trata exatamente dessa necessidade de apresentar seus documentos como forma de se proteger da violência letal policial. Cabe ressaltar que a pena de morte não é instituída no Brasil. A execução de pessoas, ainda que estas estejam à margem da lei, é também um crime, mas dada a naturalização dos assassinatos de jovens-homens-negros (REIS, 2013) nas regiões favelizadas do país, essa passou a ser uma forma de o Estado militarizado atuar nesses territórios.

Na última vez em que André foi preso, ele foi detido por um policial da UPP do bairro. Carolina conta que quando eles se encontravam, o policial começava a gritar “tu é ladrão!” e que ele seguiu cercando seu filho pelas vielas da favela. Toda vez que o via, começava uma nova abordagem, um novo *esculacho*. Frente às constantes abordagens para averiguações, André chegou a falar com a mãe que daria uma volta para chegar na banca para trabalhar: “mãe, não vou passar por aqui não, vou dar uma volta, toda hora que eu passo esse polícia me parando, toda hora que eu passo ele vem me parar. Ele me chamou de gordo, safado, ladrão!”. Carolina lembra que em uma das vezes ela estava junto com o filho e revidou: “opa, você não pode fazer isso não, ele não tá com nada de ninguém aqui! Se você prendeu, tu já fez teu papel, se a justiça soltou, cê não tem nada que chegar aqui dentro da

favela e ficar gritando com ele!”. Em uma das vezes André chegou a chamar um policial para brigar. A relação seguiu assim, cercada de uma tensão constante.

Numa manhã em outubro de 2013, um ano após a entrada da UPP, os policiais abordaram o irmão de André, “com tapa na cara, chute no saco”, conta Carolina. André, que estava junto, começou a questionar a abordagem, gritando para que soltassem seu irmão, que em seguida foi liberado. Mais tarde, nesse mesmo dia, André caminhava pela favela e, ao entrar num beco, um vizinho o alertou: “cuidado aí que os polícia tão aí no beco”, contou uma testemunha a Carolina mais tarde. André falou que ia seguir, que não estava com nada: “a gente não tá com flagrante, nem com nada aqui, a gente vai passar”. Ao entrar no beco, os policiais liberaram o rapaz que estavam abordando e se voltaram para André. Começaram a brigar ali e os policiais chamaram reforço. “O beco se encheu de polícia, os polícia juntando nele, aí viu que ele tava apagado já, um gritou: ‘Deu merda!’”, Carolina reproduz a fala de uma de suas testemunhas. Nesse momento, vizinhos já a chamavam em casa para socorrer seu filho. Ela chegou e lembra que passou por baixo do braço de um policial que ainda empurrou e derrubou a sua filha, “eu vi o André caído no chão, aí, quando suspendi a cabeça dele, deu dois suspiros e dali não voltou mais, entendeu? Ali mesmo eliminaram ele”. Carolina, que é espírita, me contou que durante esses minutos em que esteve com o filho nos braços, ouviu uma voz lhe dizer que fizesse uma oração para ele, que seu filho não estava mais ali. “Fiz a minha oração lá à minha moda, o que veio na minha mente na hora, ainda com meu filho nos braços e... não respirou mais.”

André foi levado para a UPA do bairro, para a Sala Vermelha, onde não deixaram que a mãe e os familiares entrassem. Pouco depois, após a insistência da família, receberam a informação oficial sobre o óbito. No laudo fornecido posteriormente pelo IML, a causa da morte atestada foi asfixia mecânica. Nos autos policiais, está relatada lesão corporal seguida de morte.

Logo depois da morte de André, Carolina foi contatada por um grupo que realiza ações sociais em seu bairro. Assim começou a sua trajetória na militância em busca de justiça e reparação. Ela enfrenta um processo demorado de marcações e desmarcações de audiências, e relata que o caso de André segue pela Corregedoria Militar porque o Ministério Público não quis aceitar a denúncia do caso. Ela diz que a informaram que não havia intenção de matá-lo.

Depois da morte do seu filho, outros meninos foram assassinados pela ação policial na sua comunidade. Ela acabou conhecendo outras mães em situação similar à sua e fundaram um grupo de mães militantes que lutam por justiça. No seu caso, ela revela o seu intuito para estar na luta:

Ele não foi morto roubando, né. Então assim, então porque ele tinha nove passagens ele foi morto, então eu tinha que deixar pra lá? Não. Eu sempre lutei pelo meu filho. Minha luta é para as mães que perderam seus filhos, só porque seus filhos eram envolvidos, ou seja, tinham passagem pelo sistema ou era porque ele era ladrão, que elas não deixem impune que o filho dela foi morto.

Carolina contou que após a morte de André ela passou a apresentar diversos problemas de saúde. Relata sintomas de depressão, uma angústia constante, insônia e um diagnóstico de síndrome do pânico, além de ter também, como todas as outras mães, episódios frequentes de perda de memória. Ela contou que teve que abandonar o tratamento psicológico gratuito que vinha fazendo por não ter com quem deixar os filhos para se tratar.

6 SOBRE MILITÂNCIA, ADOECIMENTOS E APOIO SOCIAL

Nesse capítulo abordaremos a organização militante das mães e seu uso como estratégia de enfrentamento de violências institucionais. Em seguida, elencaremos os principais adoecimentos relatados pelas participantes da pesquisa, correlacionando estes resultados com a literatura acadêmica sobre o tema. Por fim, serão apresentadas as ferramentas de apoio social utilizadas pelas mães entrevistadas, situando a ausência de equipamentos públicos para o acolhimento de suas demandas.

6.1 Mães em luta: resistência e ida às ruas

A entrada na militância se deu de forma variada para as mães entrevistadas nessa pesquisa: duas delas, Dandara e Carolina, entraram por meio da associação comunitária do seu bairro; já a entrada de Luiza foi intermediada pelo seu psicólogo; a de Lélia, por indicação do advogado que assumiu o caso do seu filho. Nenhuma delas tinha qualquer vínculo com movimentos sociais anteriormente, e elas se referem à militância como um espaço de acolhimento, aprendizado, escuta e luta:

Pra mim representa força, acolhimento, sabe? Essa força e esse acolhimento que a gente também busca levar pra outras mães. Sabe? Primeiro esse acolhimento, acolher, falar pra ela, mostrar que a gente sente essa dor e que ela vai conseguir sobreviver, sabe? E... porque a gente pensa que a gente vai morrer. É uma coisa assim, avassaladora mesmo, a gente realmente acha que a gente não vai... (Dandara, entrevista individual, 2018).

Pra mim é muito importante a militância, porque eu passei a ter entendimento de coisa que eu não tinha, entendeu? Aprendi e isso foi uma experiência muito boa pra mim. Porque eu ainda tô aprendendo. Eu ainda preciso aprender muito mais. (Luíza, entrevista individual, 2018).

Depois de ingressarem na militância, elas vão aprendendo juntas como se construir como ativistas. Em geral, as pedagogias de resistência desenvolvidas pelas que vieram antes são compartilhadas, inicialmente, via redes sociais. Há intensa troca em grupos virtuais, marcações para estarem presentes em manifestações em memória dos filhos umas das outras, a presença em audiências e julgamentos. É nesse espaço, também, que elas acolhem inicialmente demandas por conversa e desabafo, reforçam que esse é um espaço em que podem recontar suas histórias sem medo de serem julgadas. As mães relataram que percebem que o fato de elas continuarem por anos repetindo as histórias das mortes dos seus filhos as afasta do convívio com alguns amigos e familiares. É o que conta Lélia sobre a perda de

contato com suas irmãs e sua mãe: “A gente se afastou, simplesmente. Tanto que hoje, eu não tenho contato com a minha família.”.

Entre as ações que compõem o que definem como trabalho de militância, elas referem a importância de pressionarem órgãos, como o Ministério Público e a Defensoria do Estado, para conseguirem que os casos saiam das delegacias e sejam investigados:

Eu sei que através dessa união nós conseguimos encaminhar muitos casos, o do Milton foi um desses casos, através de uma reunião do GAESP, houve uma denúncia do caso dele, finalmente caminhou da delegacia pro Ministério Público quase três anos depois (Lélia, grupo focal, 2018).

Esses casos que saíram da delegacia pro Ministério Público foi porque nós fizemos barulho e levamos uma lista com os nomes dos casos parados, das mães que a gente conhece, dos filhos que a gente conhece. Mesmo as mães que já não estão mais na luta, mas que em algum momento estiveram com a gente (Dandara, grupo focal, 2018).

A realidade que elas enfrentam é de impunidade. Segundo relatório da Anistia Internacional, estima-se que apenas de 5% a 8% dos homicídios no país sejam elucidados (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015). Os casos registrados como “homicídio decorrente de intervenção policial” enfrentam uma impunidade mais acentuada e naturalizada, muito em decorrência das graves falhas no processo de investigação. Essa impunidade retroalimenta o ciclo de violência e revela problemas na investigação criminal e no sistema de Justiça Criminal como um todo, o que inclui a Polícia Civil, o Ministério Público e o Poder Judiciário (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p. 65).

Essa parte do trabalho de militância de cobrar e pressionar o sistema de Justiça Criminal tem um papel essencial para que alguns casos cheguem a ser investigados. Cabe ressaltar que os homicídios decorrentes de intervenção policial, os chamados “autos de resistência”³³, são homicídios com autoria conhecida, portanto, a conclusão desses inquéritos precisa seguir metas estipuladas para cada delegacia. Em entrevista à Anistia Internacional, um delegado da Polícia Civil comenta que “se, depois de quatro anos, esses casos ainda não foram concluídos é porque provavelmente a morte não foi provocada em legítima defesa” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p. 68).

Em pesquisa conduzida por Michel Misse observou-se que para os casos de “auto de resistência” ocorridos no Rio de Janeiro em 2005, das 707 vítimas, registradas em 510 registros de ocorrência, apenas 355 tornaram-se inquéritos policiais; o seguimento dos casos até três anos depois revelou que só 19 (2,7%) chegaram a ser levados à Justiça. Desses 19, 16

³³ Vide discussão sobre auto de resistência no capítulo 4.

foram encaminhados ao Ministério Público com pedido de arquivamento. Em apenas três casos (0,4%) o MP apresentou denúncia ao Poder Judiciário. (MISSE, 2013, p. 45 apud ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p. 68).

Desse modo, a cobrança das mães sobre as instituições públicas é um passo essencial para que o caso alcance algum tipo de relevância e seja investigado. Nesse processo, elas revelam a fragmentação das suas interações familiares, fato descrito por Lélia anteriormente e também por Carolina, que informou que o relacionamento com seu companheiro ficou insustentável após a morte de André. Outro aspecto da vida que muda é a relação com o trabalho formal ou informal, que passa a ser recortada pela necessidade de estar presente nas atividades da militância, pelas constantes idas e vindas a órgãos públicos para acompanhar os casos e pelos adoecimentos acumulados pelas mães:

Eu queria muito, eu tenho um desejo grande, uma necessidade de trabalhar. Mas como que eu vou trabalhar e tá nessa luta? Tem as viagens que sempre surgem. A mãe que tá trabalhando não vai ter como se ausentar dois, três dias pra tá numa viagem, pra tá em reuniões, pra tá em mobilizações (Dandara, entrevista individual, 2018).

Porque se eu tiver trabalhando já fica dificultado, porque quando eu trabalhava e aí tinha ato, pra mim não perder, aí eu pedia à patroa lá, “tem como me liberar?”. Aí às vezes era audiência, em vez de marcar tudo num dia só, não, aí marcava hoje, segunda tinha uma, aí tinha outra na quinta-feira, aí tinha que ficar pedindo liberação. Patrão não quer funcionário assim. Aí por fim ela foi e me dispensou. (...) É bom uma faxina, porque hoje eu não tenho nada, então eu faço a faxina hoje, daí se amanhã tem militância, eu já vou militar amanhã tranquila, porque eu sei que não preciso trabalhar. Nem tampouco ficar pedindo a patrão pra eu poder sair cedo pra mim poder ir pra militância, porque poucos entendem a nossa luta. (Carolina, entrevista individual, 2018).

Essa é uma militância exercida nos limites entre as interseções de classe, gênero e raça. São mulheres que além de cuidarem dos filhos que ainda têm, frequentemente com pouca ou nenhuma ajuda dos pais, também enfrentam o esgarçamento das suas relações trabalhistas, culminando na perda de fontes de renda para o sustento da família. O impacto das mortes dos seus filhos desencadeia uma desestruturação econômica sobre famílias já em situação de vulnerabilização social, por serem majoritariamente pobres e negras e moradoras das periferias, empurrando-as para uma pobreza mais profunda.

Suas atuações políticas se desenvolvem em diversos espaços de forma exaustiva ao longo dos anos e são o produto da capacidade das mães de se manterem de pé, na luta, considerando todas as etapas judiciais do processo e, concomitantemente, ainda serem capazes de manter vida cotidiana funcionando. Quando essas mulheres finalmente alcançam o julgamento, este assume o papel de uma vitória que, como analisam Vianna e Farias, “marca

também a força pessoal tecida no tempo, no trabalho de manter acesa a indignação e, ao mesmo tempo, de gerir a vida ordinária, cuidando de si e dos demais, com resiliência” (2011, p. 96).

Nas suas falas, essas mulheres se colocam frontalmente contra a atuação do Estado, que corporifica para elas uma masculinidade violenta (VIANNA; FARIAS, 2011). Elas identificam a ofensiva assassina do Estado sobre seus corpos e dos seus familiares e desenvolvem ferramentas para conseguirem atenção, posicionando-se socialmente do alto de uma maternidade que reúne muitos aspectos da maternidade tradicional, voltada para o lar e para o cuidado com a família, ao mesmo tempo que essa maternidade é exercida no espaço público, da rua. Elas passam, então, a organizar manifestações, repetir os seus relatos em diversas oportunidades, investigar os casos por conta própria, posicionando-se, dessa maneira, contra uma ofensiva necropolítica (MBEMBE, 2016). Para Rocha (2014), elas aprendem a transformar o seu sofrimento em estratégia política para denunciar a violência estatal e as tensões raciais que vivenciam.

Elas repetem que ao exercer sua militância, reproduzem práticas de cuidado que mantêm vivas a sua maternidade e a memória das vidas dos seus filhos. Além disso, essas ações também parecem configurar um processo terapêutico para lidar com o luto, transformado agora em luta, marcada pela reprodução oral das suas histórias.

Pra mim, estar na militância é muito isso, é como se eu pudesse continuar ainda cuidando do meu filho. Eu me sinto assim, cuidando do Luiz. Essa busca por uma justiça vai muito além de querer ver o policial pagar por ter tirado a vida do meu filho (...). Eu tenho que gritar pro mundo, meu filho não tá aqui, ninguém vai falar por ele. Eu sou a mãe dele e nada vai me impedir, não vai ser polícia, ninguém vai me impedir de falar. E foi nisso que eu encontrei forças (Dandara, grupo focal, 2018).

Uma das faces da luta dessas mulheres é carregar a alcunha de “mães de bandido”, repetida insistentemente cada vez que uma delas levanta a sua voz, de modo que uma parte do seu trabalho é fazer um tipo de limpeza da história do seu filho, desmentindo declarações oficiais e reunindo provas de que seus filhos trabalhavam ou estudavam. Essa construção da defesa da memória da vítima é essencial, principalmente, para as que alcançam o julgamento do processo, momento em que frequentemente seus filhos mortos são apresentados como culpados pelas suas próprias mortes perante o júri. A exemplo do que aconteceu com Lélia e Milton, é prática conhecida e recorrente “plantar” armas ou drogas ao lado dos corpos, ou simplesmente alegar que frente à “injusta ameaça” e troca de tiros, a vítima foi assassinada, ainda que por diversas vezes tenham morrido com francos sinais de execução como tiros nas

costas, na nuca, a queima roupa (ARAÚJO, 2007; GRAÇA, 2014; VIANNA; FARIAS, 2011). A tentativa de incriminação dos seus filhos também foi enfrentada por todas as outras mães entrevistadas. Nesse sentido, segundo Marielle Franco (2014, p. 61):

O preconceito e a discriminação, que crescem com a atual ênfase na criminalização da pobreza, ganham predominância na subjetividade coletiva. Tal situação se sobrepõe, inclusive, à própria objetividade das relações sociais. Por exemplo, há uma visão impregnada na sociedade de que os moradores de favelas são, em sua maioria, participantes do varejo das drogas imposto pelo tráfico na comunidade. No entanto, o censo realizado em 2000, organizado pelo IBGE em parceria com instituições locais, mostrou que menos de 1% dos moradores têm envolvimento com o tráfico local. Em outras palavras, dos 132 mil moradores, cerca de 1mil 300 pessoas tinham algum tipo de envolvimento (IBGE, 2000).

Além da produção do mito do “morador de favela, logo bandido”, duas outras categorias frequentemente utilizadas pelo discurso policial são a passagem pelo sistema judiciário/envolvimento com o crime (passagem/envolvimento). O argumento seria que, se já tiver passado em algum momento pelo sistema de justiça ou tiver tido qualquer envolvimento com atos ilícitos, a vítima seria sempre, e invariavelmente, a culpada pela própria morte. Esse fato produz mães e familiares que vivem uma interdição do seu luto, como se precisassem sofrer calados, e que, ainda, não possuiriam legitimidade para exigir investigação para os homicídios dos seus filhos.

Porque dizem que somente nas favelas que tem venda das drogas, quando não é verdade. Aí eles vêm com isso de combate, “que tem que entrar nas favelas pra combater o tráfico”, “que na favela é que estão os traficantes, que o problema da favela é esse”. O problema não é esse! Como que essas armas chegam dentro das favelas? Como que chegam carregamentos de droga dentro das favelas? O menino que tá ali que cresceu, que começou a portar uma arma, ele não tem nem noção da arma que ele tá segurando, como ela chegou ali! Uma coisa que me incomoda muito, porque eu acho que essas mães que têm os seus filhos assassinados, filhos que tiveram uma passagem pelo sistema, ou que era varejista³⁴, essas mães, elas acreditam que elas não podem chorar, que elas não podem lutar, que elas não têm direito! E muitas vezes esse garoto varejista, ele foi assassinado também, porque muitas vezes ele já tava desarmado, imobilizado, rendido... e foi assassinado. Aí essa mesma comunidade, por saber que ele tinha envolvimento, que ele era do tráfico, ela vai achar que vai ter sempre essa desculpa. (...) enquanto tiver esse discurso de que o envolvido pode ser preso, pode ser morto, eles vão entrar e vão matar todo mundo, independente de envolvimento ou não. Então a gente tem que mais que depressa, a gente tem que jogar isso por terra (Dandara, para o grupo focal, 2018).

Para Carolina, cujo filho já havia sido preso em ocasião anterior à da sua morte, a entrada na luta foi ainda mais difícil, tendo sido desencorajada por diversas vezes. Ela conta

³⁴ Termo utilizado para se referir aos vendedores de droga diretamente para os consumidores.

que chegou a ouvir de vizinhos “vai lutar por quê, sua filha da puta? se ele era envolvido?”, mas relata que sua militância é também para encorajar outras mulheres:

Se ele foi abordado e depois da abordagem ser morto, então aquela mãe ali tem que tá sim na luta, sim. Ela tem que lutar por aquele filho, não é porque tava traficando, que ele foi morto traficando, que ela tem que deixar pra lá. Se foi morto roubando, não é que ela tem que deixar pra lá, desde o momento que ele foi morto roubando mas ele já tava rendido, não tem porque tá... que matar ele, se ele tá rendido, tá com a mão pro alto, porque é que tá matando? Então a gente vê muito caso disso, que ele já rendido, foi morto, mas tava roubando, aí a mãe não cai na luta, não entra na justiça porque o filho dela tava roubando (Carolina, entrevista individual, 2018).

Para Araújo, as mães que não querem ou não conseguem migrar para a militância e que seguem em silêncio frente às suas perdas o fazem muito como uma resposta à estigmatização e à sua reificação ao papel de “mães de bandido”. Ele afirma que “o silêncio vem da angústia de não ser escutado, de se expor a mal-entendidos, de ser criminalizado e punido pelo que se diz” (ARAÚJO, 2007, p. 20). O medo de estar na militância pode vir mais tardiamente. Luiza e Lélia me relataram que, avaliando em retrospecto e conhecendo mais a realidade em que estão inseridas, talvez hoje não tivessem tanta coragem de levar suas denúncias adiante como fizeram no passado. Revelam um medo permanente de represálias ou mesmo do seu próprio assassinato:

E no caminho de eu ir pra igreja, eles ficam na rua no caminho que eu volto, entendeu? Aí sempre procuro ir com a minha irmã, primeiro eu ia sozinha, mas agora eu procuro sempre tá com alguém assim junto pra eu não ficar sozinha. (...) É porque eu moro ainda numa comunidade, aí eles (seus filhos) ficam com medo também, deles (a polícia/milícia) me ameaçar, deles tentar fazer alguma coisa comigo (Luiza, entrevista individual, 2018).

Nesse período eu dei muitas entrevistas, eu acusei o BOPE, eu falei o nome deles. Hoje eu tenho medo, tá? Hoje eu tenho medo. Às vezes, quando eu vejo um carro muito filmado, que passa por mim, se ele não tiver com uma velocidade boa, eu fico desconfiada (Lélia, entrevista individual, 2018).

A militância surge também como uma ferramenta para apaziguar parte do sofrimento que essas mães afirmam só poder ser experimentado por outra mãe na mesma situação. A luta em grupo e a possibilidade de ajudar outras mulheres em situação similar parece ressignificar as suas vidas, num processo de construção de resistência frente à desumanização a que são continuamente submetidas. Dessa forma, a militância dessas mães é também um meio para a recuperação da sua agência, conferindo um novo propósito para as suas existências. Esse encontro de um novo propósito também foi relatado por Bailey *et al.* (2013) em sua

investigação realizada com mães negras no Canadá, majoritariamente de origem caribenha e pobres, que resignificaram as suas vidas por meio do ativismo político.

Luiza conta sobre como sentir-se útil e poder ajudar outras mães em situação parecida com a sua é parte central da sua militância:

Porque o nosso objetivo não é só a gente fazer pra nós mesmos, mas sim pra ajudar outros, porque tem tantas pessoas aí que precisa de ajuda, que precisa que realmente você venha ajudar. Tu ter um pouco da tua experiência pra poder você ensinar a pessoa como a pessoa deve fazer (Luiza, entrevista individual, 2018).

Para as mães entrevistadas, a sua luta por justiça é entendida para além da prisão dos envolvidos nas mortes dos seus filhos. Elas reivindicam também medidas de reparação pública frente à violência a que foram submetidas. Reiteram que reparações materiais não serão suficientes para suprir os danos que sofreram e tampouco vão lhes devolver a alegria do convívio com seus filhos, mas que frente à destruturação financeira que passaram a enfrentar, elas exigem que o Estado lhes forneça as indenizações devidas. Além disso, a reparação tanto financeira quanto por meio da declaração pública de responsabilidade é algo que buscam como uma forma de reconhecimento da legitimidade da sua luta frente à forma como o Estado e a mídia lidam com as suas existências negras, pobres e periféricas. Entretanto, pelo fato de os processos se arrastarem por longos anos, diversas mães morrem antes de ver qualquer desfecho, de alcançarem o ponto final dessa luta, representada por punição, reparação e/ou reconhecimento públicos da culpa.

Eu nem sei o que que eles vão dar de reparação porque reparação nenhuma vai trazer meu filho de volta. Reparação nenhuma vai pagar o que eles fizeram com meu filho. E eu queria era ter meu filho, não queria ter reparação, não queria estar na justiça. Só que infelizmente, eles preferiram tá nessa causa da justiça, tá envolvido nesse processo, do que prender, se tivesse prendido eu hoje, eu teria um momento de ter, de tá conversando com meu filho. Teria meu momento de ir visitar, de conversar com ele, de esperar a saída dele. E hoje eu não tenho. No início eu queria era mais por justiça, a minha intenção não era a indenização, era mais pra poder não ficar impune a morte dele. Mas como as coisas ficou difícil pra mim agora, porque quem me ajudava era ele e os outros irmãos, e cada dia tá ficando mais difícil ainda pra mim, porque eu tenho os outros pequenos pra sustentar, né. Apesar que eu me viro, mas eu tenho os outros pequenos. (Carolina, entrevista individual, 2018).

Não tem dinheiro que pague, mas eles tinham obrigação de fazer alguma coisa, tentando (me) ajudar, porque o meu filho é que me ajudava, e hoje em dia eu não tenho essa ajuda. Agora na saúde, alguma coisa assim que pudesse ajudar as mães, um local para as mães poder exercitar o seu corpo. Um espaço que tivesse algumas coisas assim de lazer. (Luíza, entrevista individual, 2018).

Para Carolina, a impunidade é um fator diretamente ligado à repetição de casos similares ao seu. Ela segue argumentando que a sua luta por justiça é também uma luta contra a impunidade, mas que a observação das repetições dos casos a desanima:

Queria que eles pagassem pelo erro deles, porque aí ia saber que não era pra tá fazendo isso com outras pessoas, mas sendo que é meio difícil, quanto mais prende, mais eles faz. E aí quantas mães chorando de novo depois da morte do seu filho? Então não adianta nada a gente querer pedir justiça porque vão prender, depois os cara solta, começa a matar de novo. Então de que que adianta? Se expulsar vai virar miliciano. Aí que vai matar com toda força, né? Às vezes a gente se sente inútil, porque tá lutando, tá lutando, tá lutando e vê essas coisas acontecendo (Carolina, entrevista individual, 2018).

Dessa forma, um outro fator que apareceu nas falas de três das quatro entrevistadas foi o desejo de, terminado o processo de luta em que estão inseridas, poder mudar de residência, ir embora dos seus bairros ou da cidade e começar uma nova vida. Por vezes, como no caso de Lélia, de seguir sozinha, como se, de certa forma, ela não se encaixasse mais na realidade que lhe cerca:

E eu quero sair da favela, eu pretendo sair da favela. Mas aí ao mesmo tempo que eu quero ir embora, eu fico com medo de os outros ficar largado aqui. Porque nem todos eles quer ir. (Carolina, entrevista individual, 2018).

Então, resolvendo esse problema do Milton, eu quero ir embora. Eu quero ir prum lugar assim, onde eu more num lugar (no) mato. Eu, eu quero ficar num lugar assim, onde eu possa ficar sem ver gente, sem ter contato com as pessoas quando eu quiser, porque morando aonde eu moro, eu tenho que ter contato com todo mundo, todo tempo. Eu não tenho nunca um tempo assim pra eu dizer “hoje eu não quero sair de casa, hoje eu não vou fazer...” ficar só mim, só comigo. Eu não tenho como ter. (Lélia, entrevista individual, 2018).

Às vezes, eu também tenho vontade de ir embora dali, mas eu não tenho vontade de sair de uma comunidade pra ir pra outra. Eu não penso em sair de uma favela pra outra. Se eu saísse, eu queria sair pra um lugar melhor. (Luiza, entrevista individual, 2018).

Percebe-se uma solidão nas falas das mães, além da fragilização das relações familiares, uma solidão que parece vir de uma incapacidade de compreensão da sua dor por outras pessoas, o que enfraquece seus vínculos familiares, afetivos e de trabalho. Também por esse motivo, a existência e a possibilidade de trocas no movimento social parecem aplacar um pouco da dor da sensação de estar só no mundo. Essa solidão também foi observada por Bussinger e Novo (2008) em pesquisa que investigou a organização de mães numa associação que luta por justiça pelos homicídios dos seus filhos em Vitória, Espírito Santo: “Uma vez integradas no grupo, as mães começam a construir relações de solidariedade, calcadas no reconhecimento

mútuo. Mais do que uma bandeira de luta por justiça, a Associação tem a função de reunir pessoas outrora isoladas e incompreendidas” (BUSSINGER; NOVO, 2008, p. 116).

Rocha denomina *Sufferance Acceptance*, aqui traduzida como Aceitação do Sofrimento, a capacidade de suportar a dor e a angústia depois da morte de entes queridos num contexto em que a vergonha e a culpa duelam contra as suas forças para recuperar a rotina em suas vidas (ROCHA, 2014, p. 155). Esse desejo de partir, de ir embora, parece delinear um horizonte em que estarão novamente livres das acusações e da impunidade que lhes impediram de viver seu luto e seguir em frente. Cabe ressaltar que essa luta é travada no seio de uma militância esmagadoramente negra e feminina, que tem que combater diariamente o racismo frente a um imaginário social e a uma reação conservadora que reiteram os estigmas e estereótipos que desvalorizam socialmente as mulheres negras.

Ainda segundo Rocha (2014), as mães negras são as principais responsáveis pela manutenção das vidas negras na realidade da diáspora africana anti-negritude. Como apontado por Audre Lorde, “Não era para termos sobrevivido” (LORDE, 1984 *apud* ROCHA, 2014, p. 192, tradução livre), mas mães negras criaram as estratégias de sobrevivência.

Os impactos da violência sobre mulheres negras, que seguem sendo as vítimas preferenciais de diversos tipos de violência urbana no Brasil e, nos casos estudados nessa pesquisa, no Rio de Janeiro, seguem invisibilizados e, habitualmente, a raça não assume papel central nas análises sobre violência (ROCHA, 2012). Para as mães entrevistadas, a raça foi um dos componentes principais do enredo da morte dos seus filhos, ainda que ela não fosse verbalizada por todas elas:

Quando eu entrei na luta, quando a gente começa, a gente tem acesso a muita informação, foi aí que eu comecei a perceber, porque às vezes a gente vê uma notícia de jornal aqui, outra ali, a gente não percebe, mas quando a gente vai pros grupos e a gente se olha e as mães são negras, as mulheres que tão tendo seus filhos assassinados são mulheres pretas, mulheres pobres. Às vezes tem uma minoria de mães brancas, mas acabam nesse mesmo contexto porque são pobres, são moradoras de favela e de periferia (Dandara, grupo focal, 2018).

Dessa forma, o papel que a militância parece exercer sobre a vida dessas mulheres é de um despertar para as questões subjacentes ao assassinato de seus filhos. De modo orgânico, elas encontram em seus pares o espaço para falarem de suas dores e de suas lutas, em uma fusão de terapia e política de potencial revolucionário. Essas mães assumem, simbolicamente, um lugar de resistência de toda a comunidade negra. Para Smith (2016), se enquanto política transnacional a necropolítica antinegritude busca como resultado exterminar corpos negros,

então, a maternidade negra é a antítese deste processo, dada a sua inerente função de reprodução e preservação das vidas negras.

6.2 O adoecimento das mães como face do genocídio da população negra

O adoecimento é uma realidade recorrente entre os sobreviventes de homicídio. Em levantamento bibliográfico sobre os impactos da perda de um familiar para o homicídio, observa-se o surgimento de sinais, sintomas e diagnósticos acumulados após a perda entre diversos membros da família (BAILEY *et al.*, 2013; CONNOLLY; GORDON, 2014; SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006; TUCK *et al.*, 2012). Assim como na literatura, as mães ouvidas para a elaboração desta dissertação relataram adoecimentos, principalmente do tipo psicopatológico. Por se tratar de um estudo qualitativo, não fazia parte do desenho desta pesquisa utilizar escalas para mensurar transtornos específicos, tampouco os achados aqui obtidos são estatisticamente representativos de todo o grupo de sobreviventes do homicídio de seus filhos. Entretanto, os resultados corroboram com o descrito na literatura e optamos também por fazer uma discussão sobre esses adoecimentos sob uma perspectiva dos impactos do racismo sobre a saúde de mulheres negras.

Todas as entrevistadas referem algum grau de tristeza e/ou angústia que as acompanha de forma intermitente desde a perda dos filhos. Dandara conta que algumas vezes esse sentimento é incapacitante: “tem aqueles momentos de tristeza, aqueles dias que eu não consigo nem sair da cama, uma angústia assim que às vezes a lágrima escorre do nada”. Luiza foi diagnosticada com depressão, que ela trata com o auxílio de psicoterapia, mas a doença oscila entre períodos de piora e melhora dos sintomas. Lélia também teve diagnóstico de depressão à época da morte do seu filho e mantém acompanhamento psicoterápico. Carolina segue sem acompanhamento psicológico atualmente, apesar de também ter sido diagnosticada com depressão após a morte do seu filho e apresentar retorno eventual dos sintomas. A intersecção da sua condição de mãe de vítima de homicídio com a pobreza a impede de continuar se tratando. Ela não possui recursos para pagar o transporte para chegar ao serviço de psicologia onde conseguiu atendimento gratuito no centro da cidade. Além do diagnóstico de depressão depois da morte de André, ela teve também o de síndrome do pânico.

Habitualmente, as mães que se engajam nessa militância usam os termos “queda”/ “cair” como sinônimos de depressão. Elas denominam “queda” o fato de uma mãe sucumbir à

depressão ou à tristeza, ficando assim impossibilitada de seguir na luta. Como um contraponto, a categoria “levantar” se refere ao retorno ou entrada na luta após um período de depressão.

Quando a gente se levanta a gente percebe que a gente tem força e dá maior orgulho e isso que vai dando força também pra gente. A minha preocupação hoje mesmo é com a saúde, porque a gente tem visto muitas mães morrendo, muitas mães adoecendo, é preciso ter saúde pra poder seguir nessa caminhada. (Dandara, grupo focal, 2018).

O movimento é bom porque é uma levantando a outra. (Carolina, grupo focal, 2018).

Com esse intuito, elas organizam um tipo de ação que se aproxima da filosofia africana que tem no Ubuntu – Eu sou porque nós somos – um imperativo para o reconhecimento da humanidade do outro e o exercício da solidariedade. Esta última está presente também numa frase que é um lema repetido em diversos eventos e encontros do feminismo negro e incorporada nas falas das mães: “uma sobe e puxa a outra”, sinalizando que há um movimento de solidariedade que age de forma terapêutica mantendo as mães de pé e lutando para afastá-las da depressão incapacitante.

Então, no grupo, a gente encontra isso. Uma vez eu tava lá triste, chorando lá sozinha, aí a Dandara pegou e falou assim: “Alguém por aí, eu tô tão sozinha aqui, eu tô triste, alguém pra conversar?”. Aí a gente começou a conversar e a gente ficou até quase duas horas da manhã conversando. (Lélia, entrevista individual, 2018).

Para Bussinger e Novo, esse compartilhamento de angústias e tristezas é a forma de construir solidariedade a partir da dor, o que permite que as mães exerçam o acolhimento e o conforto umas das outras, “potencializando-as na busca de justiça, não só para o seu caso pessoal, mas também numa dimensão coletiva de alteração de uma realidade de injustiça e desigualdade” (2008, p. 119).

Em revisão sistemática da literatura sobre co-vítimas/sobreviventes de homicídio, Connolly e Gordon (2014) elencam adoecimentos variados de ordem psicopatológica sendo a angústia, a depressão e sintomas de estresse pós-traumático os mais recorrentes. A prevalência de transtornos mentais é conhecidamente maior entre pessoas não-brancas do que entre pessoas brancas no Brasil, levando a um acúmulo racialmente desproporcional de anos perdidos para a incapacidade (SMOLEN; ARAÚJO, 2017). Dessa forma, a violência a que pessoas negras, em especial mulheres negras, estão submetidas no contexto do genocídio praticado contra a população afrodescendente no país é central para a gênese da sua doença

mental. Para Vargas (2010), a morte prematura por doenças preveníveis, os assassinatos aumentados em comunidades negras, os altos e persistentes índices de desemprego e a incidência (desproporcionalmente aumentada) de HIV/Aids são faces desse genocídio. O racismo por si só, apenas pelo que impõe de desumanização, já possui um efeito adoecedor (FANON, 2008). Enfrentar a perda de um filho em situação de violência, contando com pouco ou nenhum apoio social e ainda, ao contrário, se deparar com a criminalização das suas próprias existências, tendo inclusive que provar que seu filho merecia viver, consiste em conjunto em um processo que quase invariavelmente levará essas mulheres a algum tipo de adoecimento físico ou mental.

Em alguns casos, as doenças apresentadas por familiares são prontamente relacionadas à perda do filho, principalmente quando são diagnósticos psicopatológicos; em outros, especialmente com as doenças crônicas, a correlação se faz de forma menos direta. Luíza relatou que observou uma deterioração da sua saúde, passando a apresentar hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus. Lélia informa que observou a piora do seu quadro de hipertensão arterial sistêmica, também agravada pela piora da sua aderência medicamentosa após a perda do filho, além do surgimento de gastrite, dermatite seborreica e manutenção de uma exacerbação inflamatória da artrite reumatoide há três anos. Dandara correlaciona a morte do seu filho à rápida deterioração mental da sua avó, que era portadora de Alzheimer em estágio inicial e que, após a perda do bisneto, passou a vivenciar um quadro de tristeza que parece ter acelerado a progressão do seu processo demencial. O surgimento ou agravamento de doenças crônicas entre sobreviventes de homicídio foi documentada em alguns estudos levantados (CONNOLLY; GORDON, 2014; ALARCÃO; CARVALHO; PELLOSO, 2008; DA COSTA, 2015).

O adoecimento também acomete outros familiares. Dandara contou que sua filha mais nova passou a precisar de acompanhamento psicoterápico regular para tratar o trauma pela perda do irmão e Lélia relatou que seu neto mudou seu comportamento após a perda do tio:

O meu neto era muito ligado ao Milton, quando vai chegar a época do aniversário do Milton, ele já fica triste. Tem um doce que ele não come mais porque o Milton falou que ia voltar pra comer com ele e não voltou. Ele diz que o Milton ia voltar pra soltar pipa com ele e não voltou. Ele não solta mais pipa. É muito triste ver uma criança de 10 anos falar isso. A professora chamou a minha filha na escola porque todas as vezes que fala de família na sala de aula ele chora. (Lélia, entrevista individual, 2018).

As mudanças de comportamento apresentadas pelo neto de Lélia correlacionam-se com o descrito na literatura, que aponta que crianças e adolescentes que perderam um familiar

para o homicídio podem manifestar sua angústia tanto por meio de externalização quanto pela internalização de comportamentos. A externalização pode se dar pela má adaptação a outras pessoas ou situações e a internalização pode se dar pelo distanciamento emocional em relação aos outros e a redução ou abandono de atividades que previamente geravam prazer (CONNOLLY; GORDON, 2014, p. 498)

Todas as quatro mães entrevistadas relataram o surgimento de insônia após a perda dos seus filhos. Outro dado que se repetiu entre todas as mães foi o surgimento de episódios de lapsos de memória e esquecimento completo de certos eventos, fato que impacta suas vidas cotidianamente. Esses achados correlacionam-se com o encontrado na revisão da literatura sobre o tema (ALARCÃO; CARVALHO; PELLOSO, 2008; CONNOLLY; GORDON, 2014):

Eu falei que eu tava sentindo, principalmente a minha memória, que fica muito fraca. Às vezes eu tô conversando, eu já esqueço do que eu tava falando. Não era assim, não era assim antes da morte do Luiz. (Dandara, entrevista individual, 2018).

Agora, minha filha... não guardo feição, não guardo mais nada, não tenho assim uma boa memória de gravar nada. Agora recentemente que eu gravei o número do meu celular. (Carolina, entrevista individual, 2018).

A minha (memória) foi embora completamente. Hoje eu fiquei olhando no celular eu não sei nem quantas vezes pra eu confirmar que dia a gente ia se encontrar, porque eu já tinha esquecido que dia que a gente ia se encontrar (...) mas as coisas que me marcaram muito nesse dia (da morte do filho), são coisas que não saem da minha cabeça (Lélia, entrevista individual, 2018).

Ao mesmo tempo, as memórias do filho perdido e dos eventos ocorridos no entorno da sua morte seguem vivas, às vezes como pensamentos intrusivos dos quais elas parecem não conseguir se desvencilhar:

Porque no princípio eu pensava que eu não ia ficar pensando muito, sabe? Não ia ficar martirizando muito, que eu com tempo ia esquecer esses problemas meu. Mas nada disso. Não aconteceu e isso que a gente pensa é tudo mentira, da gente dizer que a gente vai esquecer. Porque cada dia que se passa a gente lembra mais dos nossos filhos, a dor piora mais, entendeu? Uma hora você tá bem, você tá muito bem, você tá contente, tá feliz da vida, parece que nada tá acontecendo... mas tem hora que você se levanta e você fica abafada, parece que você vai morrer, entendeu? (Luiza, entrevista individual, 2018).

Memórias recorrentes, intrusivas e debilitantes são uma parte do elenco de sinais e sintomas que, juntamente com a reatividade fisiológica ao terror de reviver o acontecimento por meio de flashbacks, a sensação de isolamento, a limitação da capacidade afetiva, entre outros sintomas, quando vividos de forma persistente, compõem o conjunto de critérios

usados para diagnosticar o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Esse transtorno foi descrito para explicar as vivências de pessoas que experimentaram diretamente situações violentas, como é o caso de soldados em guerra, mas que são retiradas do ambiente em que o trauma foi vivido e o revivem, *a posteriori*, já fora da situação de risco, no contexto do retorno à sua rotina. As mães entrevistadas nesta pesquisa elencaram diversos sinais e sintomas que poderiam sugerir um diagnóstico de TEPT – palpitações, memórias intrusivas e debilitantes, sensação de isolamento, encurtamento do futuro, entre outros –, entretanto, há um fator que diferencia suas realidades da realidade dos que retornaram de guerras: elas continuam inseridas no território onde a guerra é travada e seguem vendo meninos parecidos com os seus filhos tombarem mortos frente à violência constante dos territórios em que vivem, como sintetiza Carolina sobre sua realidade:

Eu tava falando com minha vizinha, a gente não sabe mais o que faz, se trabalha, se rouba, se você rouba tá morrendo, se tá trabalhando, tu é morto, vai fazer o quê agora? Semana passada eu perdi meu sobrinho, mataram o meu sobrinho, ele tava todo feliz trabalhando com o pai, não tava trabalhando de carteira assinada, mas tava na firma. Se você trabalha, tu morre, se tu rouba tu morre, vai fazer o quê da vida? Quer que a gente faça o quê? Pra onde a gente corre? Tá muito difícil e a tendência é só piorar, vamo se preparar porque a tendência é só piorar (Carolina, grupo focal, 2018).

Esse fato potencializa o luto prolongado e o sofrimento dessas mães que permanecem vendo casos parecidos com os seus se repetindo e são obrigadas a “reviver” diversas vezes, na realidade material das suas vidas, o enredo das violências a que foram submetidas. De certo modo, a realidade nas favelas do Rio de Janeiro, frente a uma existência impositivamente militarizada, se aproxima mais da realidade palestina do que da de soldados estadunidenses voltando da Guerra do Vietnã, como era o caso dos primeiros estudos sobre TEPT. A Palestina tem alguns dos maiores índices de doença mental do mundo. Em estudo realizado por Marie *et al.* (2016) foi encontrada uma prevalência de 23,2% de TEPT para aquela população, e os territórios palestinos apresentam os maiores índices de depressão do Oriente Médio. Entretanto, em entrevista (GOLDHILL, 2019), a chefe da pasta de saúde mental do ministério da saúde palestino, Samah Jabr, duvida dessas estatísticas por questionar a metodologia empregada. Para ela, o que está sendo diagnosticado como depressão é um sofrimento como resposta a um contexto social adoecido pela violência. A suposta resposta emocional anormal seria, de fato, uma reação normal a um contexto social patogênico. Para ela, as definições clínicas de TEPT também não se aplicam à realidade palestina, uma vez que “o diagnóstico de TEPT descreve melhor as experiências de um soldado americano que vai

bombardear o Iraque e depois volta para a segurança do seu país” (JABR *apud* GOLDHILL, 2019, s.p., tradução livre), onde os pesadelos e medos dessas pessoas são imaginários. Ela assevera que, ao contrário, para um palestino que reside em Gaza, cuja casa foi bombardeada, sofrer um novo bombardeio é um medo bastante real e não imaginário.

O TEPT é definido como a mais severa reação humana a eventos traumáticos (AL-NASER; EVERLY, 1999). Em estudo de Luz *et al.* (2016) que investigou as realidades do Rio de Janeiro e São Paulo, estimou-se um risco condicional de desenvolvimento de TEPT, que é o risco de desenvolver TEPT após a exposição a eventos traumáticos, entre a população urbana brasileira na ordem de 11,1%. Outro estudo realizado no setor psiquiátrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro estimou uma prevalência da condição entre doentes psiquiátricos em 20,5%, porém apenas 2,4% tinham esse diagnóstico (DA SILVA *et al.*, 2018). Dessa forma, a produção atual sobre exposição ao trauma e desenvolvimento de transtorno de ansiedade e estresse incapacitante indica que o TEPT possui uma prevalência maior do que o que é atualmente diagnosticado no país.

Entretanto, é preciso localizar os saberes (HARAWAY, 1995) produzidos sobre o TEPT. Utilizar o transtorno como recurso diagnóstico transplantando-o em realidades absolutamente diferentes daquela para a qual ele foi criado pode acabar por invisibilizar a patologia social que se esconde por trás de sintomas de pessoas que moram em territórios onde a violência se dá de forma contínua, como em diversos espaços favelizados e periferias do Rio de Janeiro.

A exemplo disso, tomando-se o período em que a pesquisa de campo foi realizada, durante o ano de 2018, o estado do Rio de Janeiro encontrava-se sob a vigência da chamada Garantia da Lei e da Ordem (GLO)³⁵ e a segurança pública do estado estava sob a responsabilidade da Intervenção Militar Federal (IMF). Como resultado desse período, o Observatório da Intervenção elaborou um relatório elencando dados que indicam que a letalidade violenta continua matando cerca de seis mil pessoas por ano no estado do Rio de Janeiro; entretanto, durante a vigência da IMF, as mortes por intervenção de agentes do Estado tiveram um valor 33,6% maior do que o contabilizado em 2017 no mesmo período (OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO, 2019, p. 5). Cabe ressaltar que a maioria dessas mortes acontece nas favelas, que também é o território preferencial das operações militares:

³⁵ Realizadas exclusivamente por ordem expressa da Presidência da República, as missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ocorrem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem. Reguladas pela Constituição Federal, em seu artigo 142, pela Lei Complementar 97, de 1999, e pelo Decreto 3897, de 2001, as operações de GLO concedem provisoriamente aos militares a faculdade de atuar com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade (BRASIL, 2019b).

“Foram 711 operações e 221 ações de patrulhamento monitoradas, que impactaram 296 locais do Rio de Janeiro. Algumas áreas foram particularmente focalizadas pelas ações de segurança pública durante a intervenção, em especial as favelas da capital” (OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO, 2019, p. 9). Nesse sentido, muitas pessoas que experimentam eventos traumáticos em territórios favelizados do Rio de Janeiro, inclusive todas as participantes desta pesquisa, continuam inseridas no próprio ambiente e realidade que desencadeiam o efeito estressor, o que agrava a sua ansiedade e sobrepõe os sinais e sintomas que surgem como resposta a um trauma passado com os que surgem como resposta à exposição cotidiana a eventos similares.

Durante a fase de grupo focal desse estudo, uma quinta mãe participou da pesquisa. Tereza, como a chamaremos aqui, é uma mulher branca, incluída no grupo focal por indicação de outra mãe porque também havia perdido seu filho, Antônio, vítima de homicídio. Ela relata que antes do assassinato de Antônio ela “nunca tinha tido nada, nem uma dor de cabeça”. Desde então, Tereza passou a apresentar agravos em sua saúde de intensidade incapacitante, surgidos, segundo ela, em decorrência do sofrimento que essa perda lhe causou.

Eu perdi a minha saúde, eu tinha saúde. Eu tinha condições, eu tinha saúde. Mas eu não tenho dinheiro, eu não posso trabalhar, meu filho trabalhava. Esse mês vou de novo pra uma perícia pra ver se consigo o INSS (...). Tudo isso me envergonha, hoje tô com esse corpo, gorda, nenhuma roupa cabe, acabou minha autoestima. É mole? Você hoje tem um corpo, amanhã você acorda com um corpo que não é seu. (Tereza, para o grupo focal, 2018).

O depoimento de Tereza revela um aspecto recorrente nas falas dessas mães ao se referirem ao tratamento das doenças surgidas ou intensificadas após a morte de seus filhos: a ineficiência terapêutica das medidas prescritas:

Eu não desejo isso que eu passo pra ninguém. Eu tomo diversos remédios pra dormir e passo as noites em claro. Eu tenho dores no corpo inteiro, nas articulações, ele falou que é fibromialgia. (...) Eu tomo remédio pra memória, hipertensão, dores nos ossos, para as vistas. (...) Fui na doutora, que me passou um medicamento que não resolveu nada. (Tereza, para o grupo focal, 2018).

A intensidade da perda de Antônio para Tereza se reflete em um estado de sofrimento físico e mental intenso. Por vezes, a rememoração de eventos traumáticos como a perda de um familiar de forma violenta pode funcionar como uma espécie de gatilho para desencadear uma piora nos sintomas de doenças já estabelecidas. Dessa forma, conforme exposto no capítulo 1, item 1.6, sobre aspectos éticos, optamos por excluí-la da fase de entrevistas individuais, de forma a preservá-la do sofrimento desse depoimento. Seus adoecimentos, apesar de não terem

sido aprofundados, corroboram os relatos das outras entrevistadas e sua contribuição para esse trabalho nos coloca em face do limite ético de acessar essas mães como sujeitos de pesquisa.

Enquanto vivem o seu luto, não raro as mães militantes enfrentam a estigmatização que lhes imputa o título de “mães de bandido”. A perda de um filho em situação de violência, especialmente em um contexto que gera pouca comoção ou solidariedade da opinião pública, impõe sobre essas mães um luto interrompido, suprimido, abafado. Em artigo que aborda a realidade de uma mãe negra norte-americana que perdeu seu filho vítima de homicídio, Piazza-Bonin *et al.* (2015) discutem o que denominam de *disenfranchised grief*, que poderia ser traduzido como um luto sem direitos, que ocorre quando a perda não pode ser abertamente reconhecida, publicamente lamentada ou não tem apoio da sociedade no seu entorno. É o que ocorre quando a comunidade deslegitima o luto das mães cujos filhos tinham envolvimento com o crime, ou mesmo quando a opinião pública aceita a criminalização da vítima como um fato e culpa a mãe pelos acontecimentos que desencadearam a morte do seu filho, fato que acontece com frequência desproporcionalmente aumentada sobre as mulheres negras. Carolina reitera que há mães que não lutam contra as arbitrariedades que levaram seus filhos à morte por acreditarem que seu sofrimento não é legítimo e que a morte dos seus filhos estaria de alguma forma justificada:

Se foi morto roubando, não é que ela tem que deixar pra lá, desde o momento que ele foi morto roubando mas ele já tava rendido, não tem porque matar ele, se ele tá rendido, tá com a mão pro alto, porque é que tá matando? Então a gente vê muito caso disso, que ele já rendido, foi morto, mas tava roubando, aí a mãe não cai na luta, não entra na justiça porque o filho dela tava roubando. (Carolina, entrevista individual, 2018).

Por outro lado, o processo de luto pode ocupar outro local na vida dos sobreviventes de homicídio, tornando-se prolongado e mais intenso que o observado após mortes não violentas. Esse adiamento de um sofrimento pleno ou mesmo a perpetuação de um estado prolongado de luto se dá principalmente pelo envolvimento dos familiares com procedimentos judiciais e pela expectativa constante da resolução do caso para poderem ter um fechamento do seu ciclo de luta. Isso pode ser observado na fala de Lélia, que aguarda a resolução judicial do caso do seu filho para poder seguir em frente:

Eu acredito que quando eu ver esses homens saindo de lá condenados, eu queria esquecer o dia 28. Eu quero, eu quero pensar no Milton como se ele tivesse ido fazer uma grande viagem. (Lélia, entrevista individual, 2018).

Para Butler (2004), o luto consiste num processo tanto individual quanto social. A perda inaugura o surgimento de um novo “eu” que passa a existir sem um “você”, de modo que, para além da solidão pessoal, o luto é experimentado no exercício das relações interpessoais e comunitárias. No caso das famílias de vítimas de homicídio que se encontram aguardando a resolução judicial do caso, o luto pode ser experimentado como um processo sem fim por não acreditarem que foi feita justiça (MCGOLDRICK, 1998), o que modifica os laços familiares e tem profundo impacto sobre as relações interpessoais.

Esse processo de luto e tristeza prolongados pode ter como resultado a própria morte da mãe, que sucumbe à depressão e à melancolia. No Rio de Janeiro, dois casos de mães que morreram após seus filhos terem sido assassinados por agentes do Estado, cujas famílias reclamam o diagnóstico de tristeza como causa das suas mortes, ganharam visibilidade midiática: o de Jozelita de Souza, mãe do menino Roberto, assassinado por PMs junto com outros cinco amigos na Chacina do Costa Barros, e o de Janaína Soares, que presenciou a morte do próprio filho, Christian, à época com treze anos, depois de ter sido baleado por um policial na favela de Mangueiras enquanto jogava bola.

Jozelita foi descrita pela família, segundo reportagem do Jornal Extra (BRISO, 2016), como uma mulher saudável e animada que sucumbiu à tristeza frente à perda do seu filho e à impunidade dos policiais envolvidos no caso, que foram libertados após prisão preventiva e seguiram trabalhando na PM. Ela parou de se alimentar, desenvolveu anemia e foi acometida por uma pneumonia que lhe abreviou a vida. Para a sua família, sua morte foi um resultado da tristeza que se abateu sobre ela.

Janaína faleceu em novembro de 2018, quando aguardava há três anos a resolução da investigação da morte do seu filho. Ela seria uma das entrevistadas para a construção desta dissertação, vínhamos nos falando e tentando agendar um dia para a entrevista. Nesse período, as incursões policiais na favela onde Janaína morava vinham sendo cada vez mais frequentes, o que se correlacionou com o aumento do número de operações policiais durante a Intervenção Militar Federal no Rio de Janeiro no período. Um dia, em uma das nossas conversas, Janaína me contou que estava ansiosa pois havia visto um menino ser assassinado na porta da sua casa. Tentei acalmá-la e marcar para tentar ajudá-la a acessar algum serviço de apoio psicoterápico, mas não chegamos a ter tempo de conversar fora das redes sociais. Dias depois recebi a notícia da morte de Janaína pelo grupo virtual que reunia as mães militantes que aceitaram participar desta dissertação. A família de Janaína também afirma que ela morreu de tristeza (PRADO; TELES, 2018).

6.3 O papel das redes de apoio social no enfrentamento da perda

Os impactos do homicídio sobre as mães podem ser enfrentados de diversas formas. Elas relatam ter recorrido à família, religião, militância, amigos, comunidade/vizinhança e apoio médico/psicológico. Luíza, Carolina e Lélia recorreram à religiosidade como meio para ressignificar a perda, encontrar um propósito, ou mesmo como uma forma de alívio vinda da crença na justiça divina quando em face do desânimo frente à burocracia ou impunidade institucionais. A escolha pela via da religiosidade reflete a visão de mundo e as crenças prévias de cada uma delas; o fato de se tratar de uma morte não natural, que suscita incompreensão e revolta, faz da religião uma via possível para mitigar parte do sofrimento experimentado por elas.

E assim, eu sei que tudo que acontece na nossa vida é porque Deus tá permitindo que aconteça. A morte do Milton não foi vontade de Deus, mas foi uma permissão de Deus pra alguma, alguma coisa. Eu não acho que uma pessoa morre, que a outra passa por tudo que eu tenho passado, à toa. Algum propósito, de alguma forma, tem. (Lélia, entrevista individual, 2018).

Esses policiais serão julgados e condenados, eu tenho certeza que eles vão ser condenados, a Justiça não vai falhar, se a Justiça do homem falhar, mas a de Deus não vai falhar. (Lélia, entrevista individual, 2018).

Todas as mães entrevistadas relataram ter recebido pouco ou nenhum apoio institucional frente a perda do filho. Elas informaram não terem sido orientadas a buscar e também não terem encontrado serviços de auxílio psicoterápico gratuitos, disponíveis na rede de saúde pública próxima ao seu território, para que pudessem iniciar um acompanhamento. Elas também negaram ter recebido apoio do serviço social para o acolhimento das suas demandas após a perda. Todas as mães referiram ter encontrado apoio social em organizações comunitárias de combate à violência que também foram as principais responsáveis pelo seu acesso a serviços de saúde para garantir atendimento. Três das mães entrevistadas, Dandara, Lélia e Carolina, informaram ter recebido apoio e orientação da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da ALERJ. Elas citaram nominalmente Marielle Franco, vereadora assassinada em março de 2018, como uma das pessoas que intermediaram esse auxílio, e comentaram que, nos casos de Dandara e Carolina, Marielle, à época ainda coordenadora da CDH, foi às favelas onde residiam prestar auxílio aos familiares no dia do crime.

O apoio para as mães também veio preferencialmente de outros familiares e de amigos que as auxiliaram, principalmente no período imediato à morte. Entretanto, todas referem que se tornou difícil manter a normalidade dessas relações porque os outros familiares, em

especial os pais dos seus filhos e amigos, não querem/conseguem continuar falando sobre o óbito ou se engajar na luta. Elas passam assim a se afastar dos familiares e amigos e se aproximar da militância, onde se sentem acolhidas por outras mulheres em situação parecida.

Era difícil pras outras pessoas ouvir falar o tempo todo. Porque assim, é um assunto que a gente não cansa de falar, a gente chora, começa a falar, começa a chorar, e eu acho que as pessoas começam a ficar cansadas de ver e ouvir a gente fazer sempre a mesma coisa. Então eu acho que por não querer ver e ouvir, elas se afastam. (Lélia, entrevista individual, 2018).

Pra mim significa tudo, né, porque se não fosse elas hoje eu não estaria na luta, né. Com certeza não estaria na luta porque eu não teria força pra poder estar, né. E é só através de forças de outras pessoas pra poder a gente tá na luta, porque é uma barra. (Carolina, entrevista individual, 2018).

Conforme foi abordado no item 6.1 (Mães em luta: resistência e ida às ruas), boa parte do apoio que essas mães recebem vem de outras mães em situação similar à sua, que veem na militância uma forma de ressignificar suas próprias vidas. Elas acolhem e ajudam as “recém-chegadas” ou “novatas” ouvindo as suas histórias, orientando-as sobre como enfrentar os desdobramentos jurídicos dos casos dos seus filhos e como buscar seus direitos nos serviços públicos como a Defensoria Pública e a assistência social. Por vezes, organizam “vaquinhas” *online* ou *offline* para o levantamento de recursos para mães em situação de maior vulnerabilidade econômica. Frequentemente, a militância é um espaço de intensa troca de afetos e de acolhimento para essas mulheres.

Por se tratar de um fenômeno que apresenta grande impacto sobre os familiares, gerando adoecimentos diversos, e ser frequentemente vivenciado de forma prolongada, estudos demonstram a necessidade da existência de serviços de saúde e assistência social que acolham as demandas dos sobreviventes de homicídio (DA COSTA, 2015; HANNAYSKING; BAILEY; AKHTAR, 2015; RHEINGOLD; WILLIAMS, 2015). A esse achado, impõe-se que no contexto brasileiro esses serviços estejam familiarizados com a realidade do adoecimento da população negra do país, que corresponde a 70% das vítimas de homicídio.

Essas mulheres, apesar da dor da perda, do trauma e das humilhações a que são submetidas, além da intensa estigmatização da sua origem socioespacial, são capazes de mostrar também organização, agência e resiliência para suportar diversos níveis de iniquidade. Seguem lutando e formulando novos sentidos sobre si e sobre a vida. O uso do feminismo negro e da produção acadêmica da diáspora africana para explicar suas realidades parece, portanto, conseguir alcançar melhor as intersecções de opressão às quais as mulheres negras estão submetidas na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção de realizar um estudo com enfoque na realidade das mães que perderam seus filhos em razão da violência do Estado brasileiro, buscando entender as repercussões dessas mortes em suas vidas, bem como avaliando os mecanismos estruturais, culturais e históricos pelos quais tem-se um recorte racial tão escancaradamente desigual entre a população negra e não-negra, motivou-me nessa jornada. Neste trabalho, propusemos um olhar solidário sobre a luta das mães, entendendo que não podemos falar por elas, mas que é possível lançar luz de dentro da academia sobre as suas reivindicações e propor uma reflexão para a sociedade civil sobre a legitimação dessas mortes. Reconhecemos que todo fenômeno social traz implicações objetivas e subjetivas múltiplas que não nos permitiriam, sob uma única perspectiva localizada, acessar toda a realidade contida no movimento de luta de mães organizadas por justiça.

A sofisticada forma como o racismo estrutural opera na sociedade brasileira, sustentando novas e antigas estratégias de genocídio, nos impõe a necessidade de centralizar a nossa análise em comunidades vulnerabilizadas, a exemplo das favelas da cidade do Rio de Janeiro, onde essas estratégias vêm sendo aperfeiçoadas e aplicadas ao longo de anos (VARGAS; ALVES, 2010). Nesse sentido, foi realizada uma revisão de conceitos que julgamos serem indispensáveis para a leitura do cenário em que estes atores estão inseridos: um país em que 33.590 jovens foram assassinados em 2016, sendo 94,6% do sexo masculino e cerca de 70% negros (CERQUEIRA *et al.*, 2018, p. 32). Essas mortes violentas deixam como herança milhares de sobreviventes de homicídio, e em posição central suas mães, que em sua maior parte são negras.

O processo de adoecimento a que essas mulheres estão expostas difere do processo natural a que elas estariam submetidas se não tivessem sido vítimas da ação violenta do Estado. São mães que sofrem pela perpetuação da violência muito além da perda física de seus filhos: é negado a elas o direito à proteção da história de seus entes queridos, com tentativa de silenciamento e de esvaziamento de suas denúncias, sob a acusação de que se tratam de “mães de bandido” e que elas não mereceriam crédito. A exploração dessas mortes como sendo produto de uma falsa guerra do bem contra o mal, sob a fachada de uma luta contra as drogas, é naturalizada entre muitos brasileiros. O desenvolvimento de agravos como depressão, alcoolismo, abuso de drogas, além do surgimento e agravamento de enfermidades crônicas, é um destino comum entre muitas dessas mães.

Na contramão desse processo, a união dessas mulheres em espaços de luta e ativismo parece funcionar como uma possibilidade de resgate da sua dignidade e um caminho para a criação de uma rede de afeto e de respeito, com a escuta e o espaço de fala que tanto lhes são negados pelas autoridades. Silenciar essas mães é uma tentativa de lhes retirar a humanidade. Quando elas afirmam que não querem que as mortes de seus filhos sejam só mais um número, elas buscam devolver a dignidade deles através do resgate de suas histórias e do respeito a suas memórias. Pude assistir de perto alguns dos seus encontros e ver como o impacto dessas iniciativas tem um potencial transformador. O despertar de muitas dessas mães para as questões que estão relacionadas à morte de seus filhos, como as motivações raciais, é importante para que consigam perceber como a narrativa construída oficialmente para justificar esses assassinatos é, em boa parte das vezes, falsa e faz parte de um processo maior. Ao se reconhecerem nos relatos umas das outras e em um ambiente de segurança em que sabem que não serão julgadas, a força para a luta por justiça se renova. Pudemos observar que o conceito de necropolítica de Mbembe (2018), tantas vezes trazido ao centro da discussão nessa dissertação, ainda que pensado para a realidade da exploração colonial de Israel sobre a Palestina, aplica-se em grande medida à realidade racializada do perfil de homicídios no Brasil.

A rede criada com o protagonismo dessas mães é um caminho para a preservação da memória de seus filhos e para a denúncia das raízes da violência de que são vítimas. A desnaturalização da justificativa do Estado de que essas mortes são inevitáveis é uma reivindicação recorrente dessas militantes. Disputar essa narrativa com meios tão desproporcionalmente mais poderosos, como figuras da imprensa e autoridades públicas, é cansativo e extenuante. Dessa forma, o seu silenciamento se concretiza quando essas sobreviventes de homicídio optam por se afastar da luta diante da sensação de impossibilidade de vencer esse duelo. A dessensibilização sistemática a que a população é exposta diante das dores dessas mulheres, especialmente a produzida pelos grandes meios de mídia do país, é uma tática cruel que opera para transformar essas vítimas em estatísticas corriqueiras e naturais e, dessa forma, seu sofrimento e suas demandas são invisibilizados.

A reparação financeira ganha também importância nesse contexto, uma vez que muitas delas têm sua vida prática completamente desestruturada pela espiral de violência em que acabam involuntariamente sendo inseridas com o assassinato de seus filhos. Não raramente ameaças de morte, mudanças de endereço, dificuldades em manter seus empregos e as enfermidades que desenvolvem exigem um aporte financeiro que normalmente já era escasso, o que, nesse contexto, torna-se um problema novo em suas vidas. São mecanismos que

compõem o arsenal de violências de Estado que matam e adoecem a população negra e pobre do Brasil. Entendemos que esses adoecimentos das mães que perdem seus filhos para essa violência compõem parte do *continuum* genocida (SHEPER-HUGHES, 2003, p. 273 *apud* VARGAS, 2010, p. 47) da diáspora negra no Brasil. A culpabilização e responsabilização legal dos agentes públicos exercem um papel, além do reparo financeiro, de justiça e de combate à certeza de impunidade que encoraja a ação violenta dos agentes de segurança nas favelas.

A articulação dessas mulheres com os demais membros de sua comunidade configura um papel indispensável para a construção de resistência na luta por justiça nas favelas e periferias brasileiras. Essas populações estão inseridas em um contexto de violência que se configura previamente à consumação do assassinato de um de seus integrantes. É constante nesses grupos a certeza de estarem inseridos em um território marcado pela insegurança e pela precarização de condições de vida, identificando na figura do Estado um dos principais agentes causadores de uma ameaça constante. A percepção clara dessas mulheres de estarem vivendo uma dicotomia de Mães *versus* Estado as coloca como atores principais na linha de frente dessa luta que atinge toda a comunidade em que se inserem.

Por outro lado, resumir a responsabilização dessas mortes apenas à autoridade policial que está na ponta oposta deste embate é não se aprofundar nas causas desse processo. A luta destas mulheres envolve também o esforço para que a sociedade passe a rejeitar o processo de naturalização das mortes causadas pelo Estado, refutando a justificativa de “troca de tiros” que muitas vezes é forjada, mas que é tão facilmente aceita pelo senso comum. E, ainda que esses casos envolvessem de fato a contravenção, como se omitir diante do abuso de uma polícia que exerce o papel de polícia, juiz e algoz em um país onde a pena de morte não é instituída? A postura da sociedade em legitimar a morte de civis, majoritariamente negros e moradores das periferias, sempre que algum sinal de contravenção seja insinuado no histórico da vítima é um combustível que alimenta a prática disseminada da política de extermínio do Estado, que age na certeza de que não haverá repercussão social. Em sua militância, essas mães clamam para que todos se reconheçam como parte da estrutura que possibilita a manutenção desses assassinatos.

Por que a morte diária de jovens negros e marginalizados não gera comoção nacional? Talvez a explicação resida na tentativa inconsciente de ignorar nossa contribuição neste projeto genocida. Assumir participação na gênese dessa realidade é uma tarefa que abala estruturas socialmente consolidadas e sistemas de opressão que beneficiam boa parte sociedade. “Todo mundo é responsável”, como disse Dandara, e é dever de todos

reconhecerem seus papéis nessa engrenagem. O aprofundamento da discussão sobre as bases racistas dessas práticas é inadiável.

Estudar a violência presente de forma contínua e quase inexorável na vida dessas mulheres-mães me permitiu acessar um entendimento profundo sobre as relações entre violência e saúde, de modo que o impacto de me saber em posse desse conhecimento “envenenado” (DAS; ORTEGA, 2008) tem o efeito de me impulsionar e, espero, impulsionar a todos rumo ao reconhecimento da importância dessa militância para a consolidação da frágil democracia brasileira, de forma a suscitar uma postura mais solidária frente às demandas dessas mães.

Diante dessas considerações, este estudo visa a ampliar a discussão sobre a repercussão dessas mortes para a saúde das mães dessas vítimas letais. Uma proposta de cuidado para essas mulheres deve surgir sob essa perspectiva: reconhecimento da sua humanidade e reconhecimento do impacto da determinação social das suas condições de gênero, classe, raça e território sobre seus adoecimentos. Reconhecer que os adoecimentos dessas mães e familiares são parte do que se entende por genocídio negro no Brasil é primordial para se propor estratégias de cuidado e de mudança dessa realidade. É essencial para o campo da Saúde Coletiva o aprofundamento do debate para além do reconhecimento da determinação social dos adoecimentos, mas, também, propor uma alteração radical da realidade insustentável onde se equilibra a população negra brasileira. A organização dessas mulheres em militância funciona como um dos elementos dessa busca por cuidado e acolhimento, devendo ser analisada como importante mecanismo de proposta de fazer saúde, deslocado do marco biomédico e sustentado sobre práticas que priorizam o afeto.

Ao final, o que propomos aqui é a desnaturalização do absurdo, do horror que é o genocídio. A partir das denúncias das mães, apresentadas neste trabalho, esta dissertação visa a contribuir para a reverberação dessas vozes na produção acadêmica em saúde e fomentar discussões sobre o racismo estrutural que constrói corpos negros como matáveis, mas que encontra, na resistência das mães, a sua antítese.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, L.; MARTINS, L. Após declaração de Doria, comandante-geral diz que PM deve proteger vidas. **UOL**, 2 out. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/02/apos-declaracao-de-doria-comandante-geral-diz-que-pm-deve-protetger-vidas.htm>. Acesso em: 27 fev. 2019.

AL-NASER, F.; EVERLY, G. S. Prevalence of posttraumatic stress disorder among Kuwaiti firefighters. **International Journal of Emergency Mental Health**, v. 1, n. 2, p. 99-101, 1999.

ALARCÃO, A. C. J.; CARVALHO, M. D. de B.; PELLOSO, S. M. The death of a young son in violent circumstance: understanding the experience of the mother. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 16, n. 3, p. 341-347, 2008.

ALENCASTRO, L. F. de; CONRAD, R. **Tumbeiros**: o tráfico de escravos para o Brasil. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte - MG: Letramento, 2018.

ALVES, J. A. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia – USP**. v. 22, p. 108–134, 2011.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho!**: homicídios cometidos pela Polícia Militar na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

APA. **Manual Estatístico e Diagnóstico de Transtornos Mentais – DSM 5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAÚJO, F. A. **Do luto à luta**: a experiência das mães de Acari. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

AUTO de resistência. Direção: Natasha Néri. Produção Executiva: Lia Gandelman, Joana Nin. Argumento e Roteiro: Natasha Neri, Juliana Farias. Documentário. [S. l.: s. n.], 2018. 104 min.

BAILEY, A. *et al.* Black mothers cognitive process of finding meaning and building resilience after loss of a child to gun violence. **British Journal of Social Work**, v. 43, n. 2, p. 336-354, mar. 2013.

BAIROS, L. Lembrando Lélia Gonzalez. *In*: WERNECK, J; MENDONÇA, M.; WHITE, E. (ed.). **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil. *In*: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (ed.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25-58.

BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2012. 185 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BIANCHARELLI, A. A morte vista da redação: como os jornalistas lidam com a morte. *In*: FRANCO, M. H. (org.). **Uma jornada sobre o luto**: a morte e o luto sob diferentes olhares. Campinas: Livro Pleno, 2002.

BORGES, P. Movimento negro denuncia pacote de Sergio Moro em audiência internacional. **Alma Preta**, 24 abr. 2019. Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/realidade/movimento-negro-denuncia-pacote-de-sergio-moro-em-audiencia-internacional>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BOLSONARO: “Quilombola não serve nem para procriar”. **Congresso em Foco**, 5 abr. 2017. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>. Acesso em 1 mar. 2019.

BOND, L. Encontro reúne parentes de vítimas da violência de Estado. **Agência Brasil**, 18 maio 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/encontro-reune-familiares-de-vitimas-da-violencia-de-estado>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria N° 248, de 30 de Dezembro de 2015. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 8, 4 jan. 2016a.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório Final N° 10 da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o assassinato de jovens no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: Uma Política do SUS**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde; UNB. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília: MS/UnB, 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Sobre o PAC. **Ministério do Planejamento**, s.d. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acessado em 27 abr. 2019a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Garantia da Lei e da Ordem. **Ministério da Defesa**, s.d. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acessado em 10 abr. 2019b.

BRISO, C. B. Morre mãe de vítima da chacina de Costa Barros. Extra, 9 jul. 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/morre-mae-de-vitima-da-chacina-de-costa-barros-19681149.html>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BRITO, M. de D. **História de vida de mães que perderam os filhos assassinados**: “Uma dor que não cicatriza”. 2017. 102 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

BUSS, P. M.; FILHO, A. P. A Saúde e seus Determinantes Sociais. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

BUSSINGER, R.; NOVO, H. Trajetória de vítimas da violência: dor e solidariedade entre mães de uma associação do Espírito Santo. **Revista Psicologia Política**, v. 8, n. 15, p. 107-120, 2008.

BUTLER, J. **Precarious life**: the powers of mourning and violence. London; New York: Verso, 2004.

CANO, I. Racial bias in police use of lethal force in Brazil. **Police Practice and Research**, v. 11, n. 1, p. 31-43, fev. 2010.

CANO, I.; BORGES, D.; RIBEIRO, E. O impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. 2012.

CANO, I.; DUARTE, T. **No sapatinho**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro, RJ: LAV, Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ), 2012.

CARA, D. T.; SILVA, D. M.; PAPA, F. de C. (org.). **Política Nacional de Juventude**: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, 2006.

CARNEIRO, S. **Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2017**. Rio de Janeiro: Ipea/FBSP, 2017.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: Ipea/FBSP, 2018.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. **Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida**. Brasília: Ipea, 2017.

CONNOLLY, J.; GORDON, R. Co-victims of Homicide: A Systematic Review of the Literature. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 16, n. 4, p. 494-505, 2014.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CUNHA, M. **A negação da maternidade negra**. [S. l.: s. n.], 2017.

DA COSTA, D. H. **Um olhar sistêmico sobre famílias de jovens vítimas de homicídio**. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

DA SILVA, H. C. *et al.* PTSD in mental health outpatient settings: highly prevalent and under-recognized. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 41, n. 3, p. 213-217, maio 2019.

DAS, V.; ORTEGA, F. A. (ed.). **Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad**. 1. ed. Bogotá; Medellín: Pontificia Universidad Javeriana; Universidad Nacional de Colombia, 2008.

DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Geledés**, 12 jul. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DAVIS, B. Falando da perda: hoje estou mal, espero que você entenda. *In*: WERNECK, J; MENDONÇA, M.; WHITE, E. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006. p.103-110.

DOMINGUES, D. F.; DESSEN, M. A.; QUEIROZ, E. Luto e enfrentamento em famílias vitimadas por homicídio. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 67, n. 2, p. 61-74, 2015.

ENQUANTO VIVER, luto!. Direção: Iléa Ferraz. Produção: Criola, Oxfam Brasil e Pérola Negra Produções Artísticas. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (34 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hGVreNQU1PA>. Acesso em: 18 maio 2018.

EVARISTO, C. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. **Seminário Nacional X Mulher e Literatura – I Seminário Internacional Mulher e Literatura**, 2003.

EVARISTO, C. Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos. *In*: EVARISTO, C. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato Da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. rev. São Paulo: Global Editora, 2007.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, S. Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão, e revolução. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 135, p. 481-496, jun. 2016.

FERREIRA FILHO, A. H. Quem pariu Matheus que balance. **Sientibus**, n. 18, p. 117-126, 1998.

FIGUEIRA, I.; MENDLOWICZ, M. Diagnóstico do transtorno de estresse pós-traumático. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 25, p. 12-16, 2003.

FILHO, J. Datena e o jornalismo mundo cão vendem o ódio bolsonarista há 3 décadas na TV. **The Intercept Brasil**, 17 mar. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/03/17/datena-jornalismo-odio-bolsonarismo-programas-policiais/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FOPIR. **O genocídio da juventude negra no Brasil**: documento do FOPIR com base no Relatório da CPI do Senado brasileiro sobre o Assassinato de Jovens. [S. l.]: FOPIR, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. São Paulo: FBSP, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. São Paulo: FBSP, 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 17. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2002.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANCO, M. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública) — Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FRANCO, M. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. *In*: BUENO, W. *et al.* (ed.). **Tem saída?: ensaios críticos sobre o Brasil.** Porto Alegre: Editora Zouk, 2017. p. 89-95.

FREYRE, G. Aspectos da influência africana no Brasil. **Revista del CESLA**, n. 7, p. 369-384, 2005.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal.** 52. ed. São Paulo: Global Ed, 2013.

FUNDAÇÃO DARCY VARGAS. Nossa História: Da Casa do Pequeno Jornaleiro à Escola de Ensino Fundamental. **Fundação Darcy Vargas: Casa do Pequeno Jornaleiro**, s.d. Disponível em: <https://fdv.org.br/sobre-a-fdv/nossa-historia/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GIACOMINI, S. M. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.

GILROY, P. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência.** São Paulo: UCAM; Editora 34, 2001.

GOLDHILL, O. Palestine's head of mental health services says PTSD is a western concept. **Quartz**, 13 jan. 2019. Disponível em: <https://qz.com/1521806/palestines-head-of-mental-health-services-says-ptsd-is-a-western-concept/>. Acesso em: 05 abr. 2019.

GOMES, N. L. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** [S.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. DE S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 1, 2011.

GRAÇA, A. M. B. da. **Da casa às ruas: o movimento de mães em São Paulo**. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GROSGOUEL, R. El concepto de “racismo” en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser? **Tabula Rasa**, n.16, p. 79-102, 2012.

GUERREIRO RAMOS, A. O problema do negro na sociologia brasileira. *In*: MARINI, R. M.; SANTOS, T. dos (ed.). **El pensamiento social latinoamericano en el siglo XX**. Caracas: UNESCO, 2000.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização de Liv Sovik. Belo Horizonte; Brasília: UFMG; UNESCO, 2003.

HANNAYS-KING, C.; BAILEY, A.; AKHTAR, M. Social support and Black mothers' bereavement experience of losing a child to gun homicide. **Bereavement Care**, v. 34, n. 1, p. 10-16, 2015.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: UNESP, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 38, 2018.

JARDIM, L. Empoderamento étnico-racial feminino através da apropriação do cabelo crespo. **Geledés**, 19 nov. 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/empoderamento-etnico-racial-feminino-atraves-da-apropriacao-do-cabelo-crespo/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo: diário de uma favela**. São Paulo: Ática, 2014.

JOVICHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

LEAL, M. do C. *et al.* A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. suppl 1, 2017.

LÓPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, p. 121-134, 20 mar. 2012.

LORDE, A. The Uses of Anger. **Women's Studies Quarterly**, v. 25, n. 1/2, p. 278-285, 1997.

LORDE, A. Vivendo com Câncer. *In*: WERNECK, J; MENDONÇA, M.; WHITE, E (ed.). **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas/ Criola, 2006.

LUZ, M. P. *et al.* Conditional risk for posttraumatic stress disorder in an epidemiological study of a Brazilian urban population. **Journal of Psychiatric Research**, v. 72, p. 51-57, jan. 2016.

MARIE, M.; HANNIGAN, B.; JONES, A. Mental health needs and services in the West Bank, Palestine. **International Journal of Mental Health Systems**, v. 10, p. 23, 2016.

MATTOS, G. Flagrantes de racismo: imagens da violência policial e as conexões entre o ativismo no Brasil e nos Estados. **Revista de Ciências Sociais**, v. 48, n. 2, 2017.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 122-151, 2016.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1, 2018.

MCGOLDRICK, M. Ecos do passado: ajudando as famílias a fazerem o luto de suas perdas. *In*: WALSH, F.; MCGOLDRICK, M. (ed.). **Morte na família**: sobrevivendo às perdas. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 76–104.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**: uma introdução. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MINAYO, M. C. **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2013.

MINAYO, M. C. de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de saúde pública**, v. 10, n. 1, p. 7–18, 1994.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo; Rio de Janeiro: HUCITEC; ABRASCO, 2014.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MIRANDA, A. O.; MOLINA, B.; MACVANE, S. L. Coping with the Murder of a Loved One: Counseling Survivors of Murder Victims in Groups. **Journal for Specialists in Group Work**, v. 28, n. 1, p. 48-63, mar. 2003.

MULHERES negras participam ativamente de encontro internacional em Salvador. *Criola*, 21 maio 2018. Disponível em: <https://criola.org.br/mulheres-negras-participam-ativamente-de-encontro-internacional-em-salvador/>. Acesso em: 28 abr. 2019.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 2016.

NUNES, D. Banzo: Um estado de espírito negro. **Geledés**, 30 abr. 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/banzo-um-estado-de-espírito-negro/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO. **Intervenção federal**: um modelo para não copiar. Rio de Janeiro: Cesec, 2019.

PEZÃO, L. F. *et al.* Relatório Vitimização Policial (1998 a novembro de 2015). Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 1998.

PIAZZA-BONIN, E. *et al.* Disenfranchised Grief Following African American Homicide Loss: An Inductive Case Study. **OMEGA - Journal of Death and Dying**, v. 70, n. 4, p. 404-427, mar. 2015.

PIEIDADE, V. **Dororidade**. São Paulo, SP: Nós, 2017.

PONTE JORNALISMO; CARAMANTE, A. (org.). **Mães em luta**: dez anos dos crimes de maio de 2006. 1ª ed. São Paulo: [s.n.].

PRADO, A.; TELES, L. Mãe que perdeu filho baleado por PM morre após sofrer com depressão por 3 anos e sem ver fim da investigação. **G1**, 7 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/07/mae-que-perdeu-filho-baleado-por-pm-morre-apos-sofrer-com-depressao-por-3-anos-e-sem-ver-fim-da-investigacao.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo na América Latina. *In*: CASTRO-GÓMEZ, S.; CORONIL, F.; DUSSEL, E. (ed.). **A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

REIS, V. Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações (1991-2001). 2013. 247 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

RHEINGOLD, A. A.; WILLIAMS, J. L. Survivors of Homicide: Mental Health Outcomes, Social Support, and Service Use Among a Community-Based Sample. **Violence and Victims**, v. 30, n. 5, p. 870-883, 2015.

ROCHA, L. de O. Black mothers' experiences of violence in Rio de Janeiro. **Cultural Dynamics**, v. 24, n. 1, p. 59-73, mar. 2012.

ROCHA, L. de O. **Outraged mothering: Black Women, Racial Violence, and the Power of Emotions in Rio de Janeiro's African Diaspora**. 2014. 365 f. Tese (Doutorado em Antropologia) — University of Texas University, Austin, 2014.

RONCADOR, S. O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 31, p. 129-152, 2008.

RONCOLATO, M. A tela 'A Redenção de Cam'. E a tese do branqueamento no Brasil. **Nexo Jornal**, 14 jun. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/06/14/A-tela-%E2%80%98A-Reden%C3%A7%C3%A3o-de-Cam%E2%80%99.-E-a-tese-do-branqueamento-no-Brasil>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SANSÃO, L. Projeto de Lei que homenageia vítimas de violência de Estado é aprovado no RJ. **Ponte Jornalismo**, 1 jun. 2017. Disponível em: <https://ponte.org/projeto-de-lei-que-homenageia-vitimas-de-violencia-de-estado-e-aprovado-no-rj/>. Acesso em: 03 mar. 2019.

SCAVONE, L. Direitos reprodutivos, políticas de saúde e gênero. **Estudos de sociologia**, v. 5, n. 9, 2007.

SILVA, F. C. DA. **Maternidade negra em Um Defeito de Cor: história, corpo e nacionalismo como questões literárias**. 2017. 210 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, L.; ROSA, M.; BORGES, T. Enquadro: o que a Polícia pode ou não pode fazer? **Periferia em Movimento**, 1 dez. 2017. Disponível em: <http://periferiaemmovimento.com.br/enquadro-o-que-policia-pode-ou-nao-pode-fazer/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

SINHORETTO, J.; SILVESTRE, G.; SCHLITTLER, M. **Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: Letalidade policial e prisões em flagrante**. São Carlos: GEVAC/UFSCAR, 2014.

SMITH, C. A. Facing the dragon: Black mothering, sequelae, and gendered necropolitics in the Americas. **Transforming Anthropology**, v. 24, n. 1, p. 31-48, 2016.

SMITH, J. R.; PATTON, D. U. Posttraumatic stress symptoms in context: examining trauma responses to violent exposures and homicide death among black males in urban neighborhoods. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 86, n. 2, p. 212-223, mar. 2016.

SMOLEN, J. R.; ARAÚJO, E. M. de. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 4021-4030, dez. 2017.

SOARES, G. A. D.; MIRANDA, D.; BORGES, D. **As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: CESeC, 2006.

SODRÉ DA SILVA, R.; DA SILVA, V. R. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009.

TRAVASSOS, C.; WILLIAMS, D. R. The concept and measurement of race and their relationship to public health: a review focused on Brazil and the United States. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 3, p. 660-678, jun. 2004.

TUCK, I. *et al.* A Pilot Study of a Weekend Retreat Intervention for Family Survivors of Homicide. **Western Journal of Nursing Research**, v. 34, n. 6, p. 766-794, 2012.

VARGAS, J. H. C. Genocide in the African diaspora: United States, Brazil, and the need for a holistic research and political method. **Cultural Dynamics**, v. 17, n. 3, p. 267-290, 2005.

VARGAS, J. H. C. A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 1, n. 2, p. 31-66, 2010.

VARGAS, J. H. C.; ALVES, J. Geographies of death: an intersectional analysis of police lethality and the racialized regimes of citizenship in São Paulo. **Ethnic and Racial Studies**, v. 33, n. 4, p. 611-636, abr. 2010.

VERMELHO, L. L.; MELLO JORGE, M. H. P. DE. Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência). **Revista de Saúde Pública**, v. 30, n. 4, p. 319-331, 1996.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 79-116, 2011.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: Indagações. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, ano XXIII, v. 71, p. 45-62, 2002.

WELLER, W.; ZARDO, S. P. Entrevista narrativa com especialistas: aportes metodológicos e exemplificação. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40, p. 131-143, jul./dez. 2014.

WELLMAN, A. R. P. Faith without answers: the use of religion among cold case homicide survivors. **OMEGA - Journal of Death and Dying**, v. 69, n. 1, p. 19-39, 2014.

WERNECK, J. Ou belo ou puro? Racismo, eugenia e novas (bio)tecnologias. *In*: Rotania, A. A.; Werneck, J. (org). **Sob o Signo das Bios**, v. 1. Vozes Críticas da Sociedade Civil. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e sociedade**, v. 25, p. 535-549, 2016.

WERNECK, J.; FALQUET, J. Ialodês et féministes: Réflexions sur l'action politique des femmes noires en Amérique Latine et aux Caraïbes. **Nouvelles Questions Féministes**, v. 24, n. 2, p. 33-49, 2005.

WERNECK, J; MENDONÇA, M.; WHITE, E. (ed.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.

WIEVIORKA, M. The new paradigm of violence. **Tempo social**, v. 9, n. 1, p. 5-41, 1997.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, p. 89-101, 2007.

ZAVERUCHA, J. Relações civil- militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988 . *In*: TELES, E.; SAFATLE, V. (ed.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. Coleção Estado de Sítio. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2010.

ANEXO I – Roteiro do Grupo Focal

(Falar do anonimato, objetivos da pesquisa e dados pessoais do pesquisador).

Data da entrevista: ___/___/___

Identificação da entrevistada (Mãe A, Mãe B, por exemplo):

Questão norteadora:

- A sua participação no grupo influenciou a sua visão sobre a morte do seu filho? Como?

ANEXO II – Roteiro de entrevista com mães ativistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MÃES ATIVISTAS:

(Falar do anonimato, objetivos da pesquisa e dados pessoais do pesquisador).

Data da entrevista: ___/___/___

Identificação da entrevistada (Mãe A, Mãe B, por exemplo):

Bloco 1: Dados socioeconômicos

- Autodeclaração em relação a cor ou raça.
- Formação escolar/Profissão
- Você é do Rio de Janeiro? Se não, há quanto tempo mora no Rio de Janeiro e local onde reside? O que você acha desta localidade? Quantas pessoas moram na residência?

Bloco 2: Maternidade/perda do filho

- Você teve quantos filhos? Quantos são vivos?
- Como era a sua relação com esse filho que faleceu?
- Seu filho estudava? Se ele abandonou a escola, qual foi o motivo?
- Seu filho tinha algum trabalho formal ou informal? Se sim, qual?
- Falar um pouco sobre a morte do seu filho. O que ocorreu com ele? Ele tinha quantos anos? Como você se sentiu?
- Esse evento foi algo inesperado ou você já achava que isso poderia acontecer?
- De acordo com a polícia, qual foi a causa da morte do seu filho? Você concorda com isso?
- Nessa experiência de perda do filho, você contou com a ajuda de amigos, amigas e familiares? Como?
- Você buscou/recebeu alguma ajuda/apoio (de instituições/pessoas: saúde, assistência social, religião, vizinhos, etc.)?
- Como imaginava que seria o futuro do seu filho?

Bloco 3: Trajetória de militância social

- Você poderia relatar a história da sua participação no grupo/movimento – quando iniciou, por que e como?
- Você já participou de outras associações ou grupos comunitários antes (sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos)? Quais?

- Você sente dificuldades para conciliar a participação no movimento com atividades pessoais e/ou profissionais? Quais?
- Houve mudanças na sua vida pessoal e/ou profissional desde que passou a participar do grupo? Quais (relacionamento com parceiro, outros filhos, família, amigos, comunidade, trabalho, outros)?
- O que o grupo/movimento significa/representa para você?

Bloco 4: Saúde, adoecimentos

- Você possuía algum problema de saúde antes do falecimento do seu filho? Qual?
- Como está a sua saúde depois da morte dele? (Investigar doenças, transtornos mentais)
- Você tem algum problema para dormir? Se sim, qual você acha que é a causa?
- Você deixou de fazer alguma atividade habitual que fazia antes da perda do seu filho?
- Você tem algum plano para o futuro? Se sim, qual? Se não, por quê?

ANEXO III – TCLE para as entrevistas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “Mães em Luta: um olhar sobre o ativismo político de mães cujos filhos foram assassinados pelo Estado”, desenvolvida por Verônica Souza de Araújo, aluna de Mestrado do Programa de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação das Professoras Dra. Edinilsa Ramos de Souza e Dra. Vera Lúcia Marques da Silva.

O objetivo desta pesquisa é investigar as experiências de mães que perderam um ou mais filhos em decorrência de ação policial na cidade do Rio de Janeiro e que se organizaram politicamente na luta por justiça. Um dos motivos para estudar o tema é o fato de que o homicídio é uma das principais causas de morte no Brasil e atinge principalmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias das nossas cidades. O convite para a sua participação deve-se ao fato de você ser uma mãe, integrante de um grupo de militantes, que luta por justiça em decorrência do homicídio do(s) seu(s) filho(s).

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento, sem ser penalizada, caso decida não participar ou desistir da pesquisa. Contudo, ela é muito importante para a realização da pesquisa, para a consolidação do conhecimento científico sobre o tema, e para o consequente debate social a respeito.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista individual a uma pesquisadora deste projeto. A entrevista será realizada em local de maior conveniência para você em consenso com a pesquisadora. A entrevista somente será gravada se você autorizar. O tempo de duração da entrevista é de, aproximadamente, 90 minutos, e as questões que serão abordadas se referem a sua história de vida e do seu familiar falecido.

Esta pesquisa prevê a possibilidade de riscos à sua pessoa. Identificamos o risco de constrangimento durante a entrevista em razão do tema abordado, assim como o surgimento de sentimentos como tristeza, medo, ansiedade, raiva, entre outros. Caso necessário, a

entrevista será interrompida pela pesquisadora, para lhe prestar socorro afetivo e emocional. A pesquisadora também poderá encaminhá-la para um serviço de apoio ou orientá-la a buscar ajuda de um profissional qualificado para atendê-la. Outro risco presente refere-se à perda da confidencialidade e da privacidade das informações por você prestadas. Assim, asseguramos que sua identidade será preservada no questionário da entrevista, onde você será identificada por um código definido pelo termo “Mãe”, seguido por uma letra alfabética (por exemplo, Mãe A, Mãe B). A entrevista, se gravada com a sua autorização, será transcrita e armazenada em arquivo digital, e somente terão acesso à mesma a equipe de pesquisa do projeto. Qualquer dado que possa identificá-la será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa. Entretanto, a reprodução de relatos feitos na entrevista, quando citados para divulgação científica, ou qualquer tipo de apresentação de resultados, podem levar à sua identificação ou à identificação do caso do seu filho.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 (cinco) anos, conforme Resolução 510/16 e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP/FIOCRUZ, sob responsabilidade da pesquisadora Verônica Souza de Araújo e das suas orientadoras, as professoras Dra. Edinilsa Ramos de Souza e Dra. Vera Lúcia Marques da Silva.

Como benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa, tem-se a divulgação e o debate no meio acadêmico e na sociedade deste grave quadro de violência presente no Rio de Janeiro. Os resultados serão divulgados em eventos, artigos científicos e na própria publicação da dissertação.

Este Termo é redigido em duas vias, sendo uma para a participante e outra para a pesquisadora. Todas as páginas deverão ser rubricadas por você e pela pesquisadora responsável e ambas as assinaturas deverão constar na última página.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Se houver algum dano, comprovadamente decorrente da presente pesquisa, você terá direito à indenização, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e, assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

Tel e Fax do CEP/ENSP: (21) 2598-2863

E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br <http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – Térreo – Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21041-210

Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep):

Tel: (61) 3315-5878 / (61) 3315-5879 E-Mail: conep@saude.gov.br

Declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Autorizo a gravação da entrevista: Sim () Não ()

Rio de Janeiro _____, _____ de _____.

(Assinatura da entrevistada)

(Assinatura da pesquisadora)

ANEXO IV – TCLE para o grupo focal

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “Mães em Luta: um olhar sobre o ativismo político de mães cujos filhos foram assassinados pelo Estado”, desenvolvida por Verônica Souza de Araújo, aluna de Mestrado do Programa de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação das Professoras Dra. Edinilsa Ramos de Souza e Dra. Vera Lúcia Marques da Silva.

O objetivo desta pesquisa é investigar as experiências de mães que perderam um ou mais filhos em decorrência de ação policial na cidade do Rio de Janeiro e que se organizaram politicamente na luta por justiça. Um dos motivos para estudar o tema é o fato de que o homicídio é uma das principais causas de morte no Brasil e atinge principalmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias das nossas cidades. O convite para a sua participação deve-se ao fato de você ser uma mãe, integrante de um grupo de militantes, que luta por justiça em decorrência do homicídio do(s) seu(s) filho(s).

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento, sem ser penalizada, caso decida não participar ou desistir da pesquisa. Contudo, ela é muito importante para a realização da pesquisa, para a consolidação do conhecimento científico sobre o tema, e para o conseqüente debate social a respeito.

A sua participação consistirá em participar de um grupo focal, formado por mães ativistas como você. Algumas perguntas de um roteiro de entrevista serão propostas ao grupo pela pesquisadora. O grupo se encontrará em local de maior conveniência para as participantes em consenso com a pesquisadora. Esta entrevista em grupo somente será gravada se todas autorizarem. O tempo de duração da entrevista é de, aproximadamente, 90 minutos, e as questões que serão abordadas se referem à história de vida e do familiar falecido das participantes.

Esta pesquisa prevê a possibilidade de riscos à sua pessoa. Identificamos o risco de constrangimento durante a entrevista em razão do tema abordado, assim como o surgimento de sentimentos como tristeza, medo, ansiedade, raiva, entre outros. Caso necessário, a entrevista será interrompida pela pesquisadora, para lhe prestar socorro afetivo e emocional. A pesquisadora também poderá encaminhá-la para um serviço de apoio ou orientá-la a buscar ajuda de um profissional qualificado para atendê-la. Outro risco presente refere-se à perda da confidencialidade e da privacidade das informações por você prestadas. Por se tratar de uma entrevista realizada em um grupo focal, não é possível a garantia de privacidade e confidencialidade das informações prestadas, uma vez que há outras participantes presentes no momento da realização da entrevista em grupo. Ao responder perguntas ou discorrer sobre sua vida e de seu filho em uma situação de grupo, não há como a pesquisadora assegurar que essas informações e a sua identidade serão preservadas. A entrevista, se gravada com a sua autorização, será transcrita e armazenada em arquivo digital, e somente terão acesso à mesma a equipe de pesquisa do projeto. Qualquer dado que possa identificá-la será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, onde você será identificada por um código definido pelo termo “Mãe”, seguido por uma letra alfabética (por exemplo, Mãe A, Mãe B). Entretanto, a reprodução de relatos feitos no grupo focal, quando citados para divulgação científica, ou qualquer tipo de apresentação de resultados, podem levar à sua identificação ou à identificação do caso do seu filho.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 (cinco) anos, conforme Resolução 510/16 e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP/FIOCRUZ, sob responsabilidade da pesquisadora Verônica Souza de Araújo e das suas orientadoras, as professoras Dra. Edinilsa Ramos de Souza e Dra. Vera Lúcia Marques da Silva.

Como benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa, tem-se a divulgação e o debate no meio acadêmico e na sociedade deste grave quadro de violência presente no Rio de Janeiro. Os resultados serão divulgados em eventos, artigos científicos e na própria publicação da dissertação.

Este Termo é redigido em duas vias, sendo uma para a participante e outra para a pesquisadora. Todas as páginas deverão ser rubricadas por você e pela pesquisadora responsável e ambas as assinaturas deverão constar na última página.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Se houver algum dano, comprovadamente decorrente da presente pesquisa, você terá direito à indenização, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e, assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

Tel e Fax do CEP/ENSP: (21) 2598-2863

E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br <http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 –Térreo – Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21041-210

Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep):

Tel: (61) 3315-5878 / (61) 3315-5879 E-Mail: conep@saude.gov.br

Declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Autorizo a gravação da entrevista: Sim () Não ()

Rio de Janeiro _____, _____ de _____.

(Assinatura da entrevistada)

(Assinatura da pesquisadora)

ANEXO V – A Redenção de Cam

Fonte: A REDENÇÃO de Cam. **Enciclopédia Itaú Cultural**, s. d. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso em: 30 mar. 2019.